

Ata n.º 3
Sessão Ordinária

Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Belas, sito na Rua Eduardo Ferreira Pinto Basto, n.º 4, em Belas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, em Sessão Ordinária convocada pela sua Presidente, Soraia Almeida, com a seguinte Ordem do Dia:-----

1. Apreciar e votar a ata da reunião anterior;-----
2. Apreciar e votar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e ATIVIDADES MAIS RELEVANTES da União das Freguesias de Queluz e Belas para 2022);-----
3. Apreciar e votar, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o mapa de pessoal da União das Freguesias de Queluz e Belas para 2022;-----
4. Apreciar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia e respetiva Informação Financeira referente ao IV Trimestre de 2021;-----
5. Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião.-----

Estiveram presentes os elementos da Assembleia de Freguesia constantes das respetivas listas de presença que se anexam à presente ata. (Anexo 1)-----

O Vogal Manuel Frederico (PS) cumprimenta todos os presentes e informa que a Presidente da Assembleia de Freguesia não podia estar presente devido a um problema de saúde, dirigindo-se assim a todos os vogais questionando se o PS poderia indicar a pessoa que iria substituir a segunda-secretária. Após a concordância de todos os vogais da assembleia, o Vogal João Paulo Silva (PS) indicou a Vogal Vanessa Dinis para fazer parte da mesa, como segunda-secretária.-----

Na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia, o Vogal Manuel Frederico (PS) dá início ao período destinado ao público, no qual se inscreveu o cidadão, Sr. Bento Correia.-----

O Sr. Bento Correia, em nome da Cooperativa “O Nosso Lar” saudou todos os presentes e expôs a sua intervenção relativa aos espaços verdes da Quinta do Almirante e da situação de abandono em que os mesmos se encontram, acrescentando que, atendendo a que estamos no início de um novo mandato, solicita-se um maior esforço para mudar o que se encontra mal. (Anexo 2)-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas cumprimenta o senhor Presidente em exercício, a mesa, todas as bancadas e vogais presentes, referindo que não se encontrava presente, na sala, nenhum elemento da direção dos Bombeiros Voluntários de Belas, mas queria agradecer a disponibilidade da cedência deste espaço, como sempre, porque neste momento e continuando a avolumar-se os dados que são indicadores de que a situação da pandemia pode exigir que doravante as próximas assembleias possam vir a ser efetuadas on-line e não presencialmente, até porque, também, mais do que um elemento desta

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Assembleia já foi abrangido direta ou indiretamente pelo vírus. As associações dos Bombeiros têm tido este respeito e consideração por todos os pedidos que a Junta de Freguesia tem feito e, de facto, nós só estamos gratos pelo mesmo e, por isso, também faremos tudo para que esta sessão decorra com toda a normalidade. Relativamente às intervenções expostas pelo Sr. Bento Correia, referiu que estamos a lançar os procedimentos e que, de facto, foi feita uma proposta, mas neste momento como é necessário fazer algo no espaço, foi lançado um procedimento que estará a decorrer para que, até ao período do lançamento de concurso público internacional, o respetivo espaço possa ser mantido. Não só de alguma forma pelos nossos funcionários, como tem sido feito, claro que, com algumas limitações porque eles não podem ocupar aquele espaço diariamente, mas por isso mesmo queremos avançar e regularizar a situação.-----

Relativamente às demais informações que foram levantadas, tomámos boa nota das mesmas e, já na última Assembleia de Freguesia, depois da intervenção do Sr. Bento Correia, solicitámos à EDP, aliás, pode fazê-lo diretamente através do site da EDP, como pode, também, através da nossa aplicação solicitar a resolução desses problemas, nós fizemo-lo diretamente também e, aguardamos que haja uma resolução por parte da mesma.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia passa ao período antes da Ordem do Dia e informa terem sido enviadas, previamente, para todos os vogais, duas propostas do Chega, um voto de saudação da Iniciativa Liberal, um voto de saudação do CDS-PP e um voto de pesar da Iniciativa Liberal. Informa, ainda, que a mesa tinha acabado de receber uma saudação, uma recomendação e uma moção entregues pela bancada da CDU, as quais não tinham sido enviadas anteriormente e que iria pôr à consideração dos senhores vogais a admissão das mesmas.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que o Presidente da Mesa teria de pôr à admissão as da CDU como teria de colocar todas as outras porque apesar de terem sido enviadas previamente não faziam parte da Ordem de Trabalhos e que teria de as pôr a admissão, uma a uma.-----

Face ao exposto, o Presidente da Mesa da Assembleia informa ter uma proposta n.º 1, entregue pela bancada do Chega, intitulada “Criação de uma Unidade Local de Proteção Civil (ULPC)”, uma proposta n.º 2 entregue também pela bancada do Chega, intitulada “Pela instauração da celebração solene do 25 de novembro”, um voto de saudação entregue pela bancada da Iniciativa Liberal, intitulado “25 novembro 1975”, uma Moção de Voto de Saudação entregue pela bancada do CDS-PP, intitulada “46 anos do 25 de novembro de 1975”, um Voto de Pesar, da Iniciativa Liberal, pelo falecimento do ator Rogério Samora, uma Saudação ao Serviço Nacional de Saúde, entregue pela bancada da CDU, uma Recomendação sobre a Quinta do Senhor da Serra, da bancada da CDU e, por último, uma Moção intitulada “Pela reposição da Freguesia de Queluz e da Freguesia de Belas”, entregue também pela bancada da CDU.-----

Ao mencionar os temas entregues pelas respetivas bancadas, o Presidente da Mesa da Assembleia coloca respetivamente, a admissão dos mesmos a votação, tendo obtido o seguinte resultado:-----

A favor: 21 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS-PP – 2; CH – 2; BE – 2; IL – 1). Todos os documentos entregues foram admitidos por unanimidade.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) pede para fazer uma retificação relativamente à “Saudação ao Serviço Nacional de Saúde”, referindo que a mesma não era para ser posta à aprovação. É uma declaração política da CDU e, por isso, não entra neste grupo de votações.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) passa à leitura da **Proposta n.º 1**, intitulada **“Criação de uma Unidade Local de Proteção Civil (ULPC)”**, referindo que esta é a proposta que a bancada do Chega tem prevista e já seguida noutras freguesias, nestes moldes. (Anexo 3)-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) cumprimenta todos os presentes e refere que não deviam perder muito tempo com isto, quem propõe esta proposta não tem em consideração aquilo que está previsto na lei, nomeadamente na lei que é referida no próprio texto, a lei de base da Proteção Civil, 27/2006 e, na sua versão mais recente, admite a possibilidade de a comissão municipal de proteção civil poder criar unidades locais para a área da freguesia. Portanto, quem cria e isto está diretamente no artigo 43º que refere que “as comissões municipais de proteção civil podem determinar a existência de unidades locais de proteção civil, respetiva constituição e tarefas”. Quem pode criar e determinar a existência, não é a Assembleia de Freguesia. No ponto 2 refere que “as unidades locais devem corresponder ao território da freguesia e são obrigatoriamente presididas pela Presidente da Junta de Freguesia que, aliás, no âmbito do nosso executivo é a nossa Presidente da Junta que assume este pelouro da proteção civil, pensando o próprio que assim se mantém, e bem. Esta proposta devia ser imediatamente retirada. Há outra particularidade, podemos dizer se isto não é para criar a unidade local de proteção civil. É uma recomendação à Câmara, mas nem é a Câmara que pode criar. Quem pode criar as unidades locais é a tal comissão municipal de proteção civil. Podia ser uma recomendação para essa comissão municipal criar a unidade local, mas mesmo assim, teria de ser uma proposta/recomendação muito bem elaborada porque a unidade local de proteção civil tem custos e despesas associadas e tem funções que se forem atribuídas pela tal comissão municipal, vão ter um custo adicional que teria de ser objeto de um protocolo ou algo do género, ou então, percebermos de onde viria esse financiamento. Refere, ainda, não lhe parecer que seja assim tão urgente a criação desta unidade e nem sequer a proposta está feita em termos de recomendação porque teria de ser com outro conteúdo. Não estamos assim tão mal servidos, neste momento, em termos de proteção civil porque felizmente temos dois corpos de bombeiros e temos outras instituições ligadas à proteção civil, nomeadamente a PSP, o executivo da Junta e outras instituições. A coordenação, em termos do executivo da Junta, há um pelouro e uma presidente que assume esse pelouro e, portanto, não é uma coisa assim tão urgente. Apelou à Assembleia para que desista disto porque na realidade não podemos votar algo que é impossível legalmente. Acrescenta que esteve para votar contra a admissão da proposta, mas depois teria de justificar e, em termos democráticos, é bom que tenhamos oportunidade de explicar as nossas opiniões.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) cumprimenta todos os presentes e deseja as rápidas melhoras à senhora Presidente da Assembleia de Freguesia. Relativamente a esta proposta apresentada aqui na assembleia, gostaria de referir que a mesma não se encontra bem formulada e que gostariam, em primeiro lugar, de sugerir uma alteração para, em vez de proposta, ser uma recomendação e, aí sim, poder ser votado nesta assembleia porque de facto as recomendações estão regimentadas e as propostas não. Em segundo lugar, dizer que de facto a criação das unidades locais de proteção civil foram também uma proposta do PCP, a nível nacional, e, já estão a ser implementadas em algumas freguesias do nosso concelho, nomeadamente, em Massamá e Monte Abraão e, em Sintra. Segundo a lei da proteção civil municipal “as juntas de freguesia

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

podem deliberar a existências de unidades locais de proteção civil”. A bancada da CDU concorda na generalidade com esta moção, mas gostariam apenas de ressaltar e que pode parecer apenas um pequeno pormenor, mas que não é, e que é a questão da formação à população. Esta questão é essencial para estes casos de catástrofe e esta formação deve ser dada desde a escola, às associações, às cooperativas, à população em geral, dando um exemplo muito claro de porque é que pensam assim, em Sintra já foi criada esta unidade e, uma das iniciativas que tiveram foi criar um ponto de encontro para a população em caso de catástrofe, que é uma sinalética que existe no largo da feira de São Pedro e que tem inscrito “Ponto de Encontro” com umas setas. Na realidade, é uma boa iniciativa e julgam que é de facto importante que haja este tipo de iniciativas porque não sabemos se eventualmente iremos ter alguma catástrofe natural, ou não, e aquilo com que se tem deparado é que, de facto, aquela sinalética é importante, mas que a população não tem conhecimento para o que serve a mesma, pensando ser um ponto de encontro para os turistas. Referiu querer fazer esta ressalva relativamente à importância da formação e, se a bancada do Chega concordar com o nosso pedido de alteração e passar para recomendação, se esta proposta/recomendação for aprovada, e for, de facto, decidida a criação desta unidade local de proteção civil, é de fazerem então os esforços de forma a realizarem estas ações de formação que nós consideramos essenciais.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----
O Vogal Luís Garcez (CH) esclarece que, efetivamente, a criação das unidades locais de proteção civil depende, em primeira instância, desta Assembleia e não do Serviço Municipal de Proteção Civil que, só após aprovação em Assembleia de Freguesia, é que eles podem incluir essa unidade na proteção civil do concelho. Referiu que, se calhar, não tinha explicado tudo o que pretendia desta proposta. A unidade local de proteção civil não é só a senhora Presidente, ela é que encabeça e é a responsável máxima dentro da União de Freguesias por este serviço. A senhora Presidente encabeça, mas não tem ninguém para a coadjuvar neste assunto. Esta unidade é composta essencialmente por voluntários da população que recebem uma formação gratuita, não são funcionários e, portanto, não há um acréscimo de despesas que a bancada do Bloco de Esquerda sugere porque existem já outras freguesias a tê-lo, e cada vez existem mais porque é uma necessidade de estender o braço da proteção civil municipal até às freguesias que têm características muito próprias e, uma das missões dessa unidade local é exatamente avaliar os riscos da sua freguesia e ter elementos que compõem essa unidade local, que são uma extensão, nós temos bombeiros, mas eles não são a proteção civil, são agentes de proteção civil, a polícia não é a proteção civil, são agentes de proteção civil como somos todos nós. Não existe uma entidade que agregue os serviços de toda esta gente. Havendo aqui uma situação ferroviária, ou um acidente grave, tem de haver uma entidade que coordene todos estes agentes e essa entidade é a proteção civil e, não vem ninguém de Sintra, nem do Porto, nem de Coimbra. Em primeira instância, são os locais, nas primeiras setenta e duas horas, que dão a resposta efetiva a essas situações e, só após, é que vêm outros serviços mais musculados e mais compostos. Referindo-se a formação dirigida à população e, que é necessária todos esses elementos terem, a nível de proteção civil, nomeadamente, na autoridade nacional de emergência e proteção civil tem uma formação própria de voluntários e funcionam como voluntários, havendo um trabalho que não é pouco, sobretudo para o executivo porque tem um trabalho efetivo no campo de vigilância e de recomendação de qualquer anomalia que haja e que possa colocar em perigo a população, mesmo no dia a dia. Não é o serviço municipal de

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

proteção civil que cria as unidades locais, é esta Assembleia que aprova essa criação e o executivo depois fará as suas normas de procedimentos e haverá, então, uma recomendação ao serviço municipal de proteção civil para aceitar essa constituição. Referiu existirem muitas Juntas de Freguesia, mesmo em Lisboa, que estão há alguns anos à espera e que se encontram a funcionar de uma forma extraordinária. Há muito serviço desde as necessidades, de caso a caso, as pessoas tomarem conta de situações que ponham em perigo a população, em vez de andarem um a um a dizer que encontraram um buraco, etc. Essas unidades locais funcionam, envolvem a população e explicam à mesma como é que as coisas funcionam e acabam por estar mais imbuídas dentro do que é a gestão da sua freguesia e, tornam-se mais cúmplices de toda esta gestão. Mas isso passa sempre pela aprovação nesta Assembleia. É o princípio de tudo. Por último, referiu que se esta criação não for aprovada nesta Assembleia, nunca será aprovada, mesmo que haja uma proposta do executivo ou, do serviço nacional de proteção civil, teria de vir sempre a esta Assembleia para respetiva aprovação. Estamos a dar um primeiro passo para dizer à Câmara que estamos cá para podermos dar resposta na área da proteção civil que é constituída por voluntários e, não há custos acrescidos, antes pelo contrário, há um retorno muito grande em termos da defesa da população.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal José Ferreira.-----
O Vogal José Ferreira (CDS-PP) refere que efetivamente informação sobre socorro e proteção nunca é demais e que o quadro legal referido pelo Vogal Luís Garcez é válido e, sem dúvida nenhuma, é de uma mais-valia incrível. No entanto, julga que deveria ser explicado de uma outra forma e que é prematuro estar já a apresentar esta proposta de recomendação de criação de. Seria preferível retirar e criar um dossier com mais informação de forma a demonstrar efetivamente a validade desta ação, que tem junto da população e, aí sim, apresentar um dossier mais complexo, a cada bancada, porque isto não é mais do que um elo de ligação entre os agentes de proteção civil. Ninguém sobrepondo ninguém, mas todos trabalhando em conjunto. Na sua opinião, seria de retirar e conseguir obter um dossier com informação mais explícita e depois, sim, apresentar à Assembleia para a criação desta unidade. Por fim, terminou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----
O Vogal Carlos Diogo (PSD) inicia a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes, bem como aqueles que nos seguem em casa, mas também fazer um público louvor e agradecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros de Belas, à sua direção, comando, corpo de bombeiros e, obviamente, associados. Se estamos aqui a eles lhes devemos e muito agradecemos. Mencionou ter ouvido com atenção o Vogal Luís Garcez, bem como, a Vogal Helena Freitas e o Vogal José Ferreira e, o que aqui encaixava, não era uma proposta de criação, mas uma recomendação. E, essa recomendação que viesse acompanhada de um quadro orgânico, orçamento, necessidades em termos físicos e humanos, missão, objetivos e procedimentos a tomar nesta unidade local de proteção civil. Sem dúvida que a Vogal Helena Freitas tocou naquilo que é fundamental, que é a educação de todos nós, desde o mais novo ao mais velho e, é na escola que tem de ser vivida, tendo todas as escolas, hoje em dia, oficiais de segurança que fazem simulacros. O nosso território tem algumas empresas e, pela sua dimensão, também obriga a ter oficiais de segurança e, sem dúvida, que é um terreno que deve ser desbravado e pensado e, obviamente que se o Chega trouxer aqui um dossier que todos

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

possamos avaliar, mas sim como recomendação à criação da unidade e, depois, compete ao executivo, na pessoa da senhora Presidente, discutir e levar a bom porto o que sairá desta assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) cumprimenta todos os presentes e refere que esta moção foi posta a discussão, o que não deveria ter acontecido, por uma razão, segundo o entender da bancada do PS: A lei é muito taxativa, as comissões municipais de proteção civil podem determinar a existência de unidades locais de proteção civil e, isto, só a eles lhes compete. Isto é o que está explanado na lei. A proposta já tinha sido distribuída, a senhora Presidente não reparou que isto não era da sua competência e, por isso, não deveriam deliberar sobre este assunto. Se a bancada do Chega reparar no que está explanado na lei base, vê que é impossível porque nós não temos autoridade e, não é da nossa competência deliberar sobre as unidades de proteção civil, mas ainda diria mais, julga que, no município de Sintra, a proteção civil funciona bastante bem. Há realmente um delegado da proteção civil na freguesia de Queluz e Belas e que é a senhora Presidente do executivo. Referiu considerar que deve ser colocado em cima da mesa, tal como, a bancada do Bloco de Esquerda colocou, e que é: quantos voluntários são necessários para isto? Quais os meios necessários? Quem vai dar a formação? Existem aqui muitas componentes e há um órgão que está instituído e, nós não precisamos que venha alguém do Porto, de Lisboa ou de Coimbra, porque nós temos um serviço funcional e bastante competente no município de Sintra, serviço esse que está em comunicação com a senhora Presidente do executivo. Nós temos elementos da proteção civil, no caso dos bombeiros, a própria polícia, entre outras entidades, aliás, está tudo explanado na lei. Acrescentou, ainda, pertencer, dentro da sua empresa, a uma unidade de proteção civil interna da própria empresa referindo que é bastante dispendioso porque tem formação, tem equipamentos, mas as empresas são obrigadas a tê-lo sem que nós nos substituamos, ou, possamos substituir à proteção civil e aos diversos agentes da proteção civil e que, neste caso, são bombeiros, a própria proteção civil municipal de Lisboa, a polícia, etc. Isto é a opinião da bancada do PS e não iriam apadrinhar esta proposta.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia solicita aos senhores vogais para que não se voltassem a repetir relativamente ao debate desta proposta de forma a poderem avançar um pouco na Ordem de Trabalhos e dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) saúda todos os presentes, desejando as melhoras à senhora Presidente eleita e menciona que relativamente a este tema, a Iniciativa Liberal gostava de declarar uma coisa muito simples, a Vogal Helena Freitas tocou no ponto que é a formação das pessoas porque estas não têm formação independentemente de tudo o que acabou de referir a bancada do Partido Socialista, que lhe parece bem, mas de facto, as pessoas não têm formação no terreno, no dia a dia, e, portanto, julga que este é um tema que, em boa hora, a bancada do Chega resolveu trazer aqui, provavelmente, não da melhor forma do ponto de vista formal, do ponto de vista legal se quiserem e, se calhar, tem de ser trabalhada de outra maneira e terá de ser uma recomendação, mas o facto de a competência mesmo que, legalmente seja, de a assembleia municipal ou do município de Sintra, para a criação destas organizações a nível local não nos impede fazer uma recomendação à própria Câmara, se acharem que é pertinente. Julga que a ideia é boa, se calhar tem de ser trabalhada, mas julga que haveria hipótese de termos aqui um consenso entre as várias bancadas para

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

uma solução que seja benéfica para todos e que não seja exatamente aquilo que a bancada do Chega propôs inicialmente.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) quis colocar uma questão acerca do contexto que estão a discutir relativamente à proteção civil, recordando-se que, em 2005, o anterior Presidente da Junta de Freguesia lhe chegou a mostrar, pessoalmente, na cave da sede da Junta de Freguesia, vários equipamentos que o mesmo tinha de resposta a uma potencial catástrofe, nomeadamente, um gerador, um rádio para comunicação com bombeiros e proteção civil, etc., e que havia toda uma tentativa de educação da população para informar que havia aquele equipamento para que, em caso de catástrofe, poderem dirigir-se à Junta de Freguesia para procura de auxílio. Queria confirmar se esses meios ainda existem e se não ficaram obsoletos com os anos porque, de facto, estão a falar de uma coisa que a própria tinha visto em 2005.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas informa ter entrado no ano de 2013 e desconhece esse equipamento, não existindo na altura em que entrou qualquer equipamento nas instalações da Junta de Freguesia de Queluz.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) menciona que pretendia dar alguns esclarecimentos. Dirigindo-se ao Vogal João Paulo Silva refere que, o que o mesmo tem na empresa são brigadas de primeira intervenção e que o próprio dava formação nessas brigadas. Como referido por algumas bancadas, se calhar não foi apresentada da melhor forma, embora continue a referir, porque esta é a sua última experiência nas duas décadas, que é da competência da Assembleia de Freguesia a aprovação da criação da unidade local de proteção civil, que depois é admitida e é integrada no serviço municipal de proteção civil, mas nunca por iniciativa do serviço municipal de proteção civil que não se sobrepõe a esta assembleia, como os senhores vogais devem entender. A assembleia é soberana e tem de passar sempre por aprovação na mesma e não no serviço municipal. É assim que se processa e se tem processado em Portugal, desde que existe esta lei. As freguesias, em tempos, foram dotadas de meios para serem utilizados pela população, não houve a preocupação de dar formação às pessoas. Essa formação é gratuita e faz parte da integração da população naquilo que a ela diz respeito porque se houver uma situação de grande catástrofe podem crer que não são os Bombeiros de Queluz, nem os de Belas, que serão os primeiros a intervir, normalmente, se houver uma grande catástrofe, as pessoas que estão dentro do sítio da catástrofe estão preocupadas é consigo próprias e com a sua família. Por norma, são sempre chamadas entidades que se encontram nas proximidades. É este o procedimento em termos de catástrofe e, eles são agentes de proteção civil, como são todos os cidadãos e os moradores em Queluz e Belas também são agentes de proteção civil contrariamente aos outros que estão integrados em forças próprias, como os corpos dos bombeiros, a PSP, a própria EDP que é um agente de proteção civil, a CP, mas as pessoas em si, não estão preparadas para isso. Quando há um incêndio numa casa, não sabem o que devem fazer, quando algum vizinho cai inanimado só têm de chamar os bombeiros e esperam meia hora e é importante estas unidades porque são unidades locais, são unidades que se protegem a si próprias, nas primeiras setenta e duas horas não contam com a ajuda de ninguém e são as pessoas que têm de se entretajar. Relativamente à proposta do Vogal Carlos Diogo, de criar um dossier com os procedimentos,

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

etc., refere que não é esse o nosso propósito porque depois, sendo criada a unidade de proteção civil, é nomeada uma comissão para instauração da unidade e eles é que vão fazer esse trabalho. Nós se o fossemos fazer, íamos limitar o trabalho da pessoa responsável pela proteção civil, a senhora Presidente, e a toda a comissão que depois fizesse parte porque tinha sido aprovado um determinado quadro orgânico, um determinado objetivo, determinados procedimentos que não é esse o propósito. O propósito é simplesmente a criação de unidade e depois será nomeada essa comissão para fazer esse levantamento e esse estudo de acordo com o executivo e com as disponibilidades.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que, não entrando na parte técnica, contrariamente ao que algumas bancadas aqui disseram, a bancada da CDU continua a achar que isto é da competência da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia e concordam com a criação desta unidade local de proteção civil.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD), dirigindo-se ao Vogal Luís Garcez, refere que os bombeiros quer de Queluz, quer de Belas, estão preparados e têm estado preparados. Ouviu a sua intervenção com atenção, quando o mesmo referiu que estes são os primeiros a fugir porque foram praticamente estas as suas palavras e não as podem aceitar aqui, de forma alguma e nem ficar calado e, quando efetivamente vem aqui alguma coisa a esta Assembleia que seja para criar, para desenvolver, foi sempre aquilo que nos debatemos, a análise custo de benefício e, portanto, é aqui que tem de ser falado e é aqui que têm de ser colocadas balizas porque não há cheques em branco. Dessa forma é possível criar discussão, mas de outra forma não. Portanto, se houver uma recomendação sim, mas proposta de criação, não.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) refere que, da forma como isto foi apresentado, deveria ser retirado e, a bancada do Chega deveria, numa próxima ocasião, apresentar isto como recomendação. Aí sim, a Assembleia de Freguesia só tem autoridade, neste caso, para votar uma recomendação. Não tem autoridade para criar nenhuma unidade de proteção civil local.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) informa que passa o documento a proposta de recomendação.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que, de forma a esclarecer e para que este assunto fique bem resolvido, questiona se a bancada do Chega aceita que passe o título a ser “Recomendação para a Criação de uma Unidade Local de Proteção Civil” e que, na última alínea, seja alterado para “... é recomendada a criação ...”, ao que o Vogal Luís Garcez volta a confirmar.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia informa que a proposta n.º 1 apresentada pela bancada do Chega, passa a recomendação e coloca a mesma a votação.-----

Votação: A favor 18 (PS – 8; CDU – 3; CDS-PP – 2; CH – 2; BE – 2; IL – 1); Abstenções 3 (PSD).-----

A recomendação foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá seguimento à sessão, passando à Proposta n.º 2, apresentada pela bancada do Chega e dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) passa à leitura da **Proposta n.º 2**, intitulada “**Pela instauração da celebração solene do 25 de novembro**”. (Anexo 4)-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A Vogal Helena Freitas (CDU) começa por referir que, hoje, passados 46 anos do 25 de novembro e com tanto conhecimento que já foi tornado público sobre este acontecimento histórico no nosso país, nomeadamente, à sua origem, aos seus intervenientes e, também, ao grande papel que teve em gerência externa neste acontecimento é extraordinário que ainda se tente fazer deste dia um motivo de celebração. Este dia representa, na sua essência, o travar de um processo revolucionário que restituiu a dignidade a tantos trabalhadores e, a um povo que viveu tantos anos na pobreza, sem acesso a cuidados de saúde e sem acesso à educação. O 25 de novembro nada mais foi do que uma estratégia político militar de uma extrema-esquerda que tentaram a todo o custo colar ao PCP e a uma direita que percebeu que o PREC não servia os seus ideais. E, assim, pelo caminho tentaram afastar o PCP da vida política envolvendo-o numa teia de mentiras e simulando um discurso populista de que o PCP queria uma ditadura no nosso país. O 25 de novembro representa também o culminar de uma perseguição e tentativa de eliminação do mais antigo partido político de Portugal, o PCP, através de diversas ações violentas que, hoje, ao fim de 46 anos já podemos contabilizar. Foram, no total, entre julho e agosto de 1975, duzentos e trinta e nove atos de violência, entre os quais, assaltos, destruição, fogo posto em centros de trabalho do PCP, atentados à bomba e agressões a militantes. Hoje, aqui, nesta assembleia, passados 46 anos, é muito frequente ouvir outras bancadas, tal como na Assembleia da República, e vários partidos políticos diferentes, não todos, obviamente, e, ouvi-los dizer que o partido comunista português é de facto um partido essencial para a democracia no nosso país. E, é por isso, que quando somos surpreendidos com este tipo de moções, saudações, neste caso, uma proposta, nos sentimos indignados e ofendidos. Acreditamos que, o verdadeiro momento de liberdade e que merece ser celebrado, na realidade, é o 25 de abril e que este tipo de documentos que são hoje aqui apresentados representam simplesmente uma afronta a todos os que defendem a liberdade e o poder local democrático. Neste sentido, a CDU votará contra tanto, esta proposta, como as restantes moções sobre este tema e, não poderiam, também, deixar de alertar o executivo que se esta proposta for aprovada, terão de fazer uma sessão solene do 25 de novembro, todos os anos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) começa por referir que o Bloco de Esquerda também irá votar contra e, só lamenta que, quase a chegar aos cinquenta anos do 25 de abril, uma data, na qual a sua família sofreu com esta situação e que não tem palavras para exprimir a sua revolta porque este documento, da forma como está escrito, está dirigido a um só partido, ao Partido Comunista Português. Não querendo ser advogado do referido partido, menciona que o partido comunista, sendo o partido mais antigo, foi o partido ao qual devemos muito e, que, apesar de haver divergências em termos de composição política, o partido comunista fez muito para esta democracia e sofreram muito. Houve militantes do partido comunista que foram assassinados. O texto apresentado pela bancada do Chega é uma ofensa a todos os patriotas, a todos os democratas e, a todos aqueles que lutaram pela liberdade deste país. Se, hoje, temos um serviço nacional de saúde, se estamos aqui, hoje, a falar livremente, devemos àqueles que lutaram e que deram a sua vida. Referiu que há uma homenagem que pretendia fazer a dois grandes vultos da democracia portuguesa, o Dr. Álvaro Cunhal e o Dr. Mário Soares, que foram dois escorraçados. Por fim, termina a sua intervenção referindo “voltem atrás e tenham a noção daquilo que estão aqui a apresentar”.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

O Vogal Carlos Diogo (PSD) refere que ia começar por dizer as palavras que ouviu do Vogal Luís Garcez, na tomada de posse, “somos um partido humanista” e, que agora diria, a quem escreveu este texto, “desconfia dos teus pensamentos, critica-os e depois decide”, de uma forma humana, porque este texto tem tudo menos humano. Comportamento gera comportamento e também está indignado. Nós, aqui, temos liberdade de voto e iria votar contra esta proposta.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) refere que o 25 de novembro não foi apagado das nossas memórias e, é sintomático que, quem não tem uma visão de futuro esconde-se no passado. O Partido Socialista teve o seu papel no 25 de novembro e não o esquecemos de forma alguma. A forma como o 25 de novembro nos é apresentado é uma maneira de relativizar o 25 de abril porque este foi o ponto de partida e, o 25 de novembro, foi apenas uma continuidade. Nós não podemos tentar esvaziar a importância do 25 de abril. O 25 de novembro deve ser encarado como uma data de moderação e de reconciliação do povo independentemente das suas tendências partidárias ou políticas. Portanto, o 25 de novembro deve ser encarado como um processo de continuidade do 25 de abril e, parafraseando um ilustrista e ex-Presidente da República, Jorge Sampaio, recentemente desaparecido, “25 de abril sempre”. Terminou a sua intervenção mencionando que votam contra esta proposta.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal José Ferreira.-----

O Vogal José Ferreira (CDS-PP) começa por referir que é bom lembrarmo-nos da história e que, também, é bom lembrar que o Dr. Mário Soares também foi a favor, publicamente, do 25 de novembro e que na televisão pública nacional, o mesmo frisou que o 25 de novembro foi uma data histórica para Portugal, pelo bem. Referiu ainda que, a única coisa que ia sugerir era que fosse retirada a instauração de sessão solene e, se calhar, uma recomendação por escrito para os comandos, para a Câmara, seria menos dispendiosa para a Junta.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que, sobre este tema, a Iniciativa Liberal tem uma posição que é conhecida e que iria expressar quando for debatida a moção sobre a mesma data que apresentam a esta assembleia. Percebe a ideia e os fundamentos apresentados pela bancada do Chega, mas não se revê, de todo, na forma como está escrita e na forma agressiva de colocar o tema. O 25 de novembro tem o seu papel, como o 25 de abril tem e não vale a pena a extrema-esquerda tentar esconder que se não fosse o 25 de novembro nós não estávamos aqui porque se calhar alguns de nós estavam aqui, mas todos nós e a polaridade que esta assembleia tem, não estaria aqui sem o 25 de novembro.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passa à votação da Proposta n.º 2.-----

Votação: A favor 2 (CH); Contra 15 (PS – 8; PSD – 2; CDU – 3; BE – 2);-----

Abstenções 4 (PSD – 1; CDS-PP – 2; IL – 1).-----

A Proposta n.º 2 foi rejeitada.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola para ler o respetivo Voto de Saudação.

O Vogal Pedro Rola (IL) passa à leitura do **Voto de Saudação**, intitulado “**25 novembro 1975**”. (Anexo 5)-----

Não havendo intervenções por parte das restantes bancadas, o Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que esta proposta não é contra nenhum partido, é simplesmente para colocar no lugar histórico que deve ter o 25 de novembro. A liberdade neste país e, para um liberal como o próprio, a liberdade é, como devem imaginar, o valor fundamental. A liberdade começa neste país a 25 de abril de 1974, não tenhamos a menor dúvida, a Iniciativa Liberal desce a Avenida da Liberdade e, poucos os partidos que apresentam aqui moções sobre o 25 de novembro, o fazem. A Iniciativa Liberal desce a Avenida da Liberdade manifestando o seu apoio e o seu apreço pelo 25 de abril e, fá-lo, também, para que isso não seja um exclusivo da extrema-esquerda. O 25 de abril não pode ser apropriado, não pode continuar a ser propriedade pela extrema-esquerda. Da primeira vez que descemos a Avenida da Liberdade, a organização, porque provavelmente eram um partido ainda pequeno, apoiou a iniciativa e da segunda vez já tivemos de fazer um desfile próprio, mas faremos as vezes que forem precisas porque revemo-nos no 25 de abril, mas também nos revemos no 25 de novembro. O 25 de novembro foi o travão a uma deriva radical que o país atravessava naquele momento e, é tão importante para nós, o 25 de abril como é o 25 de novembro. Nós não comemoramos o 25 de novembro, provavelmente, poderá haver quem o faça, mas nós, Iniciativa Liberal, não o comemoramos por substituição do 25 de abril. Ambas são datas importantes e têm o seu lugar na história e é lamentável que os manuais escolares que são passados aos miúdos de hoje, na escola, não refiram a importância do 25 de novembro porque como disse anteriormente, se não fosse o 25 de novembro, não estávamos aqui. Alguns de vós estariam, mas nós todos não estávamos aqui e não teríamos a pluralidade que temos nesta assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que quem mais defende o poder local democrático é a CDU. Sempre o defenderam e sempre o vão defender e, não é alguém da extrema-direita que vem dizer que nós tínhamos uma ditadura se o PREC tivesse continuado e não tivesse havido o 25 de novembro. Por isso, o que a CDU tem a dizer é que não se revê na extrema-direita que apresenta estas saudações.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia coloca o Voto de Saudação da Iniciativa Liberal, a votação.-----

Votação: A favor 8 (PSD – 3; CDS-PP – 2; CH – 2; IL – 1); Contra 5 (CDU – 3; BE – 2); Abstenções 8 (PS).-----

O Voto de Saudação da Iniciativa Liberal foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à bancada do CDS-PP para leitura da respetiva moção.

O Vogal Luís Seixas (CDS-PP) passa à leitura da **Moção - Voto de Saudação** com o tema **“46 anos do 25 de novembro de 1975”**. (Anexo 6)-----

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia passa à votação da referida moção.-----

Votação: A favor 16 (PS – 8; PSD – 3; CDS-PP – 2, CH – 2; IL – 1); Contra 5 (CDU – 3; BE – 2).-----

A Moção apresentada pelo CDS-PP foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola para passar à leitura do **voto de pesar pelo falecimento do ator Rogério Samora**. (Anexo 7)-----

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa passa à respetiva votação.-----

Votação: A favor 19 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS-PP – 2; BE – 2; IL – 1); Abstenções: 2 (CH).-----

O voto de pesar apresentado pela Iniciativa Liberal foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Freitas da CDU para leitura da **“Saudação ao Serviço Nacional de Saúde”**. (Anexo 8)-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Após a respetiva leitura, a Vogal Helena Freitas menciona que tal como tinham referido este documento é uma saudação e que se algum partido quisesse associar-se à mesma, poderia fazê-lo.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) informa que o Bloco de Esquerda está de acordo com esta saudação e que a mesma faz referência às peripécias que nós, aqui em Belas, sofremos com a falta do Centro de Saúde, argumenta as preocupações que vão existir no novo Centro de Saúde que se saúda, contudo, quis deixar ao executivo uma atenção especial, para que o mesmo começasse a preocupar-se em como vão ser os acessos. Há alternativas possíveis, mas isso é com os técnicos da Câmara e com os técnicos da Junta de Freguesia. De qualquer maneira, é uma saudação bem-vinda porque o concelho de Sintra é caricato. Houve, de facto, alguém que prometeu que ia repor os médicos de família, mas há uma coisa que têm de fazer e que é aumentar os salários aos médicos e as condições aos mesmos e ao pessoal de apoio. Nas próximas eleições devem ter a perspetiva de que Portugal não pode continuar com salários tão baixos e se queremos ter médicos de família, não podem os mesmos ganhar mil e duzentos euros. É impossível porque de certeza que os deputados que vão para o parlamento europeu não vão ganhar o mesmo valor e, nós, precisamos de médicos e técnicos. Apela ao Partido Socialista para ter a coragem de, contra tudo e, contra todos, aumentar os salários para os médicos de família. Por isso, Belas e Sintra estão a sofrer contra as perspetivas que prometeram.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia alerta para a proximidade das vinte e três horas e que ainda tinham uma moção e uma recomendação para discussão e apela ao sentido de síntese. De seguida, dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) menciona que que pretendia apresentar duas notas apenas, a primeira era questionar quando é que esta saudação foi enviada porque não tinha sido rececionada pelos membros da sua bancada, tendo sido informada que a referida saudação não tinha sido distribuída.-----

Refere ainda que a bancada do PSD se revê inteiramente nesta questão. A questão da saúde é inevitável votar favoravelmente porque é um problema que nos afeta a todos, não só em Sintra, mas no resto do país e, nós, aqui em Sintra, revemo-nos inteiramente e associamo-nos a esta saudação.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia refere que não havendo mais intervenções e, não havendo sentido de voto nesta saudação, passavam à apresentação da Recomendação da bancada da CDU, dando a palavra ao Vogal David Trabuço.-----

O Vogal David Trabuço (CDU) passa à leitura da **“Recomendação sobre a Quinta do Senhor da Serra”**. (Anexo 9)-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) informa que o Bloco de Esquerda concorda e apoia integralmente esta recomendação. Gostariam que houvesse aqui uma referência à Anta que está integrada nesta Quinta do Senhor da Serra porque é um monumento muito importante do ponto de vista arqueológico, mas tirando este pequeno aspeto que não é significativo para a decisão que têm de tomar, irão votar a favor.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) menciona querer dar uma nota à bancada do Bloco de Esquerda que não foi referenciada porque o que resta da Anta são pedras soltas que terão de ser recuperadas, estando a mesma completamente destruída.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia passa à votação da referida Recomendação.-----

Votação: A favor 21 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS-PP – 2; CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

A Recomendação apresentada pela bancada da CDU foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa informa ter mais uma Moção da CDU e dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) passa à leitura da **Moção** intitulada **“Pela Reposição da Freguesia de Quéluz e da Freguesia de Belas”**. (Anexo 10)-----

O Presidente da Mesa da Assembleia questiona os senhores vogais se alguém se quer inscrever e dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) menciona que o Bloco de Esquerda está inteiramente de acordo com esta moção, com o seu espírito e com a necessidade de repor as duas freguesias da união. Acrescenta que, quanto a si, é um bocado inconsequente quando delibera exigir ao governo a desagregação. O poder de criação de freguesias não está no governo, portanto, do ponto de vista legal, a Lei n.º 39 de 2021, de 24 de junho, que foi a que criou esta possibilidade da criação das freguesias atribui à Assembleia de Freguesia, à Assembleia Municipal e à Assembleia da República a decisão sobre estas coisas. Portanto, julga ser um pouco extemporâneo estarem aqui a exigir do governo quando a situação é que isto não é propriamente o governo que tem a capacidade de decidir. Se esta particularidade da exigência ao governo for retirada, irão votar a favor, senão, ficam um pouco na dúvida porque está tudo bem, está tudo correto, mas é inconsequente.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) informa que ia falar sobre esta matéria porque anda em luta sobre a mesma há mais de três anos e, até porque faz parte de uma plataforma nacional que levou a que, junto do parlamento, conseguíssemos reunir com vários partidos e que veio culminar na lei referida pelo Vogal Paulo Mourão e que, neste momento, estão a passar os seis meses e que entra em vigor entre dois e vinte e oito de fevereiro. Aconselha uma leitura da mesma a todos os partidos aqui representados, bem como ao executivo, porque vai ter ação nessa questão, quando for apresentada. Portanto, com base no critério da lei, a proposta tem de nascer na Assembleia de Freguesia, tem de estar de acordo com o executivo, há determinadas conjunturas para se apresentar a criação ou desagregação da freguesia que tem de ter vários conceitos. Tem de ter mais de setecentos e cinquenta habitantes e uma série de condições para poder ser apresentada. A CDU faz bem em apresentar esta moção, mas o governo já não tem nada nesta matéria para a criação de freguesias. Tem a Assembleia de Freguesia e o executivo da mesma, a Assembleia Municipal que depois enviará para o parlamento, onde será aprovado. Portanto, é assim que vai funcionar, em todo o país, se houver um conjunto de freguesias que queiram a desagregação. Esta proposta terá de ser uma recomendação, mas não tem nada a ver com o governo.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) quis dar uma primeira nota sobre a admissibilidade desta proposta, referindo que, nós gostaríamos, Iniciativa Liberal, e, se calhar, as restantes bancadas, também, porque este tipo de propostas, pelo menos, estas, com esta profundidade, nos fossem facultadas mais cedo para as podermos analisar. A Iniciativa Liberal tem uma posição sobre este tema que vai expressar aqui, mas podia ser uma matéria que tivéssemos de estudar e, não teríamos uma posição tão fundamentada. Em primeiro lugar, há

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

aqui uma série de referências à situação que levou à agregação das freguesias, à criação desta União de Freguesias, esquecendo completamente que isto foi uma imposição da intervenção externa da Troika, na sequência de uma pré-bancarrota para não dizer bancarrota do país. Dizer que houve dois partidos, ou mais, que se lembraram de fazer isto, não é verdade porque o que aconteceu é que isto foi imposto fora. E foi imposto fora porque o país precisava de dinheiro e a Troika interveio e impôs condições. Dito isto e, é apenas um pequeno reparo ao enquadramento histórico disto, há aqui uma série de coisas que nada têm a ver com esta agregação de freguesias. Por exemplo, a extinção ou a inexistência, neste momento, de agências bancárias em Belas, nada tem a ver com a agregação das duas freguesias porque isto iria acontecer em qualquer dos casos. A questão dos CTT, no Casal da Barota, idem, portanto, são referências a coisas que acontecem e que são coladas a esta União de Freguesias e que não parecem de todo corretas. No essencial, nós estamos de acordo com esta proposta, dito isto e fazendo estes reparos, ou seja, nós achamos que estas freguesias devem ser desagregadas, mas achamos que isto não pode ser um *roll back* para o passado, ou seja, não é voltar a repor as freguesias. O que valia a pena de facto fazer, na nossa opinião, era estudar e saber qual seria o novo desenho da nova freguesia de Belas e da nova freguesia de Quéluz. Por exemplo, a zona do Casal da Barota, que estava integrada na freguesia de Belas, antes desta União de Freguesias, nada tem a ver, do ponto de vista sociocultural, económico e o que quiserem, com Belas. Tem muito mais a ver com Massamá, portanto, nós achamos que sim, deve ser revertido, estamos de acordo, mas que a reversão não deve ser tão só voltar exatamente ao ponto de partida anterior.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal António Caxaria.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) cumprimenta todos os presentes e refere que relativamente a esta moção vai votar a favor e, vai votar a favor porque a atual Freguesia de Quéluz e Belas tem o número de votantes, não sabe a população, mas sabe mais ou menos, que o número de votantes é superior a várias dezenas de concelhos que existem no país. Portanto, esta freguesia é uma freguesia maior que muitos concelhos do país e, para uma boa gestão autárquica, seria conveniente a sua redução. Por outro lado, num estudo que fez sobre a reorganização do mapa dos municípios, chegou à conclusão de que o único município do país que devia ser dividido era o município de Sintra, daí não se pôr de parte a criação do concelho de Belas. Portanto, concorda com a divisão da freguesia, mas também concorda com uma coisa que não se encontra aqui, mas que poderá aparecer no futuro e que é a criação de mais concelhos no município de Sintra e, nessa altura, a reorganização das freguesias dos novos concelhos poderá ser feita.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal José Ferreira.-----

O Vogal José Ferreira (CDS-PP) refere que o que foi feito efetivamente em 2013 foi mal desenhado, foi uma coisa mais rápida, mas foi fruto de algo, de uma consequência que se passou numa pseudo banca rota. Efetivamente, aquilo que o Vogal Pedro Rola afirma é correto, não devemos fazer um *roll back* ao passado, mas sim perceber efetivamente o que se vai fazer e, julga que é de se propor uma comissão de estudo exatamente para perceber como é que se vai dividir, estando também a favor dessa tal divisão das freguesias de Quéluz e de Belas, mas propor uma comissão para avaliar essa separação e perceber os prós e os contras dessa própria separação. Mais, tal como o Vogal António Caxaria frisou, Quéluz tem todos os indicadores para poder ser um concelho e que era algo que também se poderia avaliar. Portanto, teria a sua mais valia tendo em conta que, nós contribuímos com bastante para Sintra e Sintra não contribui para aqui. Para nós

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

conseguirmos ter Queluz, Belas, Massamá e Monte Abraão e, provavelmente, um bocado de Casal de Cambra, agregados num concelho e, se calhar, com um grande potencial e fazer daqui algo grande.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) menciona que a única coisa que pretende referir, após ouvir as várias bancadas, podendo ou não concordar com o que foi dito, é que já é a quarta vez que vem aqui à Assembleia de Freguesia e isto é meramente inconsequente por uma razão, neste momento, nós não temos qualquer poder de fazer o que quer que seja. Na sua opinião, quando houver algo palpável e sério, sim, então devemos debruçar-nos todos sobre esta temática e fazer uma coisa bastante construtiva. Neste momento, não faz sentido. Concorda com a opinião de várias bancadas, mas passa o termo “é estar a chover no molhado” e, neste caso, a bancada do PS vai votar contra.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal José Ferreira.-----

O Vogal José Ferreira (CDS-PP) mediante as palavras do senhor vogal, refere que era ótimo propor essa tal comissão para começar a avaliar as condições para avançarmos com esta divisão.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) refere que o Chega também é da opinião e, a população em geral, anseia para voltar ao que estava antes. É lógico que como foi referido, é necessário efetuar um estudo porque há zonas como o Casal da Barota, que não faz sentido a forma como foi dividida, ou seja, é muito importante rever esta situação e, a própria população não está satisfeita, diferenças culturais, economia da região, há muitas diferenças e a população não se revê nesta união e o que a bancada da CDU pretende é exatamente isso, dar um bocadinho de resposta à população e o Chega também se revê nesta situação, não na forma como está apresentada, como exigir ao governo, mas estamos perfeitamente de acordo que se a CDU concordar e, como outras bancadas referiram, é para se criar alguma comissão para estudar até, em termos geográficos e, para ser proposta esta divisão.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que é lógico que vai aceitar as propostas ou as opiniões do Bloco de Esquerda, não exigir ao governo, mas trocar este parágrafo pela desagregação da União de Freguesias de Queluz e Belas. É a única situação que revê aqui nesta moção, foi um lapso, nós temos de deliberar e a seguir a deliberarmos, envia-se para a Câmara Municipal e para a Assembleia da República. O governo já não tem nada a ver com isto. Quanto às várias opiniões e, começando pela Iniciativa Liberal e pelo Chega, o que a CDU deseja e que é o que a população, na sua maioria, deseja, é a reposição das freguesias tal e qual como estavam. Agora, a CDU ou o Vogal da Iniciativa Liberal que reside no Casal da Barota e que, se calhar, prefere chamar-lhe Massamá Norte, nós não temos culpa que aquilo tenha sido vendido como Massamá Norte. A culpa não foi nossa, foi do promotor imobiliário porque aquilo nunca foi Massamá Norte. É território da freguesia de Belas, não há condições e, compreende, que para chegar à freguesia de Belas tem de ir a Queluz, de comboio, para apanhar o autocarro para Belas, mas isso também é um problema que não foi resolvido pela Câmara de Sintra quando esteve a discutir a questão dos transportes no concelho. Agora, a moção está como está e é para repor a freguesia de Belas tal e qual como estava antes da agregação. Por isso e, possivelmente, o senhor Vogal da Iniciativa Liberal gostaria de estar na Assembleia de Freguesia de

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

Massamá e Monte Abraão, mas tem de estar na Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas porque pertence ao território de Quéluz e Belas.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal José Ferreira.-----

O Vogal José Ferreira (CDS-PP) menciona que estamos aqui todos a comentar que a população é quem exige, quem pretende, mas o CDS também defende que efetivamente se deveria fazer um referendo e, se calhar, vale a pena, não exigir, mas propor que seja feito um referendo e, assim, também auscultamos o povo e percebemos exatamente o que é que eles irão decidir porque fazem parte da escolha.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que a intervenção do Vogal Filipe Borregana o obriga, obviamente, a responder. Está muito satisfeito por ter sido eleito pela União de Freguesias de Quéluz e Belas e sente-se muito bem aqui e teve votos em Quéluz, Belas, Casal da Barota e, em muitos outros sítios, portanto, não percebe sequer a referência. Refere ainda que, o eu vejo e o que eu sinto é que a população já não estava contente, no caso do Casal da Barota, ou parte da população, em estar integrada na freguesia de Belas e, isto, muito antes da União de Freguesias e acho que era isto que valia a pena estudar, andarmos aqui com aquela ânsia que o PCP tanto tem de reverter tudo o que a Troika fez, não chega, passaram oito anos e temos de olhar para o território e pensar como é que isto deve estar dividido. E, não importa se o Vogal Pedro Rola, da Iniciativa Liberal, está em Massamá, em Belas, em Quéluz, ou, não está em lado nenhum. Está onde os eleitores quiserem que esteja. Isso não é o relevante. O relevante aqui é que não basta andar para trás, passaram oito anos e temos de repensar o problema e, se calhar, pegando nas palavras da bancada do CDS, fazia sentido criar uma comissão para estudar isto porque vir aqui apresentar propostas para dizer tudo o que a Troika fez, ou, tudo o que foi feito no tempo da mesma, é tudo para andar para trás, é muito fácil. Difícil é pensar as coisas porque dizer isto é muito fácil.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) informa todos os vogais que esta questão da desagregação das freguesias está ao abrigo da Lei n.º 39 de 24 de junho, que foi promulgada pelo senhor Presidente da República. Aconselha todos os vogais a ler a respetiva lei porque é nesse contexto que qualquer situação de reversão da freguesia tem de ser à base dessa lei e não mais. Tem de ser proposta aqui na Assembleia de Freguesia, o executivo tem de estar de acordo e, tem de sair daqui, se for aprovada, por maioria, tem de seguir para a Assembleia Municipal. É discutida na Assembleia Municipal e enviada para a Assembleia da República. Portanto, a proposta do CDS está correta e, para isso é organizar para que numa próxima assembleia se possa apresentar essa proposta porque julga que a lei já está em vigor. A lei foi publicada a vinte e quatro e tem seis meses para entrar em vigor, portanto, aconselha a uma leitura atenta em vez de estarem aqui todos a emitir opiniões que estão fora de contexto. É na base desta lei que o trabalho foi feito pelo governo, foi uma proposta do governo à Assembleia da República, foi estudada e publicada.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) menciona que não há dúvida que a reposição das freguesias é da competência da Assembleia da República e, em matéria de direito, é da competência da mesma. Estão aqui a discutir e, se calhar, a passar um pouco ao lado a matéria que devem discutir e, olhando para a senhora Presidente do Executivo, em como já muitas vezes reconheceu e logo em 2013 reconheceu o trabalho hercúleo que tinha

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

pela frente e em pegar numa freguesia de Belas, nos serviços que estavam completamente despedaçados e que era necessário colá-los e, olhando hoje, temos um quadro de pessoal com oitenta e uma pessoas, dos quais apenas cinquenta e seis estão ocupados. Portanto, temos vinte e cinco vagas. Reparem em matéria de eficiência e eficácia o que é gerir uma mega União de Freguesias. Em matéria de direito, sem dúvida, que é da competência da Assembleia da República, em matéria de facto tem sido muito difícil para o executivo, nós bem sabemos, o orçamento mais do que duplicou e, termina, lembrando todas as bancadas que, sem dúvida, que o que aconteceu em 2013, não foi vontade dos presentes e foi uma imposição da Troika e do devaneio que o país estava a passar.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que na sua segunda intervenção não tinha respondido à bancada do PS quando mencionou que é a quarta vez que trazemos uma proposta idêntica. Isso é porque nós estamos sempre na expectativa que mudem de opinião outra vez. Antes da agregação eram contra a agregação e depois da agregação já deixaram de ser contra a agregação, podia ser que ao longo deste tempo já tivessem mudado novamente de opinião e, por isso, é que vão trazendo o mesmo assunto porque água mole em pedra dura tanto bate que pode ser que um dia fure.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia passa à votação da respetiva Moção.---

Votação: A favor 12 (PSD – 3; CDU – 3; CDS-PP – 2; CH – 2; BE – 2); Contra 8 (PS); Abstenções: 1 (IL).-----

A Moção apresentada pela bancada da CDU foi aprovada por maioria.-----

O 1º Secretário, Vogal Paulo Borges, informa que, antes de entrar no período antes da Ordem do Dia, ia dar conhecimento dos pedidos de substituição.-----

Da bancada do CDS-PP, a Vogal Ana Brinco não pôde estar presente, tendo sido convocado o Vogal José Ferreira. O Vogal Silvino Rodrigues também não pôde estar presente e foi convocado o Vogal Luís Seixas.-----

Da bancada do PS, a Vogal Soraia Almeida pediu a substituição e foi convocada a Vogal Tatiana Penedo, que não pôde comparecer e pela sua vez, foi convocada a Vogal Catarina Lalande que também não pôde e foi convocado o Vogal Arsénio Lopes, que está presente.-----

Da bancada da CDU, a Vogal Inês Fernandes pediu a substituição e foi convocado o Vogal David Trabuco.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passa ao período da Ordem do Dia com a leitura da convocatória e coloca a mesma a votação.-----

Votação: A favor 21 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS-PP – 2; CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

A convocatória foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passa ao **ponto nº 1** da Ordem de Trabalhos **“Apreciar e votar a ata da reunião anterior”** e dá a palavra ao Vogal António Caxaria.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) refere ter lido a ata com atenção e, tirando dois ou três pormenores relativamente à forma de escrever há um assunto que, para si, é importante e deseja que se altere ou então que se anule, ou melhor, que se anule o que aqui está escrito ou então, repor a verdade da situação. Isto tem a ver com uma intervenção da senhora Presidente, onde refere, na página onze, na quarta linha a contar do fim da ata, o seguinte: “Dirigindo-se ao Vogal António Caxaria, mencionou que era um prazer revê-lo nesta Assembleia de Freguesia ...”, mas agora vem aquilo com o qual não concorda “... e que teve a oportunidade de ser sua colega de bancada, não na bancada do PSD, mas na bancada do PS”. Não sabe se a senhora

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Presidente disse isto e, portanto, foi mal transcrito, mas se realmente disse isso, refere que nunca foi da bancada do PS. Desde há muitos anos que é da bancada do PSD, exceto no último mandato da senhora Presidente. Portanto, o que queria pedir era o seguinte: ou se riscasse esta linha, no caso de a senhora Presidente não ter dito isto ou se a senhora Presidente disse isto é para esclarecer que nunca foi colega de bancada e foi sempre do PSD. Portanto, é para riscar esta linha.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia refere que esta nota deve ser retificada e dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) refere não ter ideia de ter recebido ou de terem aprovado a ata da tomada de posse, não se refere à ata em minuta, essa já está tratada, mas julga que a ata da tomada de posse devia contemplar as intervenções que as bancadas fizeram. Está disponível para entregarem o documento em papel para facilitar a ata. Portanto, se isto corresponde à verdade, pensa que a mesa irá tratar de resolver essa questão. Relativamente à ata aqui em apreciação, não têm nada a opor.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) refere que relativamente a esta ata, a CDU gostava de propor que este ponto fosse retirado para ser corrigido naquilo que o Vogal António Caxaria mencionou e, por outro motivo, é que no início da ata está escrito que estiveram presentes os elementos da Assembleia de Freguesia constantes da respetiva lista de presenças que se anexa à presente ata e, não vem nenhuma lista de presenças. Portanto, sugerimos que se retire este ponto, volte a trazer-se numa assembleia posterior, já com a retificação solicitada pelo senhor vogal e com a lista de presenças.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia coloca a votação a retirada do ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos.-----

Votação: A favor 21 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS-PP – 2; CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

A retirada do ponto n.º 1 foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passa ao **ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos “Apreciar e votar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e ATIVIDADES MAIS RELEVANTES da União das Freguesias de Queluz e Belas para 2022)** e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas cumprimenta os presentes, e, antes de mais, quis voltar a saudar a direção dos bombeiros de Belas pela cedência deste espaço e, embora, não estando ninguém por parte dos bombeiros, quis que ficasse novamente referida esta disponibilidade que muito agradecemos sobretudo no momento que atravessamos. De seguida, passa à leitura do seguinte documento:

“Caras e Caros Vogais da Assembleia de Freguesia,-----

A Junta de Freguesia das Uniões de Freguesias de Queluz e Belas apresenta a vossas Excelências a proposta de orçamento, grandes opções do plano, plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes para 2022. As opções decorrentes deste documento que agora apresentamos, mais não são do que as do programa com que nos apresentámos à população e que foi sufragado no dia vinte e seis de setembro último. As mesmas refletem o caminho que tem sido percorrido desde finais de 2013, na gestão desta autarquia pelo PS e dão cumprimento às exigências legais aprovadas pelo novo sistema de normalização contabilística para as administrações públicas e as demais normas do POCAL, ainda em vigor. Esta proposta de orçamento, no montante total de dois milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e dezanove

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

euros, reflete uma redução de investimentos face ao orçamento inicialmente aprovado para 2021, facilmente justificável, considerando que em 2022, não se irá adquirir nenhuma viatura para a recolha de resíduos vulgo monos. Constituindo o orçamento no documento técnico onde se prevê as receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante o ano, o orçamento que aqui trazemos é um orçamento rigoroso que reflete as necessidades reais da União das Freguesias de Quéluz e Belas. Não obstante a redução de investimentos já mencionada, os encargos com o pessoal continuaram a aumentar dado o forte volume de serviço de apoio à população na integração social, mas também para fazer face, novamente, ao pagamento de atualizações salariais e do suplemento de penosidade que este executivo, desde logo, passou a efetuar desde o momento de entrada em vigor do diploma que o aprovou. O que constitui uma parcela muito significativa do orçamento percentualmente de 23,06%. A saber, o pagamento do suplemento de penosidade, os aumentos salariais e os subsídios de férias de Natal, implicam um reforço de vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e um euros e setenta e dois cêntimos. Importa informar, que demos cumprimento ao Estatuto da Oposição e auscultámos as mais forças políticas presentes nesta Assembleia de Freguesia. Recebemos do PSD, do CDS e do BE, notas relativamente a esta proposta. Agradecemos o seu salutar contributo, mesmo estando na oposição nesta Assembleia de Freguesia e, embora, em muitos casos, se extravase a própria competência desta Junta de Freguesia, outras já constituíam prioridade deste executivo e estão perfeitamente enquadradas na proposta deste orçamento, como as questões ambientais, o reforço e apoio ao associativismo e o apoio ao comércio local que são compromissos que foram assumidos em campanha eleitoral e reafirmados na tomada de posse, os eleitos para a Junta de Freguesia. Encontramo-nos, ainda, num momento de apreensão, embora, com claro desejo de que todas as atividades, projetos e ações que vínhamos desenvolvendo, continuem. Tal como, que as instituições da nossa freguesia retomem, todas elas, a sua normal atividade. E, nesta conjuntura, o que é preciso é que tenhamos presente que ainda se exige uma especial atenção e preocupação com o apoio social e a intervenção social em todas as suas vertentes, nos projetos internos, nos programas que desenvolvemos por nossa iniciativa ou em parceria local, pelo que, reforçámos substancialmente as verbas para estes efeitos e, a proposta de orçamento reflete este esforço se considerarmos que foi retirada uma verba total de sessenta mil euros que, em 2021, se destinava ao apoio aos Bombeiros Voluntários de Quéluz e, que, está já, ao serviço da população da cidade de Quéluz. Em tempos de pandemia, os orçamentos têm de prever, antes demais, políticas transversais de apoio social, nomeadamente, o apoio às associações de cariz social, às associações que apoiam as comunidades migrantes, num universo de trinta e seis nacionalidades, sem descuidar o apoio ao associativismo nas áreas culturais, criativas e desportivas, bem como, a celebração de protocolos com instituições amigas dos animais, mas para o PS, a transversalidade destas políticas, através das nossas ações e projetos, não se esgota aqui porque estamos cientes de que estamos perante uma crise social e económica e, por isso, o apoio ao comércio local, mediante o reforço das iniciativas que encetámos no início da pandemia, a dinamização da ligação da Junta de Freguesia enquanto entidade mediadora entre o município e o comércio local, através do cartão QB+, junto da população. A implementação da plataforma online agora diretamente vocacionada para o comércio e, que se encontra em estudo, o apoio técnico como facilitador junto das demais entidades e sua certificação, sem esquecer a colaboração com as forças de segurança numa troca regular de informação. Para além de que, desejamos que cresçam novas formas de parceria e iniciativas conjuntas como aliás tem sido o

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

que tem sucedido com os concursos anuais de presépios de Natal e de montras de Natal, cuja adesão tem vindo a aumentar e, este ano, contou até, com a valiosa colaboração das diversas escolas da União das Freguesias que decoraram as árvores, cujas crianças decoraram as árvores ecológicas que a Junta adquiriu e distribuiu pelo comércio local. A assunção de novas responsabilidades que a Junta de Freguesia tem vindo a assumir com as delegações de competências nos espaços verdes, espaços públicos, parques infantis e parques escolares, continuarão a constituir uma prioridade deste executivo porque para além de termos o dever de executar da forma mais eficaz e célere, tais competências delegadas, demonstramos que esse reconhecimento, que nos é dado, deve continuar. Não esquecemos os nossos compromissos e esse será o nosso caminho. Assim, criámos já a rúbrica para iniciar o processo de aquisição de desfibriladores para distribuir pelas nossas instituições cujo processo de formação será articulado com as nossas corporações de bombeiros devidamente certificadas. Os documentos previsionais para 2022, potenciam mais uma vez, o reforço das políticas de proximidade social de intervenção estratégica de acompanhamento às famílias. De reforço das redes criadas dentro da autarquia e as instituições da freguesia, seja na rede alimentar, através do substancial reforço ao apoio alimentar, seja da rede de apoio à idade maior, rede de trabalho que desenvolve soluções para melhoria da qualidade de vida dos idosos da freguesia com a participação ativa daqueles a quem se destina, da rede da empregabilidade e no âmbito do programa operacional de apoio à população mais carenciada, mantendo-se e reforçando-se medidas e projetos que constituem estruturas fundamentais de solidariedade social, nomeadamente, a comissão social de freguesia, o apoio de medicamentos que passou de sete mil euros para treze mil euros, os cabazes de Natal, apoios e ajudas técnicas, o apoio à população carenciada em situações de emergência, o apoio alimentar de emergência, que passou de vinte mil euros para quarenta mil euros e os projetos de combate ao desemprego, através do GIP, ou seja, Gabinete de Inserção Profissional, entre outros. Assim, na orgânica da cultura, educação, ação social e desporto, há um reforço de 1,27%, totalizando um acréscimo de mais de vinte e dois mil, duzentos e noventa e quatro euros e, com o saldo da conta de gerência será ainda reforçada esta orgânica, bem como, dos espaços verdes e o urbanismo. A sustentabilidade ambiental tem sido uma preocupação deste executivo e urge continuar a desenvolver todas as medidas e a procura de parcerias para, com as limitações decorrentes das nossas competências, implementar de forma transversal as questões ambientais em todas as áreas de intervenção com ações de sensibilização e, outras iniciativas, junto das escolas e da população em geral. A garantia de uma maior e mais eficiente participação da população através do reforço dos meios à sua disposição, como o orçamento participativo que se justifica adaptar a novas exigências e, tornar mais apelativo, bem como a necessidade de promover ações de sensibilização e educação ambiental é fundamental para mudar comportamentos, tal como, diligenciar junto dos serviços da Câmara para encontrar mais locais para colocação de centros de recolha de resíduos, urge encontrar mais e melhores soluções que respeitem o ambiente e contribuam para o desenvolvimento sustentável e ecologicamente saudável, atento a que a crise climática está na ordem do dia e, sabemos todos, que os impactos da crise climática poderão ter uma escala sem precedentes e, cabe a cada um de nós e, a todos, adotar medidas para colmatar esta situação e a vulnerabilidade que nos atinge. Dirá a oposição não construtiva que são insuficientes os valores, mas temos então a responder que somos responsáveis e conscientes de que a correta gestão do dinheiro público exige que assumamos apenas os compromissos que podemos cumprir e,

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

as prioridades que estabelecemos, mostraram já, à sociedade que estávamos certos e o apoio que prestámos a todos, quantos se nos dirigiram, não falhou, pois não ficou ninguém por apoiar nesta Junta, nem houve serviços essenciais que deixaram de ser executados. As feiras e festas serão realizadas se, e quando houver condições, mas o apoio às instituições e às famílias são a razão deste orçamento. Contamos ainda, durante este mandato, com o contributo das demais forças políticas sempre em prol da comunidade”. Por fim, refere que estará disponível para quaisquer questões que queiram colocar sobre o documento em causa.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que, para além de terem lido o documento de prestação de contas, ouvimos com atenção a senhora Presidente e o que nós sabemos é que isto é um documento de intenções para o próximo ano, mas também temos a dizer que de boas intenções está o inferno cheio e que relativamente às instituições que a senhora Presidente falou várias vezes, sociais, culturais, criativas e desportivas, no ano de 2020 também havia intenções de se pagar protocolos e que se chegou ao fim, com as necessidades que as instituições atravessavam, só pagou à maior parte delas, uma parte do protocolo. Este ano, pelo observado já no documento apresentado e que virá no ponto a seguir também ainda não pagou esses protocolos às instituições. Grande apoio que esta Junta está a dar às instituições. Isto foi só para começar e que iria passar à leitura da declaração de voto alusiva a este ponto. (Anexo 11)-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) refere que em relação a este orçamento, estava a ouvir a Presidente da Junta de Freguesia a falar e pensou “a análise que fizemos é a correta e isto é efetivamente aquilo que parece”. Isto é um orçamento muito em linha com aquilo que o Partido Socialista nos tem vindo a habituar ao longo dos anos, não só na Junta de Freguesia como também na Câmara e mesmo no governo. É um orçamento de distribuição. É um orçamento que mais do que se preocupar em criar algo de raiz é um orçamento que distribui e isto lembra aquela velha comparação do peixe e da cana de pesca. Isto é um orçamento de distribuição de peixes que não entrega a cana de pesca a ninguém, não cria lotas, não cria barcos, mas que distribui peixes muito bem e o que nós encontramos neste orçamento é que falta uma visão estratégica de curto, médio e longo prazo. Falta um caminho para a Freguesia de Queluz e Belas, falta um onde é que estamos e para onde é que queremos ir e, há um exemplo flagrante disto, neste orçamento e grandes opções do plano que é o caso do mercado de Belas. Fala-se no início do documento sobre o investimento no mercado de Belas e, passa a citar “será objeto de particular atenção que o início do projeto de requalificação daquele espaço, início, de forma a torná-lo num espaço de referência”, portanto, o início da requalificação, mas depois no plano plurianual percebemos que o investimento começa e termina em 2022, é mesmo só este ano e é um investimento residual, senão, vejamos, no documento que nos chegou inicialmente era um investimento de vinte mil euros, no mercado, depois na segunda versão do documento, ele desceu para metade. Neste momento, a tal aposta na requalificação do mercado de Belas agora é de dez mil euros. A bancada do PSD, no âmbito do direito da oposição pronunciou-se, como a Presidente da Junta de Freguesia mencionou e bem, e fez chegar algumas propostas, nomeadamente, no que diz respeito às medidas relacionadas com o COVID-19, nós propusemos a criação de um gabinete de apoio aos pequenos empresários da freguesia, muitos destes pequenos empresários são comerciantes que têm muita dificuldade em ter acesso aos apoios relacionados com o COVID porque primeiro é preciso saber que os apoios existem e

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

depois é preciso fazer candidaturas que respeitem todas as burocracias exigidas e, muitas vezes é difícil, e seria simples e relativamente pouco dispendioso para a Junta de Freguesia criar um gabinete de apoio a estes comerciantes que os pudessem ajudar. Por outro lado, propusemos ainda a criação de um roteiro turístico, por exemplo, que tirasse partido da quantidade de turistas que chegam, todos os dias, ao Palácio Nacional de Queluz e que quase parece que nem pertence à nossa freguesia, parece que está num cantinho. Tem uma gestão própria e nós não tiramos partido nenhum do que se ali se passa e, todos os dias, chegam ali dezenas de turistas que poderiam ser trazidos, atraídos para o Bairro do Chinelo, para os Arcos Reais, para a Mãe D'Água de Belas, para os fofos de Belas, para o rancho folclórico de Belas. Podia ser criada uma oferta integrada com os comerciantes que tirasse partido para todos. Estes são alguns exemplos e a Junta de Freguesia acabou por nem sequer dar resposta às nossas propostas e para o PSD é muito difícil viabilizar este documento nestas circunstâncias.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que antes de começar a ler o documento político, propriamente dito, uma pequena consideração sobre aquilo que a senhora Presidente disse e que fez uma exposição muito interessante sobre o orçamento que aqui apresenta e, começa por dizer que “este caminho foi sufragado nas urnas”. É verdade, foi sufragado nas urnas, mas perdeu aqui vogais e perdeu votos e, muitos. Portanto, o tal caminho que foi sufragado nas urnas tem um se, é certo que ganhou, o caminho foi sufragado, mas não é exatamente o caminho que iniciou há oito anos. De seguida, passa à leitura do documento político propriamente dito. (Anexo 12)-----

O Presidente da Mesa da Assembleia informa estarem próximos da meia-noite e questiona os senhores vogais se estavam de acordo com o prolongamento da assembleia por mais meia hora. Tendo a concordância de todos os vogais, deu a palavra ao Vogal José Ferreira.-----

O Vogal José Ferreira (CDS-PP) refere ter quatro questões a colocar relativamente às grandes opções do plano: refere que assumiram algumas competências durante o ano de 2021. Estas competências vieram da Câmara? Se sim, quais é que foram? Na página quatro, também gostavam de saber relativamente ao Gabinete de Integração Profissional, se já tem um número aproximado de desempregados que foram auxiliados e qual é o rácio relativamente à parte da integração dos mesmos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) menciona que ia começar já pelo fim para não perderem muito tempo. O orçamento para 2022 representa relativamente aos documentos dos anos anteriores uma continuidade possível num regime de pandemia que, não nos podemos esquecer, não terminou e que assume alguma imprevisibilidade. Verifica-se um aumento na despesa em área social que, entendemos não ser suficiente, considerando que a vida de muitos fregueses e freguesas vai continuar a ser complicada. Nesta situação, de início de mandato é importante a união ter o seu instrumento de gestão, digamos que, provavelmente se estivéssemos em anos posteriores, podemos e devemos ter uma exigência maior. Portanto, entendem que os documentos em apreciação não satisfazem na plenitude as necessidades das populações, no que diz respeito à solidariedade, à emergência climática e à qualidade de vida que são os objetivos com os quais o Bloco de Esquerda se compromete a trabalhar, dentro e fora dos órgãos autárquicos, privilegiando a participação das pessoas, dos cidadãos, na certeza de que só com elas será possível uma mudança. Portanto, entendem que

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

apesar dos passos relevantes dados por este orçamento, este ficou aquém do que seria necessário e possível em alguns pontos. Ainda, assim, a bancada do Bloco de Esquerda, vai votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o orçamento para 2022. Entretanto, gostariam de partilhar algumas medidas de complemento do plano e do orçamento, grande parte sem necessidade de grandes recursos e que poderiam eventualmente vir a ser implementados durante o ano de 2022, com os órgãos autárquicos. No que diz respeito ao ambiente, desenvolver ações que promovam os valores, comportamentos e atitudes de defesa do ambiente, no que respeita à limpeza urbana, a separação do lixo, recolha de monos, preservação de espaços verdes em articulação com escolas e instituições da união, município, SMAS, que têm uma função muito importante, a nível do concelho. Por exemplo, não havendo na freguesia locais de entrega de equipamentos elétricos e eletrónicos, é possível promover, sem custos, a criação destes locais de recolha de lixo eletrónico. Ainda, neste aspeto do ambiente, deveria, quanto a nós, ser preparado, durante o ano de 2022 e, para que no próximo ano, tenhamos um plano operacional de combate à crise climática com implementação de medidas de energia sustentável, gestão mais eficiente dos recursos, particularmente, da água e, inclusivamente, na atividade da Junta. Portanto, esse aspeto do controle e da emissão de gases efeito estufa, campanhas de sensibilização, redução da utilização do plástico, inclusivamente, da frota da freguesia, mais espaços verdes e mais árvores nas zonas urbanas, são aspetos a que dávamos importância e que são possíveis, ainda, de implementar para além do que está previsto no plano. No que diz respeito à mobilidade, entendemos que é preciso tomar em mãos, os contributos das Juntas de Freguesias de Queluz e Belas, necessários ao desenvolvimento de um plano de mobilidade sustentável e de transportes evidentemente integrado a nível municipal e da área metropolitana de Lisboa. Neste aspeto, devem os órgãos da união propor e participar na criação de soluções que visa o desenvolvimento e a adequação do sistema de transportes públicos às necessidades dos fregueses, tanto ao nível de percurso como de horários. Entendemos que há soluções do tipo circuito circulares, por exemplo, que evitem que quem está na Serra da Silveira para Belas, tenha de ir a Queluz apanhar outro autocarro, o velho problema do acesso ao hospital, em termos de horário e a deslocação que foi referida há pouco, inclusivamente, do Casal da Barota para Belas, que também não existe. Relativamente ao orçamento participativo, congratulamo-nos pelo aumento do valor disponibilizado, da parte do investimento da união, sugerimos que deveria ser alterado o regulamento de forma a permitir uma maior participação ao envolver mais as pessoas e, maior rigor nos métodos de votação e apreciação de propostas. Isto não é nenhuma crítica, mas de qualquer maneira, há algumas coisas que poderiam melhorar neste rigor dos métodos de votação e de apreciação de propostas.---- No que diz respeito à habitação e, sabemos que isto não é uma função da Junta, mas através da influência que pode ter junto da Câmara, deveríamos apoiar e incentivar o programa municipal de casas a preços acessíveis a famílias carenciadas e a jovens e, ainda, à reabilitação de casas degradadas e, é possível, também mobilizar o município nesse sentido. Depois, há problemas de pavimentação que também já foram referidos e que podemos exigir, também, junto de entidades competentes, a pavimentação de diversos arruamentos, particularmente a ligação de Belas a Meleças, da Estrada Nacional 250. Relativamente ao antigo cinema de Belas, pensa que a obra ficará concluída durante o próximo ano e acha que é possível estabelecer um protocolo com a Câmara por forma a colocar este equipamento gerido pela Junta e ao serviço da cultura e das coletividades da união. Outro aspeto particular, é manter e aumentar o apoio à inclusão dos imigrantes,

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

que é uma situação que temos nas nossas freguesias com maior número, nomeadamente, por exemplo, no aspeto da alfabetização e do ensino da língua portuguesa. Por último, a questão que também já foi referida, da salvaguarda do património arqueológico natural de Queluz e Belas com a criação de roteiros turísticos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal António Caxaria.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) refere que só para situar, fez uma comparação entre o orçamento de 2022 e um orçamento anterior. Como no mandato anterior da senhora Presidente, não esteve nesta assembleia, não estudou nenhum orçamento. No primeiro mandato da senhora Presidente, as suas funções nesta assembleia não o levavam a estudar os orçamentos, portanto, a sua função era diferente e não vinha aqui para discutir os orçamentos. Agarrou num orçamento anterior e num orçamento de 2003 e comparou com o orçamento de 2022 e, a comparação que fez não tem a ver com os valores absolutos porque os valores absolutos são completamente diferentes. Naquela altura era só a freguesia de Queluz e agora é a freguesia de Queluz e Belas, mas, no entanto, a diferença de percentagens dá uma ideia da evolução das despesas aqui em Queluz e Belas ao longo do tempo e, o que verificou foi que, as despesas a nível dos serviços administrativos, passaram de 14% para 23%, em 2022. Que as despesas de cultura, educação, ação social e desporto, passaram de 19% a 25%, portanto, houve um aumento na percentagem das despesas, o que, aliás, era natural, devido à situação do COVID, de emergência e, portanto, daí a necessidade de gastar mais dinheiro a nível de ação social. Por outro lado, no cemitério gasta-se muito menos, naquela altura gastava-se 17% e agora gasta-se 9%, como acontece no urbanismo, que naquela altura se gastava 40% do orçamento e, agora, gasta-se 34%. A nível de evolução e, isto é que interessa, as despesas com os serviços administrativos aumentaram e as despesas com o cemitério, com o urbanismo e zonas verdes, em percentagens diminuíram. O outro aumento que houve foi o da ação social, o que, aliás, acha muito bem, devido à situação pandémica onde nos encontramos. Portanto, isto foram as tendências gerais de evolução, de gastos, de executivos do Partido Socialista porque este partido está na Junta de Freguesia desde o século passado. Estudando aprofundadamente as rúbricas do orçamento, a nível da administração autárquica, só vai dizer aquilo que achou estranho porque também achou coisas bem feitas, agora, ia só referir aquilo que achou estranho e que o vai levar ao seu sentido de voto. A nível da administração autárquica verificou que as despesas de representação são 21% das despesas de remuneração, portanto, considera que as despesas de representação são bastante elevadas em relação às despesas de remuneração. A nível de serviços administrativos verificou que, estudos e pareceres, assistência técnica e outros trabalhos especializados, são mais oitenta e sete mil euros, portanto, também considera que isto é um valor elevado para os serviços administrativos, embora, como já referiu anteriormente, em 2022, as despesas em percentagens, dos serviços administrativos, aumentaram em relação a 2003. A nível de cultura, ação social e desporto, verificou que conservação e manutenção de escolas, são sessenta e três mil euros, portanto, é um valor razoável, aceitável, não sabe se é muito ou se é pouco porque verificou que, estudos e pareceres, outros trabalhos especializados e outros serviços, são à volta de quase oitenta mil euros. Quer dizer que se gasta em estudos e pareceres, outros trabalhos especializados e outros serviços, muito mais do que se gasta na construção e manutenção das escolas. Por outro lado, quando julgava que a verba da cultura, ação social e desporto tivesse a ver com a ação social, as despesas de ação social são apenas vinte e cinco mil e seiscentos euros. A nível dos investimentos, o mercado de Belas, que era uma opção estratégica, apenas está lá previsto dez mil

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

euros. A nível do plano plurianual de investimentos, encontrou uma coisa que esperava não encontrar e ficou desconsolado por isso. Podem verificar isso, na página quarenta e um, no plano plurianual de investimentos para 2002, existe uma despesa de 2021, é uma despesa pequena, são nove mil e quinhentos euros. Em qualquer dos casos, no plano plurianual para 2002, vir uma despesa do ano anterior, levou-o a pensar que isto tem a ver com a aprovação genérica de despesas plurianuais feitas na última assembleia. Pode não ter razão e pede desculpa se não tiver, mas em qualquer dos casos, gostaria que a senhora Presidente lhe dissesse que, em 2021 esta despesa corresponde a quê e qual é a despesa de 2022 que é a continuação desta porque isto tem a ver com o plano plurianual de investimentos. Portanto, deve haver uma despesa em 2022 que vem na sequência da despesa de 2021. A nível das atividades mais relevantes, verificou, também, opções que não escolheria, como por exemplo, na requalificação do Parque da Barota, cinco mil euros, na requalificação do Parque Felício Loureiro, cinco mil euros, na construção de ossários, cinco mil euros, no mercado de Belas, dez mil euros. Por outro lado, temos consultoria autárquica, onze mil euros, consultoria de pareceres, vinte mil euros, comunicação web, dezoito mil euros, portanto, há maior foco na aquisição de serviços do que em investimentos na freguesia. Por outro lado, verificou que existem dois contratos para manutenção de espaços verdes, um de valor pequeno e outro, de trezentos e noventa mil euros, portanto, quer saber se isto são dois contratos com empresas diferentes ou se são dois contratos com apenas uma empresa. E aqui está também a assistência técnica em informática, acessoria jurídica, atividades ao ar livre de zumba e protocolos com o Real Clube, só quatro verbas são superiores às verbas que estão na conservação de escolas, portanto, a nível destas despesas que acha que são um bocadinho exageradas, são cento e vinte e um mil euros, nas outras despesas que acha que são poucas, são cento e cinco mil euros. Quer isto dizer que o Partido Socialista tem todo o direito de ter as opções de investimento ou de aquisição de serviços que pretende, mas gostaria que se desse mais foco ao investimento e menos às transferências correntes ou à aquisição de serviços porque os investimentos ficam e, às vezes, os serviços que se prestam, esgotam-se quase naquela altura.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Luís Seixas.-----

O Vogal Luís Seixas (CDS-PP) passa à leitura de um documento alusivo a três propostas que a bancada do CDS-PP gostaria que fossem aceites e integradas no documento Grandes Opções do Plano e Orçamento da união das Freguesias de Queluz e Belas para 2022. (Anexo 13)-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) menciona que de uma forma englobada falar das Grandes Opções do Plano, Orçamento para 2022 e o plano plurianual de investimentos, bem vemos que a previsão anual de receitas e despesas decresceu relativamente a 2021, 1.83%, portanto, um orçamento ligeiramente mais pequeno. Claro que assistimos aqui às transferências de competências pela Lei n.º 50 de 2018, aqui o grande grosso, um milhão, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e três euros, claro que isso são os números que estão consubstanciados aqui no orçamento e, todos nós, ouvimos aquilo que a senhora Presidente disse, o orçamento está em linha exatamente com o que nos tem habituado o PS, desde 2013, sem dúvida que, não há aqui nenhum rasgo de uma melhoria para a população, ganhos de eficiência, não se fala em ciclo urbano da água, não se fala em nada para educação e redução do abandono escolar. Relativamente ao património natural e cultural fala-se muito pouco. O executivo tem vindo a substituir-se às várias instituições, aos vários

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

players que estão no terreno, olhamos ao quadro de pessoal, às funções que vai chamando a si, mas depois também a utilização dos recursos, da água, não há aqui nada nomeadamente às adaptações e alterações climáticas. Relativamente à economia circular também não há nada, sabendo, nós, que na freguesia temos muitas árvores, etc, não há aqui uma única palavra relativamente a estes pontos. Tratar dos jovens, desporto na natureza, não há nada. A redução da poluição do ar e do ruído também não há nada.-----

Dizer que, sem dúvida, não há uma palavra de apoio ao comerciante e ao investidor, a quem cria postos de trabalho que efetivamente consegue fixar os poucos fregueses para não se deslocarem, não contribuírem para uma, cada vez pior, mancha que nos mancha a todos nós, o carbono. É tudo muito pouco e ficam a olhar e a dizer o que é isto, sabendo, nós, que houve o apoio no último trimestre de doze mil, trezentos e quarenta e cinco euros a 434 pessoas, representam, mais ou menos, trinta euros por pessoa, no trimestre. Estão a falar de 143 agregados familiares e, quando comparamos com aquilo que efetivamente está no orçamento perspetivado para a aquisição de prestação de serviços, de consultoria, solicitadoria, etc., temos de ficar todos chocados com a visão e com as escolhas que aqui o executivo continua a querer fazer. Não consegue entender o esforço para apoiar os comerciantes, o cidadão, através de plataformas, é tudo muito pouco. Há sim é uma propaganda muito grande nas várias plataformas media.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) refere que tiveram uma dúvida na questão dos protocolos e, isto é opção do executivo, mas detetaram que há uma associação em Belas que não está referenciada em qualquer protocolo. Já não estava no orçamento anterior e volta a não estar neste orçamento. Queriam ficar sossegados com eles próprios e saber se há outros apoios e por isso é que não está o protocolo.-----

Ao ser questionado pelos restantes vogais sobre o nome da instituição a que se referia, o Vogal Jorge José informa que se referia à URPIB.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas começa por referir que ia tentar responder o mais possível a todas as questões que foram aqui colocadas.-----

Relativamente ao Vogal Filipe Borregana, não se iria pronunciar sobre a declaração como é obvio, mas iria pronunciar-se sobre alguns assuntos que, entretanto, foi falando, nomeadamente, os protocolos. Já na última Assembleia de Freguesia essa questão dos protocolos foi aqui levantada que, de facto, em 2020, a Junta de Freguesia de Queluz e Belas não tinha pago os protocolos a tempo. Os protocolos, como sabe, vêm sempre para aprovação deste órgão que é o órgão competente para aprovar os protocolos que são celebrados entre a Junta de Freguesia e as entidades parceiras da freguesia, ou, outras, que porventura entendamos convenientes por trazerem benefícios para a freguesia. Como sabe, os protocolos foram aprovados, foram revistos, vieram novamente à Assembleia de Freguesia e, contêm uma cláusula que diz que os pagamentos são efetuados mediante a apresentação de relatório, por parte das instituições, das atividades desempenhadas, ou seja, nós não fazemos como o PSD fazia, que atribuía dinheiro às instituições sem contrapartidas. Era muito fácil, atribuíamos o dinheiro, dávamos cinquenta mil euros e não nos preocupávamos com a solução do problema. Agora, a Junta de Freguesia de Queluz e Belas faz uma coisa que, a verdade tem de ser dita, já vinha do anterior mandato da Junta de Freguesia de Queluz, em que havia protocolos celebrados com as instituições da freguesia. Em Belas não havia, só havia com duas. Não sabe

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

porquê e não pode explicar porque não estava cá no passado, mas as demais não tinham protocolos com a Junta de Freguesia de Belas. Foi aqui aprovado, por unanimidade, de todos os presentes que, na altura faziam parte dos anteriores executivos, a Junta de Freguesia atribui verbas mediante a realização de atividades desenvolvidas pelas instituições em prol da comunidade. E, por isso, pagamos de acordo com esses protocolos, após a receção dos respetivos relatórios que, normalmente, não levantamos qualquer tipo de objeções, até porque sabemos que as atividades foram ou não foram realizadas e se foram realizadas com o apoio da Junta de Freguesia. E, portanto, o pagamento efetua-se em finais de 2020 e, é natural que as instituições só tenham recebido os cheques em início de janeiro, mas estamos a falar de dias, não estamos a falar de meses de atraso no pagamento, quando no próprio regulamento aprovado, os pagamentos são efetuados durante o mês de dezembro, nós precisamos dos relatórios e, é natural que existam situações, aliás, neste momento é a Junta de Freguesia que está a dirigir-se às instituições para apresentarem os relatórios, não são elas que tomaram a iniciativa, somos nós que estamos a pedir àquelas que ainda estão em atraso. Portanto, há aqui uma excelente relação entre as instituições e os pagamentos e, em 2020 foi o que sucedeu, aliás, em virtude da pandemia e, nós, como dissemos, aqui nesta assembleia de Freguesia, o nosso ROC disse-nos, para nós não procedermos ao pagamento na totalidade das verbas porque isso não correspondia à verdade e, perante o Tribunal de Contas, tínhamos de justificar o porquê de pagarmos a totalidade quando não havia relatórios e não havia atividades realizadas. E, a Junta de Freguesia decidiu criar, para além daquilo que tinha pago relativamente àquilo que tinha sido realizado pelas instituições, deliberou aprovar um apoio extraordinário para as instituições, para além daquele valor que tinha sido pago e para suprir essa outra dificuldade, mas também por acharmos por demais correto porque as instituições, muitas delas fecharam as portas e não exerceram atividades, era injusto e, até porque nós estamos aqui para apoiar as instituições e, muitas delas continuam a manter-se e, muitas delas têm já muitos anos ao serviço da população e não podem, nem devemos ser nós os mentores do seu desaparecimento, antes pelo contrário, queremos pugnar para que elas se mantenham e se desenvolvam, até, eventualmente, criando novas parcerias e encontrando formas mais atuais de se autogerirem. Portanto, em 2020, foi isto que sucedeu e veio aqui à Assembleia de Freguesia, explicámos todas estas situações. Relativamente às verbas dos protocolos nunca diminuíram, foi isto que sucedeu. Neste momento, estamos a pedir às instituições que ainda não o fizeram para nos enviarem os relatórios porque não podemos pagar sem os receber.-----
Relativamente à Vogal Helena Coelho, como já referi, não fazemos como o PSD fazia, que atribuía subsídios sem contrapartidas na Câmara, às instituições e, portanto, nós não fazemos assim. Nós temos uma forma completamente diferente de agir e de atuar porque queremos transparência, aliás, tem sido sempre uma exigência desta Assembleia de Freguesia, transparência em tudo o que nós fazemos. De facto, o mercado de Belas não pode ter um investimento muito grande, mas temos de avançar e de dar o primeiro passo e o primeiro passo é avançar com um projeto, pedir um projeto para a requalificação daquele espaço que nós achamos que merece ser dignificado, não só o mercado, mas também toda aquela envolvente e, portanto, não obstante estar aqui esta verba, nós tínhamos que redistribuir as verbas no orçamento e só podemos redistribuir aquilo que temos e, certamente que com o saldo da conta de gerência, se se justificar que um projeto apresentado seja um valor superior, se se justificar o seu mérito para avançar, evidentemente que reverteremos para lá mais verbas.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Relativamente ao comércio, na minha intervenção, procurei referir e, chamar à atenção precisamente para aquilo que nós sentimos que é a necessidade de dar apoio ao comércio local, nós fizemo-lo, desde o primeiro dia, quando a pandemia começou dirigimo-nos aos nossos comerciantes que pudessem estar com os estabelecimentos abertos para estarem em serviço *take away*, quer restauração, quer mercearias, quer outro tipo de estabelecimentos, como lavandarias, por exemplo e, os comerciantes pediram à Junta para divulgar e, nós, fizemos essa divulgação, portanto, procurámos sempre desde a primeira hora, dinamizar e permitir que o nosso comércio pudesse continuar com as portas abertas perante a situação que estávamos a viver. É claro que os estudos e os pareceres são importantes e eu falei na plataforma que estamos a criar, amplificar porque temos uma plataforma para a ação social, para a recolha de monos, mas também queremos que esta plataforma seja extensível ao comércio e temos todas as condições, estamos a trabalhar para isso, para que ela seja desenvolvida e, portanto, vamos ao encontro, quer do ponto de vista do próprio PSD e do CDS, portanto, para nós, esta também é uma das prioridades e, aliás, nós até no programa eleitoral, estipulámos proceder à certificação do nosso comércio local porque isso também trás outro rigor naquilo que o nosso comércio vende, permite que as pessoas quando se dirigem ao nosso comércio se sintam tranquilas e confiantes naquilo que vão comprar e passem a palavra para que as pessoas venham ao comércio a Queluz e Belas. E temos bom comércio em Queluz e Belas.-----

Quanto ao roteiro turístico, quero dizer à senhora Vogal Helena Coelho, que de facto este assunto é um assunto que está na ordem do dia para a Junta de Freguesia de Queluz e Belas, quero dizer que havia muitos projetos que estavam a ser articulados com os Parques de Sintra Monta da Lua e com a Câmara Municipal de Sintra que tiveram que parar, devido à pandemia, parar no sentido de ficarem suspensos, não de os mesmos serem encerrados, mas a Câmara Municipal de Sintra, neste momento, já tem em fase de conclusão um roteiro, mas a Junta de Freguesia de Queluz e Belas não espera que seja a Câmara a resolver os assuntos e, nós, estamos em parceria com outras associações da freguesia, no âmbito da candidatura Portugal 2020, a criar roteiros turísticos e é uma classificação também do Património Histórico e Cultural em todos os monumentos e locais importantes da freguesia para podermos atrair o turismo e, para que qualquer pessoa que esteja em Queluz e em Belas saiba onde está, se está perante um monumento tem uma identificação, se está perante um outro local estratégico da freguesia tem uma identificação. É um projeto que está a ser desenvolvido no âmbito da candidatura Portugal 2020. Por isso, não estamos parados. Não divulgamos tudo, não incluímos tudo, mas estão cá verbas no orçamento.-----

Relativamente às perguntas colocadas pelo senhor Vogal Pedro Rola, transição energética, a sociedade digital, segurança pública e gestão de resíduos, de facto, nós fazemos aquilo que está no âmbito das nossas competências, a matéria toda que aqui abordou é da competência própria dos municípios, inclusive da própria administração central, mas nós aqui temos um papel muito importante que é o papel reivindicativo e, portanto, naquilo que nos compete porque também estamos atentos e iremos, claro, com a vossa ajuda e colaboração, refletir, ver e aplicar aquilo que entendemos por conveniente, mas há matérias que estão aqui plasmadas e não são da nossa competência e, a nossa competência, acaba por ser um carácter meramente reivindicativo que não renunciamos ao mesmo, mas estamos atentos e, portanto, continuaremos a fazer esse papel.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Relativamente à questão das transferências de competências levantadas pelo senhor Vogal José Ferreira, por causa do texto das transferências que têm vindo a ser recebidas, não tem a ver que seja em 2021, nós temos estado é a assumir essas transferências de competências desde 2019 e, já muito antes, assumimos os espaços verdes e, a pouco e pouco, temos vindo a assumir outras e, as últimas das quais têm a ver com a parte escolar e as verbas que nós temos disponíveis para as escolas, para o parque escolar, a manutenção corretiva vem da Câmara, o dinheiro que vem e que é gasto e que é investido nessa matéria é da Câmara, portanto, nós só gastamos aquilo que recebemos da mesma, mas também temos aquele apoio ao material de expediente e limpeza, é a Junta de Freguesia que procede à sua distribuição mediante um critério objetivo, número de salas e de alunos por escola e, que, aliás, consta em todos os orçamentos.-----

Dirigindo-se ao senhor Vogal Paulo Mourão, refere que muitas medidas que aqui equacionou, nós também as temos presentes e, na minha intervenção, até abordei muito a questão da educação ambiental, a necessidade de fazer muitas ações de sensibilização, de nós próprios termos de pedir à Câmara para que houvesse mais locais para recolha de resíduos. Portanto, essa também é a nossa preocupação e, também, tem sido feito, com a Câmara, a plantação de muitas árvores pela freguesia, no ano passado em que não houve nenhuma cerimónia formal para esse efeito, devido às condições, de facto, a Câmara fez até no Parque Felício Loureiro, junto ao bairro económico e, portanto, está aqui demonstrado que essas iniciativas têm continuidade.-----

Está previsto que o Auditório possa reabrir nos inícios de 2022, esperamos com muita ansiedade e o mesmo atrasou-se devido ao aumento do preço dos materiais e, o facto de, muitos dos materiais virem do exterior e de não terem sido adquiridos em Portugal e, por isso, esperamos que em janeiro, ou no início de fevereiro ele abra num novo modelo e, certamente, que estamos aqui disponíveis para ver com a Câmara Municipal de Sintra qual é o modelo gestão, nem que seja um modelo partilhado, mas que seja um modelo eficaz para a população, acima de tudo.-----

Quanto à alfabetização e ensino da língua portuguesa, de facto, as nossas escolas já têm essa vertente e tudo o que for possível fazer para aumentar e implementar junto de todas as comunidades, certamente, temos aqui associações que o fazem, temos as escolas, temos o agrupamento, mas também a Junta de Freguesia quando necessário, será parceira em demais projetos, basta também colocarem à nossa consideração, projetos concretos e, certamente, que nós os iremos apoiar.-----

Dirigindo-se ao senhor Vogal António Caxaria, menciona que não lhe pode responder, é incomparável ir buscar um orçamento de 2003 com um orçamento de 2021. As condições eram diferentes, o mundo era diferente, os tempos eram diferentes, portanto, não há aqui possibilidade de comparar o incomparável, claro que, as despesas com os serviços administrativos aumentaram, gerimos duas anteriores freguesias e temos outros encargos superiores e, pelos vistos, até fazemos melhor gestão, com mais espaço, do que fazia a Junta de Freguesia de Queluz, em 2003, mas isto é apenas uma mera opinião. As despesas de representação decorrem da lei, não somos nós que as criamos, portanto, despesas de representação e ajudas de custo, decorrem da lei. Os trabalhos de assistência técnica, os estudos e pareceres são precisamente para isto, eventualmente, nós teremos de ir buscar alguém que, na Junta, possa ser mediador entre o comércio e a Junta de Freguesia e as outras instituições. Será aqui nestas rúbricas que iremos buscar, tal como outros estudos e como outros projetos, como nós temos em vista, nomeadamente, nas escolas para a inclusão da

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

cidadania e igualdade que também pretendemos que seja implementado nas escolas. Assistências técnicas, é evidente, nós temos de pagar as plataformas e os programas que temos, que são os programas que dão apoio aos cemitérios, aos serviços administrativos, aos atestados, enfim, a tudo, e à contabilidade também, senão mal de nós, se não tivéssemos esses programas e as empresas que os asseguram e, por isso, é que existem estas verbas. As despesas com a ação social, não são só vinte e cinco mil euros. De qualquer das formas, verá que há um acerto num total substancial e, aliás, dei esses exemplos na minha intervenção. Para o apoio alimentar, aumentou substancialmente e para o apoio medicamentoso também. Relativamente aos parques, os investimentos para os espaços verdes, nós temos, neste momento, investimentos para um concurso público internacional e, neste momento, enquanto esse concurso não estiver concluído, temos de manter esses espaços verdes a ser geridos, quer pela empresa que, neste momento, gere uns espaços quer através da colocação no mercado de um concurso para gestão dos espaços que recebemos posteriormente e que não foram incluídos nesse concurso público internacional e, quando este estiver a andar, serão, nessa altura incluídos, mas eles têm de continuar a ser mantidos e, portanto, isto não envolve só cinco mil euros. Convém que veja um pouco melhor a nossa proposta de orçamento.-----

No que respeita ao senhor Vogal Luís Seixas, a requalificação dos espaços públicos, se reparar, nós não temos só cento e quarenta e nove mil, temos no total cento e sessenta mil euros para as calçadas, mas este valor não é fixo, nem este nem os demais da nossa proposta de orçamento. Neste momento, temos dois milhões e seiscentos mil para aplicar, quando vier a transição do saldo de gerência é evidente que será aplicado nesta e noutras rubricas, portanto, o valor poderá, no final do ano, não ser cento e sessenta mil, mas ser eventualmente muito mais. Quanto à higiene urbana, de facto, colocaram-nos essa questão e a Junta de Freguesia entende que não tem competência para avançar nessa matéria, no entanto, tomei a liberdade de pedir um parecer à ANAFRE e, portanto, aguardaremos por esse parecer, mas a nossa postura é de que a Junta de Freguesia não pode assumir encargos em competências que não estão delegadas na Junta de Freguesia e, muito menos, alocar verbas do orçamento da Junta de Freguesia para esses encargos porque isso seria cometer uma ilegalidade e nós não a vamos cometer de acordo com o nosso ponto de vista, mas por isso é que solicitei um parecer à ANAFRE.-----

Relativamente ao comércio local também já foi dada uma resposta.-----
Quanto ao senhor Vogal Carlos Diogo, mede-se a eficiência quando apoiamos quem necessita? Isso é algo que para o PS é um pouco arbitrário, nós não compreendemos e não é essa a nossa postura se nos aparecem trezentas pessoas que precisam de apoio social e, não são trinta euros, por mês, ou, trinta euros por trimestre, o senhor Vogal deve ter ido buscar o relatório trimestral, mas não é esse o caso. Relativamente à questão do desemprego, acho que não foi o senhor Vogal Carlos Diogo que colocou essa questão, foi outro vogal, mas relativamente a essa questão, quero-lhe dizer que em 2020, a ação social apoiou mil e quarenta e nove pessoas, através do GIP, em 2021, vamos em mil, trezentas e sessenta e cinco pessoas, portanto, uma média de mais de mil pessoas por ano e, quero-lhe dizer que, num outro ponto desta ordem de trabalhos, há muitas pessoas que estão através do GIP, mas quando chegarmos lá, explicarei. Não temos dados quanto aos que estão integrados no mercado de trabalho porque nós somos os intermediários do Instituto do Emprego e Formação Profissional, nós temos na Junta de Freguesia este posto, mas quem gere depois o resto é o referido Instituto. Nós recebemos, damos a formação e encaminhamos as pessoas para empresas ou outros

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

espaços que estejam a necessitar de recrutar pessoal, portanto, isto são dados concretos que nós temos, mas também lhe posso dar outros dados, apoio alimentar no POAPMC, aquele programa operacional comunitário, em 2020 apoiámos setecentas e cinquenta e duas pessoas, em 2021, novecentas e duas. Rede de emergência alimentar que é a do banco alimentar, só em dezembro de 2020 apoiámos duzentas e quarenta e uma pessoas, no quarto trimestre de 2021, apoiámos quatrocentas e trinta e quatro pessoas, já para nem falar do aumento do número de apoios alimentares e do número de apoios em medicação que foi, em 2020, cento e oitenta e quatro e, em 2021, até à presente data, duzentos e trinta. Quanto a nós, isto não se mede por eficiência. Infelizmente, aqui, é a qualidade do serviço que tem de ser medido.-----

Por último, tem de responder ao senhor Vogal Jorge José porque foi precisamente nesta Assembleia, neste local, que a questão da URPIB foi levantada. Tenho pena que o senhor Presidente da URPIB já se tenha ausentado desta sala porque ele iria ouvir aquilo que vou dizer, foi aqui dito o que é que se tinha passado para que não houvesse um apoio à URPIB. A Junta de Freguesia reuniu com a URPIB para pedir à mesma para nos indicar atividades para celebrarmos o protocolo com a URPIB porque de facto era a única instituição da freguesia que não tinha protocolos com a Junta. Só que a URPIB não indicou, até hoje, quaisquer atividades e isso não tem obstado a que quando a URPIB precisar do apoio da Junta, nós estamos lá para ajudar, mas efetivamente, não temos propostas por parte da URPIB para, mas a URPIB funciona nas nossas instalações, não paga renda à Junta, agora paga a água e a luz porque efetivamente o nosso ROC chamou-nos à atenção para estes encargos que tinham de ser assumidos, tal como outras instituições que estão nas nossas instalações, não há aqui discriminações, agora, ela está nas nossas instalações e não paga renda, portanto, se calhar, aqui já temos um apoio muito grande para a URPIB desenvolver a sua atividade. Se não é suficiente, a URPIB que nos diga, nós estamos aqui para prestar apoio e virá aqui a esta Assembleia de Freguesia, assim que seja possível, uma proposta de apoio à URPIB, no entanto, volto a afirmar, quando a URPIB precisar da Junta de Freguesia w que seja um apoio extraordinário, nós apoiamos, tal como temos feito com todas as outras instituições. Aconteceu com os Bombeiros Voluntários de Queluz que nos pediram apoio para uma ambulância, pela celebração dos cem anos, e, nós, estivemos presentes e demos a ambulância porque a ambulância não é para os bombeiros, mas sim para servir a população.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) refere que o PS se tem reservado porque tem dado oportunidade às outras bancadas de falarem e de voltarem a falar. Há uma necessidade muito grande de se mostrarem e, aceita isso porque também é condescendente e é solidário, mas também quer ler o propósito político da bancada do PS em relação ao orçamento e, assim sendo, passa à leitura do mesmo: “Na senda do que tem sido a postura do executivo, é-nos apresentado um orçamento que se pauta pelo rigor e evidencia uma política maioritariamente social. Se compararmos este e os demais orçamentos é notória a continuidade ...”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia interrompe a leitura do Vogal João Paulo Silva e menciona que está a ser chamado à atenção por alguns vogais devido à hora avançada, pelo que seria melhor perguntar a todos os vogais se permitem que se continue a sessão por mais meia hora. Após discussão dos vogais sobre a continuidade da sessão ou a continuação da mesma para o dia seguinte, o Vogal João Paulo Silva propõe que se finalize este ponto e que haverá uma continuidade dos restantes pontos numa próxima reunião.-----

O Vogal José Ferreira também concorda em finalizar este ponto e, depois, marcar uma nova data.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A Vogal Helena Freitas refere que a bancada da CDU pretende que se termine aqui esta sessão da assembleia e se faça uma reunião num outro dia, a designar, nos seis dias corridos que manda o regimento porque o que acham é que, a esta hora, e, com o facto de várias pessoas terem dito que iam trabalhar amanhã, de manhã, não se vai conseguir fazer uma discussão que seja, de facto, produtiva e, não se vai conseguir esclarecer todas as questões que ainda estão por colocar, ou seja, sendo isto uma instituição democrática e, se queremos, de facto, que a democracia seja feita, e seja executada nesta assembleia, demos marcar para outra altura.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) subscreve inteiramente o que a Vogal Helena Freitas acaba de dizer e crê que é fundamental prolongar a discussão.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) subscreve integralmente aquilo que as bancadas da CDU e do PSD acabam de dizer e, por si, acaba aqui e marcam outra data no prazo legal.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia refere que têm de resolver esta situação democraticamente e coloca a votação quem concorda que se acabe este ponto que se encontram a discutir.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) refere já ter percebido que o ponto não vai ser acabado por causa das vicissitudes que existem nesta assembleia. Há aqui bancadas que, repetidamente, trabalham sobre os mesmos pontos e houve uma coisa que se verificou no início da sessão, que estiveram uma hora e meia para discutir umas moções e isso é estar a roubar tempo, mas isto é premeditado e sistemático, portanto, não vale a pena estarem aqui a “chover no molhado” porque isto são vícios antigos porque se numa futura revisão do regimento se se propuser uma grelha de tempos, põe a sua cabeça no cepo em como não é aceite porque isto faz parte, como sempre, do *modus vivendus* de certas bancadas que se dizem extremamente democratas. Até propõe outra coisa, deviam marcar tantas assembleias, quantos os pontos que estão aqui e, assim, talvez ficassem contentes. Nada disto faz sentido, mas as bancadas não têm uma posição concertada em que falem de uma vez só? Ponham os olhos na Assembleia Municipal e na Assembleia da República. Porque é que nós havemos de ser diferentes?-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que percebe perfeitamente aquilo que o vogal do Partido Socialista acaba de dizer e, até se revê e, acha que, de facto, devia haver uma grelha de tempos porque era tudo muito mais organizado e não havia aqui espaço para este tipo de questão, agora, há um regimento e foi eleita uma comissão para rever esse regimento que ainda não foi sequer convocada. Era uma pergunta que deixa para a mesa porque, até agora, houve uma assembleia, uma constituição e uma equipa e zero de trabalho. Portanto, não há uma grande preocupação e, o regimento que está em vigor, lamenta dizer, mas diz que esta assembleia já terminou e, portanto, está de acordo, podiam discutir o ponto até ao fim e tinha disponibilidade para o fazer, mas não o faz porque o regimento está assim e, está assim, porque nem sequer a mesa convoca e cria a tal comissão que foi aprovada na última assembleia, portanto, enquanto estiverem assim, lamenta, mas têm de cumprir a lei.-----

O Presidenta da Mesa da Assembleia refere que, segundo a informação que recolheu, essa comissão só não avançou porque houve bancadas que não deram atempadamente os nomes dos elementos para que a situação avançasse mais rapidamente, no entanto, tem já indicação dos nomes dos vogais que já foram designados pelas várias bancadas.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) propõe a continuidade da sessão para o dia seguinte.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Atendendo a que todos os vogais concordaram, o Presidente da Mesa da Assembleia informa que a sessão terá continuidade no dia seguinte, no mesmo local e à mesma hora.-----

Prosseguindo com a reunião no dia **21 de dezembro de 2021**, onde se encontravam presentes todos os vogais que participaram na sessão do dia anterior, com exceção da Vogal Ana Cristina Gouveia, da bancada do Chega, o Presidente da Mesa da Assembleia cumprimenta todos os presentes e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas para dar continuidade ao ponto número 2 da Ordem de Trabalhos.--- A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas começa por referir que, apesar do adiantado da hora da reunião do dia anterior, já se tinha pronunciado sobre as questões que foram colocadas e tinha proferido os comentários e as explicações que entendeu por convenientes na apresentação desta proposta relativa ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos. Quis aproveitar o momento para dar conta de uma situação que ocorreu hoje, de manhã, havendo muitos elementos desta Assembleia de Freguesia que estiveram em outras Assembleias com a pessoa que iria enunciar porque faleceu o camarada do Partido Socialista, Silvério Aires, que foi vogal nesta Assembleia de Freguesia e nas anteriores e que esteve durante muitos anos na Assembleia de Freguesia de Belas. De seguida, solicitou que quando o ponto da Ordem de Trabalhos terminasse fosse concedido um minuto de silêncio e um voto de pesar porque este vogal da Assembleia de Freguesia sempre defendeu os interesses desta União de Freguesias e, anteriormente, da freguesia de Belas, com todo o empenho e dedicação, tal como os vogais aqui presentes e, o grato reconhecimento pelo papel que o mesmo desempenhou e, para alguns de nós, um grande amigo.-----

No seguimento do exposto pela Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, o Presidente da Mesa da Assembleia refere que, caso todos estivessem de acordo, no final da sessão fariam o voto de pesar do nosso camarada Silvério Aires. Dando continuidade ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos, questionou os presentes se alguém pretendia intervir e deu a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) refere que, na sequência da resposta dada pela Presidente da Junta de Freguesia, no dia anterior, houve algumas questões que continuaram por entender. Refere não ter percebido porque é que no caso do mercado de Belas, da requalificação, a verba desceu do primeiro documento para o segundo, de vinte para dez mil euros. Entende que a verba não é para a requalificação em si, questionando se era para o projeto, mas de qualquer maneira o projeto inicialmente estaria orçamentado em vinte mil euros e, uma semana depois, passou para dez mil euros? Não percebe esse motivo. Em relação à questão do turismo não pode deixar de lamentar e, há assuntos que estão na ordem do dia para a Junta de Freguesia e que são um tema que está a merecer atenção e que está a ser trabalhado pela Junta de Freguesia em colaboração com a Câmara Municipal de Sintra, em colaboração com outras entidades, com a Parques Sintra Montes da Lua, no âmbito de uma candidatura ao Portugal 2020 e, nem sequer há uma palavra sobre isso no orçamento e nas Grandes Opções do Plano. Só depois de os vogais falarem sobre o assunto é que o mesmo está a ser tratado. Refere entender que há despesas que não podem deixar de ser feitas e que estão previstas na lei e uma Junta de Freguesia como a nossa tem um peso administrativo que não é de desprezar, mas de qualquer maneira crê que a Presidente da Junta de Freguesia não levou com a devida seriedade o comentário do vogal António Caxaria em relação ao peso da questão autárquica das despesas de representação e da parte administrativa que são cerca de 30% do orçamento. Ainda uma outra questão, a

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Junta de Freguesia de Queluz e Belas não tem competência, na opinião da Presidente da Junta de Freguesia, para assumir a questão da higiene urbana no que diz respeito à varrição, acrescentando achar ter entendido bem, mas nas competências da Junta de Freguesia, uma delas, na alínea ff, é proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais. Isto não poderá incluir varrimento? Colocou esta questão porque sempre ouviu noutras freguesias de a junta de freguesia proceder ao varrimento, de ter cantoneiros próprios, etc.-----

O Vogal João Paulo Rodrigues (PS) cumprimenta todos os presentes e refere que gostaria de ler uma nota que tinha preparado referente ao orçamento, passando à leitura da mesma:-----

“Na senda do que tem sido a postura do executivo é-nos apresentado um orçamento que se pauta pelo rigor e evidencia uma política maioritariamente social. Se compararmos este e os demais orçamentos é notória a continuidade na assunção de responsabilidades para com as nossas instituições. Na participação da população com a manutenção do orçamento participativo e na resolução dos problemas desta freguesia, na reparação do espaço público, na recolha de monos e manutenção dos espaços verdes que temos. Os números também são elucidativos. Vejamos, de forma muito sumária, mas focando-nos no essencial sem ir ao concreto das classificações orçamentais porque o executivo tem de ter sempre a possibilidade de gerir recursos de forma transparente, como é óbvio, porque se trata de dinheiro público, mas prosseguindo os caminhos que considera mais pertinentes para realizar os compromissos e as orientações plasmadas no referido documento. Se quisermos comparar este e o anterior orçamento, a redução de despesa de investimento no montante de cerca de quarenta e oito mil euros, de valor relativo, exímio face ao valor global tem uma explicação muito objetiva que foi dada pela Presidente. O que significa que existe um controle, por parte do executivo, do rigor orçamental. A preocupação em recorrer a trabalhadores para prosseguir, sem falhas, as competências que estão na sua esfera, no momento em que o desemprego aumenta e muitas famílias, por via da perda do trabalho, estão a passar por um mau momento e, nomeadamente, o seu recrutamento, digamos, pelo Gabinete de Inserção Profissional, de pessoas residentes na área de freguesia, é de louvar. Sabemos que, as implicações financeiras são relevantes pois há um acréscimo de cinquenta e quatro mil euros e o equilíbrio nas despesas com o pessoal também o é, mas a pandemia trouxe sérios riscos e, a verdade é que esta Junta esteve sempre de portas abertas à população e, quem acompanha o seu trabalho, seja através do site ou do Facebook da Junta não pode negar o esforço que está a ser realizado. Verificámos que há uma redução das transferências correntes, mas pelas nossas contas, têm sobretudo a ver com a verba da ambulância. Ambulância essa que foi oferecida aos bombeiros no seu centenário e que foi adquirida para umas das nossas corporações, ou seja, foi para bem da comunidade. Os números são importantes, mas estes números não podem ser vistos em abstrato porque do que se trata é de aprovar um orçamento com uma política que, no caso do PS, é uma política social e direcionada para a resolução de problemas básicos e essenciais das nossas populações. O nosso sentido de voto será certamente o da aprovação desta proposta, continuando a Assembleia de Freguesia a prosseguir a sua atividade fiscalizadora como lhe confere a lei”.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere ter ouvido atentamente as explicações que a senhora Presidente tinha dado no dia anterior relativamente às questões colocadas e, em que basicamente nos diz que isto são competências que fogem ao perímetro da Junta de Freguesia. Não será exatamente assim porque nós colocámos questões

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

relacionadas com a transição energética e sustentabilidade, acrescentando que iria dar exemplos de coisas que a Junta de Freguesia pode fazer, da transformação para a sociedade digital, muita coisa a Junta pode fazer, da segurança pública que embora não seja uma competência da Junta, temos, por exemplo situações em que as viaturas são compradas e disponibilizadas, por exemplo, à polícia para fazer policiamento nas escolas. Portanto, poderia haver qualquer coisa desse género também e, mesmo em relação à gestão inteligente de resíduos que admite que possa ser uma competência municipal pensa que, a Junta também poderia de certa maneira dar algum apoio, mas o que mais o espantou na resposta que a Presidente nos deu foi que não houve uma única palavra sobre aquilo que é a base daquilo que nós consideramos estar errado neste orçamento, ou seja, nada há feito no sentido de fazer crescer a receita. Estamos sempre a falar de onde é que vamos gastar dinheiro e a primeira preocupação devia ser fazer crescer o bolo porque acha que este orçamento em vez de ser dois milhões e setecentos mil euros, se calhar, devia ser três milhões e setecentos mil ou quatro milhões e, todos nós sabemos que há muitos “fogos para apagar” e que esse dinheiro seria necessário. A questão que se coloca é como é que nós podemos fazer crescer o bolo e, sobre isso, nem uma palavra, é o orçamento para dizer onde é que vai gastar o bolo que lhe dão, nada mais, mas como não gosta de ficar apenas pela crítica vai dizer onde é que acha que deveríamos intervir. Se a Iniciativa Liberal tivesse apresentado propostas, seriam propostas dentro do que vai dizer: transição energética e sustentabilidade, criação de uma rede de abastecimento de viaturas elétricas não há, há um posto de carregamento de viaturas elétricas em frente ao palácio, não conhecendo outro. Devia haver transição energética e devia ser concessionada obviamente. Racionalização do estacionamento automóvel, há ruas e vias da nossa União de Freguesias que são um autêntico caos em termos de estacionamento. Era importante ter um plano para isto. Percursos exclusivamente pedonais, não há dúvida de que há ruas que têm de ser fechadas ao trânsito, temos de perceber quais são e qual o impacto, mas deveria ser um caminho. Transformação para a sociedade digital, acesso a serviços prestados pela Junta de Freguesia de forma digital, a digitalização ao nível dos serviços prestados pela Junta é muito parca para dois mil e vinte e um. Há que investir aqui e há que digitalizar e há que transformar o acesso que os fregueses têm aos serviços. A nossa app da Junta de Freguesia é uma coisa espantosa que só funciona em android, não funciona em IOS. Mais de 50% dos nossos jovens têm iPhone e não podem instalar a app, o que em 2021 é inaceitável. Disponibilização de uma rede Wi-Fi, há imensas freguesias e alguns concelhos que têm redes públicas do Wi-Fi e nós continuamos atrasadíssimos no que tem a ver com a transição digital, como podem perceber. Relativamente à política de juventude e criminalidade, quis fazer um louvor à Junta de Freguesia referindo ter dado entrevistas durante a campanha e, numa delas, perguntaram-lhe o que é que valorizava no que a Junta tinha feito, tendo falado no apoio aos seniores. Refere achar que a Junta de Freguesia tem feito um bom trabalho no que diz respeito ao apoio aos seniores e dá os parabéns ao executivo da junta por esse bom trabalho. Em contrapartida, relativamente a políticas de juventude refere não ver nada. Refere, ainda, achar que na prevenção da criminalidade e nas políticas de juventude devia haver uma maior aposta naquilo que são atividades desportivas, campeonatos de várias modalidades, interescolares, atividades deste género que pudessem de alguma maneira colocar os nossos jovens a fazer qualquer atividade de forma a evitar que alguns deles caíssem na criminalidade como hoje acontece. E depois, se calhar, uma política desportiva de base apanhando no que diz respeito, por exemplo, a Queluz que é uma cidade que tem dois clubes históricos de

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

basquetebol e não tem um evento de basquetebol há muitos anos na cidade. Deveria haver aqui um investimento e uma visão estratégica para transformar, se calhar, Quéluz numa cidade do basquetebol num determinado ano. Referiu basquetebol, mas poderia ser uma outra modalidade. Não querendo alongar-se mais refere serem só exemplos daquilo que nós poderíamos propor e achamos que devíamos propor. Era importante este orçamento e as grandes opções do plano rasgarem com o passado e terem uma visão de futuro. O que vemos aqui é um orçamento, como a senhora Presidente reconhece logo no preâmbulo do documento de continuidade e vamos ver como é que as bancadas vão votar. Refere que todas as bancadas que não são do Partido Socialista terão apresentado uma proposta alternativa nas eleições e quando o Partido Socialista, sozinho, e, sem maioria, chega aqui e apresenta uma proposta de continuidade é, como referiu, está muito curioso para ver quem está ao lado dessa continuidade apesar de ter aparentemente apresentado propostas diferentes durante a campanha eleitoral.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) cumprimenta todos os presentes referindo que ouviu atentamente e que concorda com algumas das coisas proferidas pela bancada da Iniciativa Liberal, mas que não tinha percebido onde é que a Junta de Freguesia pode crescer as receitas próprias, só se aumentar ainda mais as taxas que já estão pela hora da morte. Sabem que são descentralizações de competências e são pagas por isso, é o dinheiro que entra, mas aumentar receitas próprias só se for aumentando taxas porque não está a ver outra situação, acrescentando que gostava que o esclarecesse sobre esse assunto.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) agradece a pergunta do vogal Filipe Borregana porque lhe iria permitir explicar e iria tentar ser mais claro. Quando fala, por exemplo, em criar uma rede de carregamento de carros elétricos, está a falar de uma concessão, está a falar de concessionar um serviço, quando fala, se calhar, em concessionar um espaço de restauração ou de snack-bar num jardim, está a falar de uma concessão, portanto, está a falar de receita, está a falar de concessionar serviços a terceiros e gerar, por essa via, receitas. Não está a falar de modo nenhum em taxas porque acham que elas já são suficientemente altas e que o caminho que havia era baixar e não subir. Contudo, há muita forma de ter receita e de gerar receita e nós aqui estamos permanentemente preocupados em como é que vamos gastar. Refere, ainda, ter sido claro e ter respondido à pergunta do vogal.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) cumprimenta todos os presentes, bem como todos os órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Belas, o corpo de Bombeiros, Comando e os seus associados. A primeira palavra vai para a família e o voto de pesar do Sr. Silvério Aires. Posto isto, dizer que no dia anterior também chamaram à atenção da Sra. Presidente e, através da economia circular, é possível obter receitas. Uma vez que a mesma ainda não tinha respondido à nossa bancada e se pudesse responder a esta interpelação que tem a ver com o seguinte: assistimos na semana passada, há cerca de quatro dias, no Palácio de Quéluz, onde havia tendas montadas e onde foi um espaço que foi vedado aos queluzenses, ou, se quisermos, a todos os fregueses da União de Freguesias de Quéluz e Belas, mas dizer também que teve o cuidado de perceber, no comércio local, se tiveram alguma receita e não tiveram. Questiona se houve alguma contrapartida para a Junta, se foi chamada na discussão do processo, se esteve envolvida e que contrapartidas é que poderão vir, portanto, há aqui muitas formas de obter receitas. Relativamente àquilo que ouviram da bancada do PS, nomeadamente, do Vogal João Paulo que começou por dizer “na senda”, o que o fez logo lembrar na senda da excelência, o que trouxe aqui foi o marketing de tudo aquilo que se tem

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

feito, um pouco daquilo que está nas páginas da Junta, mas que depois de espremido e que esteja acessível para transição digital, de os fregueses poderem aceder a determinados serviços e, aí sim, quando no dia anterior falava em ineficácia e eficiência é exatamente aí, ao menor custo estar acessível e libertar naturalmente os colaboradores da Junta para outras funções, terminando por dizer que gostaria, se possível, de ouvir uma resposta.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que ia tentar responder a todas as questões. Relativamente ao mercado, de facto, também explanou, na sua intervenção, que há rubricas que irão ser aumentadas porque o dinheiro não é elástico, tivemos de criar opções e fizemos uma primeira proposta. Nós próprios quando apresentámos a segunda proposta entendemos que haveria ali modificações a fazer, portanto, também temos essa autonomia, tal como se surgissem questões que exigissem que nós mexêssemos noutras rubricas, sendo perfeitamente aceitáveis, também o teríamos feito. Relativamente às propostas que nos chegaram, exceto a referência ao comércio local, eram propostas que extravasam completamente as nossas competências, mas mais do que isso, não podem nunca ser contempladas numa proposta do orçamento da freguesia porque como não temos competência para o efeito, não podemos prever verbas para despesas como a criação de um posto de polícia em Belas, não é da nossa competência. Não pode constar no texto, mas é uma questão que podemos pensar, discutir, refletir sobre ela, mas neste orçamento não poderia constar, como é obvio. Houve verbas que foram retiradas para dar reforço a outras e, para nós, isso não é impeditivo para avançarmos com os estudos e com os projetos até porque na própria rubrica de projetos há lá verbas que podem servir para aquilo que nós nos propomos e que estava também no nosso compromisso eleitoral e que crê ter falado na tomada de posse, que é a certificação do comércio local, como por exemplo, mediador entre diversas entidades, entre o município e outras entidades. Portanto, nada impede que, na gestão do orçamento, se o estudo for mais do que dez mil euros, possamos ir buscar uma verba a outra rubrica enquanto esse evento ou essa iniciativa não se concretizar. Por isso é que existem as revisões, as alterações orçamentais, são políticas de gestão interna, mas a revisão tem que vir aqui à Assembleia.-----

Relativamente ao roteiro, não há verba prevista. É difícil algumas bancadas entenderem, mas sempre disse e foi assim que nós começámos em 2013, quando chegámos ao executivo da Junta de Freguesia, a base das coisas não está apenas no dinheiro, nós conseguimos fazer muitas coisas com criatividade e engenho, mas sobretudo com parcerias e, por isso, é que nós temos uma excelente relação com as nossas instituições. Porque tudo aquilo que elas nos pedem, nós conseguimos dar resposta e aquilo que nós lhes pedimos, elas também nos dão resposta. Não basta o dinheiro. Mais do que dinheiro é nós conhecermos e tratarmos com as pessoas e com as instituições e, portanto, isso não é um fosso para nós. Portanto, não existem verbas nem rubricas previstas para o roteiro porque isto é um projeto financiado pela União Europeia e nós somos parceiros informais da associação. Não temos de colocar dinheiro nesta despesa ou criar uma rubrica para o efeito, não foi criada neste orçamento e só poderá eventualmente se se justificar numa eventual revisão orçamental, mas para nós não é necessário porque temos outras formas e outros meios de apoiar. Não podemos é neste projeto financiado e, até porque eles estão proibidos. As instituições estão proibidas, quando há um financiamento, de receber verbas para esse projeto, portanto, aqui tudo funciona sem violar ou desrespeitar a lei.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

Relativamente à varrição, refere que é uma competência que, neste momento, ainda está na Câmara Municipal de Sintra, no concelho de Sintra ainda é a Câmara Municipal de Sintra que detém essa competência. No passado, essa questão foi abordada quando nós recebemos as competências, o regulamento de reforço de competências nos espaços verdes e no parque escolar e, foi abordada essa questão da varrição, mas foi entendido com seriedade e honestidade que a Câmara Municipal de Sintra não poderia transferir para as Juntas de Freguesia enquanto não houvesse um estudo concreto sobre os encargos e os respetivos custos financeiros e, não só, humanos e técnicos porque a varrição vir para as Juntas de Freguesias implica que venha pessoal e, não sabemos que pessoal, porque a maior partes destas pessoas que estão nestas áreas são pessoas que já estão numa fase final da sua vida laboral e, portanto, muitos deles já terão condições de se aposentar e de ir para a reforma e se eles não vierem tem de haver forma de arranjarmos uma solução porque a Junta de Freguesia recrutar trabalhadores sem ter as respetivas verbas financeiras para o efeito, não. Foi entendido entre as Juntas de Freguesia e a Câmara que esse assunto vai ser estudado em condições pelos serviços técnicos da Câmara e com seriedade e honestidade é abordado, defendido e discutido com as Juntas de Freguesia porque não pode ser igual para todas. Não há condições de ser igual para todas e, nós também temos de ter a noção que temos de ter espaços para os funcionários e para guardar os materiais, etc. Há um conjunto de envolventes de questões que não podem ser deixadas ao acaso quando se está a falar da varrição. Não é só receber um funcionário e uma varredora porque isso não resolve o problema em Quéluz e Belas e não resolve noutras freguesias que até têm uma área territorial mais pequena, como noutras que têm uma área territorial maior em que não têm tanta habitação, mas têm outros problemas adicionais. Portanto, isto tem de ser visto casuisticamente, freguesia a freguesia. E, nesse sentido, existe este acordo e, durante este mandato, essa matéria irá ser objeto de apreciação e, por isso, nós não nos substituímos à Câmara, não temos máquinas, nem temos de as comprar porque não temos essas condições e, por lei, não podemos assumir despesas que são ilegais. Quem quiser que assuma. Este executivo não assume. Quando tivermos essa competência, assim o faremos e temos o dever de o fazer e em condições. Assim o exigimos e assim nos exigem esta Assembleia de Freguesia e a população, mas enquanto não tivermos essa competência, não está nas nossas mãos.-----

Relativamente à Iniciativa Liberal, dirigindo-se ao Vogal Pedro Rola, questiona se o mesmo não tinha lido o programa de campanha do Partido Socialista e que, não sabe se ela mesma, terá também frisado na tomada de posse, a questão de solicitar à Câmara a criação de mais postes para carregamentos elétricos de viaturas, espalhadas pela freguesia, portanto, não é algo inovador. O estatuto da oposição serve para alguma coisa e por isso é que somos obrigados a abrir a mão do estatuto da oposição e solicitar aos outros partidos políticos que apresentem as suas propostas, não é o orçamento deles, não é a proposta deles, mas é para isso que a lei existe, para os partidos representados na Assembleia de Freguesia apresentarem propostas concretas que sejam acessíveis e que sejam entendidas como válidas de forma a serem incluídas no orçamento. Este executivo não teria problema se o referido vogal lhe apresentasse uma proposta concreta e, se o considerassem válido, como já aconteceu no passado, por outras bancadas, nós aceitávamos e integrávamos no orçamento. Este é um orçamento que é de facto proposto por este executivo, mas nós não temos problema nenhum em aceitar propostas de outras bancadas. Aliás, é para isso que existe o estatuto da oposição. Andamos todos a falar das leis que são aprovadas e que permitem que todos os partidos possam

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

participar e, depois, os partidos e as bancadas não participam? Não critiquem depois porque não o fizeram, mas houve bancadas que o fizeram e, a própria, acabou de dizer que houve propostas que não podiam nunca ser aceites porque, por lei, não podiam constar deste documento e, portanto, só é preciso explicar depois, às bancadas, se está ou não introduzido e porque é que não está. Nós estamos aqui disponíveis para isso. Se não querem que esses contributos cheguem a tempo porque querem tomar conta deles e porque consideram que é a sua proposta, isso é válido. Agora, essa proposta é uma proposta do Partido Socialista, portanto, como vê, até é algo que nós defendemos e apoiamos, como exemplo daquilo que disse.-----

Relativamente à questão da segurança e aquisição de viaturas, a Junta de Freguesia já tem apoiado as forças de segurança de outras formas, referindo que estiveram dois anos para entregar um computador às forças de segurança, a pedido das mesmas porque internamente não recebiam o nosso computador. Foi pedido que tivesse determinados critérios e determinadas características e nós adquirimo-lo dessa forma e estivemos quase dois anos à espera e até se chegou a pensar que o iríamos dar a outra instituição, mas finalmente houve autorização para rececionarem o equipamento. Portanto, quando a PSP precisa de outro tipo de apoios, nós estamos sempre presentes e nunca dizemos que não, a não ser que haja algo que não possamos fazer e aí temos de ser claros e informar que, neste momento, não é possível, não é da nossa competência e o que temos de fazer é verificar junto da Câmara porque estamos perante uma Câmara que tem apoiado substancialmente as forças de segurança, tendo a mesma adquirido viaturas para as forças de segurança em todas as freguesias. Podem dizer que é uma viatura, mas se calhar não era competência da Câmara e, se calhar, também não era competência da Junta, mas se for necessário adotar determinadas atitudes como nós fizemos com a ambulância para os bombeiros, está ao nosso alcance e o que podemos fazer, fazemos. Não vamos é entrar em terrenos em que nós não temos competência para o fazer porque é a sua assinatura e a assinatura deste executivo e nós não cometemos ilegalidades.-----

Relativamente à questão abordada pelo Vogal Pedro Rola referente à app, refere que a nossa app também está em testes e o que o mesmo tinha referenciado a questão da digitalização e da passagem para a transição digital. Acontece que nós, de facto, temos procurado que todos os serviços que sejam prestados, nomeadamente os serviços administrativos, possam ser por via digital, mas em Queluz e em Belas, a população que mais procura os serviços da Junta, não são os jovens, é a população que tem dificuldades e que não tem acesso fácil às novas tecnologias e, portanto, nós temos de nos adaptar também à população que temos. Sabemos que a população que é abrangida é muito mais limitada do que aquilo que nós entendemos. É esta a prática e é aquilo que nós vimos nos serviços. Não vamos criar serviços para não funcionarem porque isso é que é gastar dinheiro sem necessidade e sem justificação. Temos de nos adaptar à população que nos procura, acrescentando que são escassas as pessoas que já nos pediram o atestado por via digital porque acabam por ir à Junta e muitas delas nem sabem falar português e nem saber ler. Infelizmente temos uma população que tem estas dificuldades e é uma população que merece ser ajudada e nós não os podemos ajudar da forma que eles não sabem como é que podem ser ajudados, portanto, temos de ter esta noção, compreendemos que é necessário adaptarmo-nos às novas tecnologias, mas temos de ter a noção de para quem é que estamos a trabalhar e qual é o nível da população que nós temos. Temos de ter a certeza daquilo que fazemos e para quem é que fazemos. A maioria da nossa população é sobretudo idosa.

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Também temos nos nossos espaços o sistema Wi-Fi, é só uma questão de saber o que nós fazemos. Relativamente às atividades desportivas, os protocolos e os campeonatos referiu que, felizmente temos na freguesia muitos clubes desportivos e, quando se der ao trabalho de ver os nossos protocolos, irá ver duas coisas: que temos previsto isso em alguns protocolos com alguns clubes desportivos nomeadamente, com o Real e com o Clube de Basquetebol de Queluz e irá ver que, também, naqueles protocolos, aquelas crianças que tenham dificuldades e que queiram fazer prática desportiva e cujas famílias não tenham condições, todos estes clubes têm uma alínea que permite que aceitem essas crianças, situação que já se verifica, felizmente, com muita regularidade porque a Junta de Freguesia é que suporta os encargos. Portanto, não se retira a possibilidade dessas crianças que até podem vir a ser futuros Ronaldos, de poderem praticar desporto porque nós temos nos nossos protocolos essa faculdade com as nossas instituições.-----

Relativamente à questão abordada pelo Vogal Carlos Diogo sobre o filme que está a ser realizado e cujas filmagens estão já a acabar, menciona que seria bom se a Junta de Freguesia tivesse, por lei, direito a receber essas contrapartidas, mas essas contrapartidas não são para a Junta, mas sim para a Câmara porque quem tem essa competência é a Câmara. A Junta de Freguesia não tem competência para cobrar qualquer tipo de receitas para esta índole, além de que, o espaço não é gerido pela Junta. Nós só gerimos os espaços verdes e não o espaço que está em frente ao palácio e ao regimento. É um espaço da Câmara e as receitas vão para a mesma e, certamente, terá tido uma boa receita pela presença destas filmagens em frente ao palácio e que, aliás, hoje foram sobejamente faladas.-----

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Mesa da Assembleia coloca a votação o ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos.-----

Votação: A favor 10 (PS – 8; BE – 2); Contra 8 (PSD – 3; CDU – 3; CH – 1; IL – 1); Abstenções: 2 (CDS).-----

O ponto n.º 2 foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá palavra ao Vogal Pedro Rola (IL) de forma a apresentar a sua declaração de voto relativa ao ponto n.º 2, passando o mesmo à sua leitura (Anexo 14).-----

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Luís Seixas.-----

O Vogal Luís Seixas (CDS/PP) refere que gostaria de dizer só umas pequenas palavras: “nós congratulamo-nos com a inclusão e a aceitação das nossas propostas pelo executivo da Junta, pois assim, o CDS/PP deu um forte impulso para a beneficiação destas ajudas pela população e comércio local”. De seguida passa à leitura da declaração de voto que gostariam que fosse anexada à ata (Anexo 15).-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) passa à leitura da respetiva declaração de voto (Anexo 16).-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia passa ao **ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos “Apreciar e votar, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o mapa de pessoal da União das Freguesias de Queluz e Belas para 2022”** e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas menciona que relativamente à questão do mapa de pessoal é de referir que, como todos verificam, através do mapa distribuído, há mais dois lugares ocupados do que existiam, mas também prevemos a criação de mais oito lugares e são várias as condicionantes

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

para a apresentação deste mapa. Para já, ele reflete a realidade neste momento e, reflete que nós, com o COVID, tivemos de assumir outras responsabilidades, ou seja, encontrar soluções para os problemas e, nesse sentido, também fomos recrutando algumas pessoas para determinadas funções. Existiam algumas situações de mobilidade na Junta de Freguesia, que já estão a ser ultrapassadas, situações essas que impediam que os lugares em causa, estando as pessoas em mobilidade e, enquanto a mesma não fosse consolidada, os lugares estão ocupados e, portanto, não poderíamos nunca colocar alguém nesses lugares e a resolução dos problemas tinha de ser feita através do recursos a pessoas recrutáveis, ou, através de concurso público, ou de recibos verdes que, para nós, não é o ideal, mas em determinadas situações transitórias terá de ser a situação a aplicar. Em primeiro lugar, os lugares não podiam ser ocupados, portanto, tínhamos de continuar a desempenhar as funções, em segundo, é porque há necessidade de reajustar o mapa de pessoal porque também temos pessoas que carecem de ser reclassificadas e, é justo e correto que assim aconteça, mas não estavam previstos lugares para o efeito e nós, também criámos esses lugares. Entretanto, há trabalhadores ao serviço da Junta que cessaram os seus contratos, há outros que se aposentaram e, portanto, tudo isto levou a que nós agora conseguíssemos criar um mapa que, tal como sempre foi, é adaptado à nossa realidade e àquilo que tem sido feito na freguesia. Por isso, este mapa reflete todas estas necessidades e a preocupação que nós temos de que os nossos trabalhadores tenham o devido reconhecimento quando se trate de serem reclassificados e de nós termos as condições para o efeito, bem como de encontrarmos as soluções corretas para numa situação de emergência recorrermos a contratos de prestação de serviços, mas logo de seguida, como sempre fizemos, abrir os devidos procedimentos concursais para o seu ingresso, nós não podemos garantir que seja o próprio, mas pelo menos vamos abrir concurso e, essas pessoas, entre outras, podem candidatar-se e o lugar é sempre ocupado. Nunca sabemos é por quem. Por último, refere que as razões de apresentação deste mapa foram estas que acabou de citar.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) cumprimenta todos os presentes e refere que algumas das questões que pretendia colocar já tinham sido esclarecidas pela senhora Presidente, mas que iria fazer um reforço. Em primeiro lugar, a bancada da CDU gostaria de congratular o executivo pelo efetivo aumento do número de postos de trabalho. Em dez postos, desde o ano passado até este ano, o que revela, de facto, uma intenção de reforçar os serviços públicos que são prestados à população, os serviços prestados pela Junta de Freguesia. No entanto, também já foi aqui referido que, apesar de haver um acréscimo de dez postos, na realidade só dois postos é que estão efetivamente ocupados e, nós, verificámos através da análise dos mapas anteriores, que de facto esta situação, apesar de ter havido sempre um aumento de postos de trabalho, tem-se verificado que não tem sido possível preencher todos os postos de trabalhos de ano para ano. Neste momento, temos ainda vinte e cinco postos de trabalho vagos, mais oito do que o ano anterior. Quando falou da questão da mobilidade, não compreendi muito bem a questão porque aquilo que me pareceu é que as pessoas que estão em mobilidade, já meteram os papéis para ir para outro serviço? Solicita à senhora Presidente para explicar melhor esta situação porque não consegue compreender se as pessoas vieram para a Junta de Freguesia ou se estão de saída e se esses lugares aparecem no quadro de pessoal como vagos, quantos estão ocupados. Já referiu, também, a questão dos concursos públicos e, gostavam de perguntar se os concursos públicos para preencher o ano passado, se estão abertos, se estão a decorrer, ou, se já foram finalizados e, se há intenções de abrir concursos públicos para estes vinte e cinco postos que ainda estão por

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

preencher. A CDU considera que este mapa de pessoal, para a nossa análise, vem um bocadinho incompleto, portanto, é insuficiente para a nossa boa análise do quadro de pessoal da Junta de Freguesia e porquê? Porque dentro de cada área de trabalho não se encontram identificadas as categorias que se encontram preenchidas ou não. Numa área de apoio à Presidente, por exemplo, imagine que só um é que estava preenchido. Nós não saberíamos qual era e, por isso, gostaríamos de pedir que, nas próximas apresentações do mapa de pessoal, a informação viesse um bocadinho mais completa para nós compreendermos, não só, quais são os postos de trabalhos que estão vagos ou ocupados, mas também para tentar compreender as alterações de um ano para o outro. Se foram pessoas que saíram, que se reformaram ou se foram pessoas que foram colocadas, etc. Por fim, gostaríamos, também, de perguntar ao executivo se está a executar os procedimentos para a progressão da carreira destes trabalhadores e, se no último ano, ocorreram progressões de carreira.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) menciona que as questões já foram bem levantadas, e, de facto, só se preocupa com as questões da evolução das carreiras, se houve ou se não houve, como é que se pensa preencher os postos de trabalho que estão vagos, como é que se vai preencher em termos de prazo, se vamos continuar a assistir ao aumento do número de vagas, mas as questões já foram colocadas e não quer estar a repetir o mesmo. A única preocupação que quer levantar é que existem de facto muitos postos de trabalho que estão vagos e, isto, causa alguma preocupação, por exemplo, na área social, sabemos que é uma área que é prioritária e que tem a importância que todos nós lhe damos, é inadmissível que haja tantas vagas, há três vagas em oito postos, se não se engana, e, mantemos um total de onze postos de trabalho, dos quais oito estão preenchidos e continuam por ocupar, três. Não sabemos se são assistentes operacionais, técnicos ou técnicos superiores, mas tudo isso já foi pedido, também, para melhorar esse mapa, mas esta área particularmente preocupa-nos e, as outras em geral. É evidente que havendo tantas vagas isto não contribui para que a eficiência e o funcionamento da Junta seja o melhor possível e causa com certeza alguns constrangimentos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal António Caxaria.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) cumprimenta todos os presentes e refere que, a nível do mapa de pessoal, verificou que o número de postos de trabalho são oitenta e um, mas que existem vinte e cinco postos de trabalho vagos. A senhora Presidente já está no executivo há oito anos e, já houve tempo suficiente para abrir concursos de forma a ocupar estes postos de trabalho vagos. Sabe que os concursos são demorados, mas ao tempo que já lá está, já era possível ter mais postos de trabalho ocupados. Espera que, durante o próximo ano, haja abertura de concursos e, que, no final deste ano, quando formos votar o orçamento para 2023, o número de postos vagos seja inferior.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere ter uma dúvida em relação à apresentação que a senhora Presidente fez e, agradecia que, quando fosse oportuno, lhe explicasse para ver se está a interpretar bem porque pode ser erro de interpretação da sua parte. Percebeu que são criados postos de trabalho supostamente com categorias superiores para permitir a progressão ou, dos trabalhadores que estão numa categoria abaixo, ou, da entrada de um outro trabalhador para o cargo. Queria perceber se é exatamente isto.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Em primeiro lugar, gostava, desde aqui, agradecer o excelente trabalho que todos os funcionários da Junta fazem e, que eu, tenho sido sempre confrontado com isso, mesmo muito antes de ter estas funções, não tenho nada a dizer das pessoas, são sempre incedíveis, portanto, a minha perceção dos trabalhadores da Junta é excecional e não podia ser melhor. Antes de falar sobre o mapa, gostava de dizer isto porque não está minimamente em causa o que vai dizer a seguir relacionado com o profissionalismo, a competência e empenho das pessoas que desempenham funções na Junta de Freguesia.-----

Há aqui uma coisa que não percebe e que tem a ver com isto: nós temos um quadro de pessoal com oitenta e uma pessoas, não vai dizer se são as adequadas, se são demais, não tem capacidade para fazer essa análise tão fina, portanto, admite que o quadro de pessoal esteja bem dimensionado. O que estranha é como é que a Junta de Freguesia funciona, tendo um quadro de pessoal de oitenta e uma pessoas e, só tendo cinquenta e seis postos de trabalho ocupados. Porque das duas uma, ou, o quadro está dimensionado por cima e não seriam precisas oitenta e uma pessoas, ou então, as pessoas estão todas em superação porque só tem cinquenta e seis pessoas para oitenta e um postos. Esta é questão que lhe apraz dizer de fundo. Depois há aqui dois ou três temas que lhe parecem importantes. Apoio jurídico e contratação pública. Temos um técnico superior no quadro e, em relação ao número de postos ocupados, temos zero, ou seja, andamos a contratar serviços de assessoria jurídica fora porque não temos cá ninguém nestas funções. Não lhe parece mal, até porque não pode ter um jurista porque para ter um jurista no quadro, tem de ter dois, porque um jurista pode adoecer ou ir de férias. Parece-lhe que, seria muito mais sensato, ter um contrato com um qualquer escritório de advogados que fornecesse estes serviços de forma permanente, sem estar a gerir juristas. Até porque deve ser assim que isto está a funcionar porque como não tenho o posto ocupado, estou a contratar, se calhar, à peça, aquilo que preciso de um jurista. E, a mesma lógica aplicaria aqui a esta rubrica de multimédia e comunicação, tem dois postos ocupados e dois vagos, mas em que claramente para si, lhe parece uma tarefa que devia estar entregue a uma empresa de publicidade ou a uma empresa que preste este tipo de serviços. Não lhe parece adequado que, uma Junta de Freguesia, tenha trabalhadores entregues exclusivamente a este tipo de funções. Não quer dizer com isto que estes trabalhadores não possam ser convertidos para outra função qualquer, não está a dizer que devam ser dispensados, não é nada disso, até porque, se temos oitenta e um no quadro e, só tem cinquenta e seis ocupados, há muito espaço para colocar estas pessoas.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) menciona ter algumas questões em relação a este ponto e, em primeiro lugar, gostaria de perceber, isto que estão a falar são contratos regulares, portanto, não inclui avenças e recibos verdes e queria perceber se, neste momento, há contratos de avença na Junta de Freguesia e quantos são. Por outro lado, notou e refletiu o mesmo que o Vogal da Iniciativa Liberal, se, neste momento, um terço dos postos de trabalho não estão ocupados, portanto, ou há vagas a mais e, não é preciso tantos funcionários para desempenhar as funções que estão a acontecer, no momento, ou, os funcionários que temos, neste momento, estão em risco de ter um esgotamento a qualquer momento porque estão a trabalhar muito mais do que seria esperado para este número de pessoas. Por último, queríamos questionar se há pessoal dos quadros da Junta de Freguesia destacado para fora, ou, por outro lado, pessoal de fora requisitado para a Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas menciona que relativamente à questão da mobilidade e o que é que ela quer dizer, ela significa que nós temos trabalhadores que pediram mobilidade, ou seja, foram chamados em regime de mobilidade, para outras entidades e, portanto, enquanto elas estiverem nessas entidades e, enquanto as mesmas não disserem que querem ficar com este trabalhador, o posto de trabalho está ocupado por elas, ou seja, não pode haver outra pessoa que possa ocupar esse posto de trabalho. Temos uma pessoa a desempenhar, eventualmente, essa função, mas não a está a ocupar e, por isso, é que nós também tivemos de criar aqui outras oportunidades para que também adquiríssemos, mediante a celebração de contratos, ou, dos concursos porque há um concurso em que ainda podemos ir buscar pessoas, mas há outros que tínhamos mesmo de abrir os concursos e as pessoas não entraram porque não aceitaram as condições e, infelizmente, temos muitas situações dessas, mas o vencimento é o que é e, nós aí, não conseguimos ultrapassar essa faculdade. E sabemos que, de facto, os vencimentos são parcos, mas tal como há pessoas que estão a receber subsídio de desemprego e que depois preferem ficar a receber o mesmo em vez de ir trabalhar. Isto são critérios, mas é isso que acontece com a mobilidade. Nós até temos algumas pessoas que vieram, agora, trabalhar para a Junta porque foi necessário e, como sempre fizemos, não se pode pôr a pessoa no quadro sem abrir um concurso, mas se nós precisamos das pessoas temos de ir buscá-las de alguma forma e, tem de ser através dos recibos verdes. E, enquanto as pessoas estão cá, como aconteceu com as equipas dos monos, vieram através de recibos verdes, nós abrimos os procedimentos concursais e, depois, as pessoas transitaram, ou não, para a função pública porque os concursos são como são, se as pessoas depois não cumprem os requisitos, não podemos fazer nada e temos de cumprir as regras. E, temos até pessoas que vieram do próprio GIP, o nosso Gabinete de Inserção Profissional, e quando precisamos, vamos precisamente ao GIP perguntar se existem pessoas da freguesia que reúnam os requisitos para determinadas funções e, neste momento, temos pessoas que estão a desempenhar funções na Junta de Freguesia, que são da terra e que estavam desempregadas.-----

Relativamente às necessidades, nós criámos aqui lugares precisamente porque sentimos que vamos ter necessidade destas pessoas e, portanto, mais vale abrímos agora os concursos porque temos os lugares já abertos e, abrimos os concursos para depois estas pessoas serem integradas. Temos pessoas que são assistentes operacionais, neste momento, na parte administrativa, que já têm condições para serem reclassificadas para assistentes técnicas, mas não existia lugar na respetiva categoria e, portanto, criámos os lugares para que, essas pessoas, possam devidamente e, como é devido, reconhecer o trabalho que têm feito, serem reclassificadas e passarem para assistentes técnicas. E, é isto que pretendemos fazer porque abrimos os concursos para determinados momentos, essas pessoas entraram e estão naquelas funções, mas as suas aptidões foram de tal forma, que nós achamos que elas merecem ser reclassificadas e não continuar na mesma categoria. Os aposentados não constam desta listagem. Este mapa é um quadro que é fornecido pela própria DGAEP - Direção Geral da Administração e do Emprego Público e, por isso, é o mapa que nós preenchemos, portanto, não é criado pela Junta de Freguesia, mas poderemos eventualmente até trazer aqui outro tipo de explicação para o caso em concreto.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Relativamente às progressões na carreira, quando as pessoas têm de progredir na mesma, claro que, é automático. Nós não temos pessoas que precisem de progredir na carreira e não temos pessoas que precisem de ser reclassificadas, aliás, o senhor Vogal Paulo Mourão, no mandato anterior esteve no executivo e sabe perfeitamente. Nós temos pessoas que se encontram de baixa há dois ou três anos e, portanto, esses lugares têm de ser ocupados, mas não os podemos ocupar porque essas pessoas estão de baixa e o lugar está lá. Portanto, há aqui situações que nos ultrapassam. Neste momento, houve uma cessação, por mútuo acordo, com um trabalhador. Esse lugar já fica vago e já o poderemos ocupar. É necessário na ação social, como por exemplo, nos cemitérios e no pessoal do exterior, criarmos mais lugares, mas temos ainda lugares vagos e sabemos que precisamos de mais pessoal porque temos a recolha dos monos, todo aquele serviço que nós fazemos necessita de mais pessoal porque também temos de arranjar maneira de dar folga às pessoas e haver aqui um trabalho rotativo e, nós não temos ainda funcionários para o efeito. Tal como nos cemitérios, estamos sempre com falta de pessoal para os cemitérios porque uns vêm, estão uns meses e, depois, vão-se embora. É um trabalho que nem toda a gente é capaz de o fazer. Portanto, no caso dos cemitérios é patente, nós precisamos de mais coveiros para que os turnos possam ser um pouco mais ágeis, mas a verdade é que não os temos e não são fáceis de recrutar e, por isso, estas dificuldades. Nós só preenchemos estes lugares com concursos e as pessoas para entrarem nos quadros têm que se sujeitar aos concursos de pessoal. Na ação social há lugares vagos que não existiam, nós criámo-los porque entendemos que são necessários e temos sempre vindo a adaptar à realidade e, estes dois anos de COVID, levaram-nos a ter técnicos superiores que estão a fazer sacos para dar às pessoas, não é essa a função dos técnicos superiores, mas felizmente temos excelentes funcionários que se adaptam às circunstâncias e que estão connosco, nós não fechámos portas. Houve Juntas do concelho que fecharam portas e nós tivemos sempre as portas abertas e sempre com receio que houvesse alguma coisa com os nossos trabalhadores. Procurámos dotar as instalações com os melhores equipamentos para nada lhes acontecer e, felizmente, temos tido sempre muita sorte, mas a verdade é que nós temos de pugnar por eles e eles fizeram, ao longo destes dois anos, um grande sacrifício e conseguimos resolver todas as situações, mas a verdade é que precisamos de mais pessoas. Temos instalações que não podem funcionar só com uma pessoa, na Barota não pode estar só um funcionário porque temos o posto dos CTT, portanto, temos de ter três ou quatro pessoas a perceber de CTT para que quando aquela pessoa adoecer, ou vá de férias, possa ser substituída, mas não pode lá ficar sozinho, têm de ficar duas pessoas, uma a fazer os serviços administrativos e outra a fazer os CTT. Contrariamente a muitas entidades, nós não podemos fechar umas instalações e deixar outras abertas porque, para nós, é injusto. O teletrabalho, vai ser novamente obrigatório, mas há trabalhadores que nunca gozaram do mesmo, estiveram sempre na linha da frente e nunca puderam usufruir do teletrabalho porque a população precisa que eles estejam lá e são situações que temos sempre de medir e de pesar. Por exemplo, no dia vinte e cinco de dezembro e no dia um, teremos trabalhadores que estarão obrigatoriamente a trabalhar porque são serviços essenciais que têm de funcionar. Não podemos fechar portas e temos de agilizar estas situações.

Relativamente à questão do apoio jurídico, está lá um lugar vago porque precisamente há uma pessoa que está em mobilidade. Tínhamos um jurista, mas foi em mobilidade e o lugar está vago. É uma das situações que na multimédia isso não acontece, mas sempre tivemos o Gabinete de Comunicação e orgulhamo-nos de

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

o ter e não é nossa intenção retirar de lá estas pessoas porque achamos que fazem falta ao nosso quadro de pessoal.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) refere ter ouvido atentamente, agradece à senhora Presidente e pedia-lhe um esclarecimento muito claro. Duas questões: falou agora no jurista, ele está destacado por nós, somos nós que suportamos o seu vencimento, está requisitado e, se, também temos pessoas requisitadas de fora e, nós suportamos. Esta é uma questão.-----

A outra questão, é relativamente à política de recursos humanos e à inclusão. Se temos, atualmente, pessoas com atestado multiusos e relativamente aos concursos que pretende depois lançar, se, efetivamente, está pensado na inclusão em quotas próprias para a deficiência.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) refere que queria confirmar e, tanto como conhece e teve oportunidade de participar em alguns desses processos que, em termos da junta, os trabalhadores da mesma têm tanto quanto é possível e, sempre que é possível, têm sido aumentados na sua carreira e subido na mesma e isso é uma preocupação que a Junta tem tido e, nem há, neste momento, ninguém em situação de poder ser promovido na subida da carreira e que não tenha sido considerado esse aspeto. Por outro lado, queria também dizer que, são questões de pormenor, mas nestas unidades em que há maior número de trabalhadores, particularmente a nível dos cemitérios e, depois do ambiente, dos espaços verdes e das obras, que temos aqui dezanove trabalhadores no caso dos cemitérios, é difícil haver evolução na medida em que, também, há poucas categorias criadas, por exemplo, no sector dos espaços verdes e das obras, temos dezasseis trabalhadores e só têm duas categorias, quinze assistentes operacionais e um encarregado. De certeza que iríamos melhorar em termos de qualidade deste trabalho, desta equipa que é espetacular e excecional, mas se nós conseguíssemos dar-lhe alguma qualificação ou termos algum pessoal, não diria, técnico superior, mas pelo menos, ao nível de assistente técnico ou governador técnico e, porque não, técnico superior? Se houvesse aqui estas categorias criadas, iria permitir uma evolução mais favorável na carreira e iríamos de certeza melhorar a qualidade do serviço que é prestado e, que, apesar tudo acha que até é bom e as pessoas são bastante dedicadas. Aliás, isto é geral para todas as unidades e é um reconhecimento por toda a gente, nomeadamente, o próprio executivo reconhece isso. Aliás, se virmos também o documento que acabámos de aprovar, o próprio preâmbulo, refere um agradecimento e um reconhecimento aos trabalhadores que, o executivo e a senhora Presidente fizeram, o que revela que não é bem como aquela maneira de estar que, por vezes, nos desagrada muito e que é dizer “eu sou só passageiro e a culpa é do motorista”. Este ambiente não se vê aqui, felizmente, e, portanto, temos de reconhecer isso.---
Por último, só queria fazer um comentário relativamente a estas propostas e das iniciativas da Iniciativa Liberal, possivelmente qualquer dia temos aqui uma proposta para privatizarmos também os cemitérios. Damos isso, fazemos uma avença ou damos isso a uma empresa que faz a gestão do cemitério e é menos uma chatice aqui para a Junta. Possivelmente ainda vamos acabar com a Junta. Se calhar ainda é o melhor. Há aqui, de facto, duas opções muito grandes e muito diferentes que nós temos de ter em conta, há quem ache que o importante são os serviços públicos da Junta de Freguesia e, quem diz a Junta de Freguesia, se for a um nível camarário ou até do próprio estado, é a mesma coisa, o serviço nacional de saúde também tem de

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

ser privatizado. Infelizmente parece, às vezes, que estamos a caminhar para isso. Infelizmente. E, depois há as pessoas que acham que não, temos de apostar nos serviços públicos, temos de apostar na qualidade porque isso é, não só possível, como até é uma questão importante e temos todos de trabalhar para isso em vez de estarmos aqui a defender o lucro das empresas privadas que é para passarmos aqui um capitalismo selvagem.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) começa por referir que foi colocada a questão dos cemitérios e a sua resposta é muito simples. Há uma confusão enorme e uma cegueira ideológica que normalmente as pessoas que gravitam à volta do Bloco de Esquerda e, não só, têm, em relação àquilo que é a obrigatoriedade do estado e a prestação de serviços por parte do estado, seja ele, o local, seja ele, o central, em contraponto com a execução desses próprios serviços. O que os nossos fregueses precisam é de serviços públicos, não precisam que esses serviços públicos sejam obrigatoriamente feitos por funcionários públicos ou por empresas públicas. E, isto é uma diferença abissal. Quando os senhores falam de saúde, não falam de saúde. O Bloco de Esquerda não quer saúde, quer saúde pública. Quando falam de escola, o Bloco de Esquerda não quer escola, quer escola pública. Os liberais defendem que é indiferente o dono da escola ou o dono do hospital. O que é importante é garantir que os cidadãos e, aqui, os fregueses, tenham acesso aos serviços públicos. O que hoje temos com o SNS é que os ricos têm acesso à saúde porque vão aonde querem e têm dinheiro para pagar e os pobres têm acesso às listas de espera. É isto que temos com o SNS e, é isto, que os Blocos de Esquerda desta vida, querem perpetuar porque é aqui que eles se movimentam e é aqui que eles ganham votos. Há duas formas de fazer isto, ou queremos servir a população, ou, não queremos servir a população. Agora, se eu só quero servir a população com serviços públicos prestados pelo estado, o resultado é o que temos hoje.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) refere que acha engraçado as coisas serem postas dessa forma como foram postas pelo Vogal da Iniciativa Liberal porque por incrível que pareça, a Iniciativa Liberal considera que o SNS é uma pérola, mas é que os tais ricos quando querem fazer coisas mais honrosas vão ao SNS e isso é que é engraçado. Por falar em serviços de cariz público para servir a população explique-nos até onde é que a banca privada nos levou, nestes últimos anos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) menciona que só para responder à interpelação que lhe foi feita pode dizer até onde é que a TAP nos levou, se quiser, pode-lhe dar uma dezena, uma centena de empresas públicas onde nos levaram. Bons e maus exemplos existem no setor público e no setor privado, bons e maus gestores existem no setor público e no setor privado e aquilo que está em causa não é ser público ou privado, nós não temos nenhum dogma ideológico quanto ao dono da empresa, do hospital ou da escola e é esse o vosso problema. É achar que os privados só querem lucro, mas por exemplo, no caso da saúde, nem estamos só a falar do privado, estamos a falar de hospitais e clínicas, por exemplo, do setor social, que é uma coisa que é uma inexistência para algumas pessoas. A questão aqui é sempre a mesma. É uma questão de racionalidade financeira e é uma questão de não haver nenhum dogma quanto a quem é que é o prestador do serviço.

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Uma coisa é o estado ter de garantir e, até, constitucionalmente a isso está obrigado, uma série de garantias aos cidadãos, outra coisa diferente é ter de prestar os cuidados.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) menciona que há uma questão no quadro de pessoal que gostaria que fosse explicado e que é a situação dos encarregados do setor operário da recolha e das obras e os encarregados do setor dos cemitérios. Desconhecia que existia um encarregado para os cemitérios e um encarregado do setor operário e é essa explicação que gostaria de obter, como é que é feita a gestão do executivo para lidar com estes trabalhadores até porque em termos da função pública, há umas certas exigências. Refere, ainda, que se não fosse o Serviço Nacional de Saúde estaria cego. Neste momento, o SNS mantém-no aqui e, todos os meses, leva uma injeção que se fosse o próprio a pagar não teria dinheiro.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) refere que, voltando ao tema que estão a discutir, gostaria de colocar só uma questão que já foi colocada pela bancada do PSD e, que pensa, ainda não ter sido respondida, que é a quantidade de avenças e recibos verdes que existem, neste momento, na Junta de Freguesia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) menciona que, em primeiro lugar, queria agradecer os esclarecimentos da senhora Presidente da Junta. Não nos podemos esquecer que estamos a falar de vidas, de pessoas, de trabalhadores e, se num primeiro momento podemos até olhar para o mapa de pessoal e dizer “oitenta e uma pessoas, se calhar não é preciso tanta gente”, depois pensamos que isto é uma União de duas Freguesias de Queluz e Belas e pensamos que, se calhar, numa freguesia quarenta e, na outra, quarenta e um, não é um assim um número tão desproporcional, mas queria reforçar a questão porque crê não ter sido ainda respondido, o número concreto dos contratos de avença e, a questão que o Vogal Carlos Diogo, também colocou e, que, também não foi respondida ainda, em relação ao pessoal em mobilidade, quem é requisitado, quem é destacado e quem é que paga cada uma das situações e, ainda sobre a inclusão do pessoal.-----

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, dirigindo-se às Vogais Helena Freitas e Helena Coelho, informa que as mesmas não têm resposta porque as questões foram colocadas agora e que só agora é vai poder responder às mesmas.-----

Relativamente à questão da inclusão, ela resulta claramente dos concursos. Os concursos obrigam a que nós tenhamos em conta e tenha que ter cláusulas que dizem que há uma reserva no caso de haver pessoas nessa situações, nós, por acaso, nunca estivemos nos concursos, mas temos muito prazer e, neste momento não estão, devido à pandemia, mas temos connosco dois trabalhadores do CECD, que são pessoas que têm algumas dificuldades e, aliás, até consta do relatório, temos dois colaboradores que é uma parceria que nós temos com o CECD, que estão a trabalhar connosco e que são pagos por nós. Infelizmente o valor é muito baixo e deviam receber mais, mas a verdade é que criámos uma excelente relação com essas duas pessoas e, ainda hoje, de vez em quando, há um telefonema a perguntar como é que eles estão. Ainda, esta semana, teve oportunidade de falar com a atual diretora do polo do Pendão e ela referiu que, o Cláudio,

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

nomeadamente, um deles chama-se Cláudio e o outro chama-se João, estava muito contente porque tinham tido oportunidade, no âmbito da parceria que têm connosco, de terem ido fazer uma viagem e, são pessoas que normalmente não podem e, portanto, nós estamos a permitir isto. São dois jovens que têm trabalhado connosco e que são muito válidas naquilo que fazem e esforçam-se muito por fazer o trabalho que fazem e, para nós, é um orgulho e uma satisfação, mas dos concursos decorre naturalmente que quem tenha alguma incapacidade pode candidatar-se e, muitas vezes, até têm preferência relativamente a outros candidatos.-----
Relativamente à mobilidade, nós abrimos concursos para assistentes técnicos porque não tínhamos lugares para técnicos superiores, essas pessoas foram reclassificadas para técnicas superiores depois de entrarem no quadro da Junta e, assim que passaram a técnicos superiores, procuraram sair, mas o que sucede é que saem da administração local para a administração central. Não vem ninguém da administração central para a administração local e, nós já procurámos até para outras carreiras, ir buscar pessoas, mas as pessoas não vêm, mesmo que queiram vir também não temos condições para lhes pagar aquilo que eles ganham porque eles não vêm para ganhar menos. Há aqui uma décalage entre aquilo que é o vencimento da administração local e aquilo que é o vencimento da administração central e é muito fácil saírem da administração local para a administração central porque estão a ganhar menos e a transição é muito mais fácil. O contrário é que é mais difícil e não querem vir, a não ser alguém que esteja no final da carreira e que queira vir trabalhar para perto de casa. Já tínhamos feito essas diligências, mas até agora ainda não obtivemos resultados, mas não vamos desistir. Por fim, informou que, neste momento, temos seis avançados ao serviço da Junta de Freguesia, em regime de prestação de serviços.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que pretende fazer uma interpelação muito rápida à senhora Presidente do executivo para ver se percebeu bem, portanto, quando estamos aqui a preparar a promoção ou a ascensão de carreira dos empregados da Junta, como deu o exemplo, de assistente operacional para assistente técnico, estamos a abrir um concurso (ao que lhe foi respondido que não), mas alguma coisa nos garante que esse posto de trabalho vai ser efetivamente preenchido por aquela pessoa que era anteriormente assistente operacional? Ao que a senhora Presidente responde que é um concurso interno.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) menciona que vai ser muito rápido e que é apenas para tentar esclarecer o Vogal Carlos Diogo. Não há concurso, ou seja, abre-se a vaga no quadro de pessoal e, internamente, há uma pessoa que transita, ou seja, que o executivo acha que está em condições de transitar.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia coloca a votação o ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos.-----

Votação: A favor 16 (PS – 8; CDU – 3; CDS-PP – 2; CH – 1; BE – 2); Contra 1 (PSD);-----
Abstenções 3 (PSD – 2; IL – 1).-----

O ponto n.º 3 foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passa ao ponto n.º 4 da Ordem de Trabalhos “Apreciar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia e respetiva Informação Financeira referente ao IV Trimestre de 2021” e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que não iria ler o que estava no relatório, mas sinteticamente dizer que este relatório reporta-se ao IV Trimestre de 2021 e, como este e outros trimestres, nunca são os documentos apresentados no final do próprio trimestre, portanto, há aqui um período que não é contabilizado para o relatório, mas quer referir que neste trimestre decorreram eleições, a Junta de Freguesia de Queluz e Belas decidiu, para facilitar o ato eleitoral, criar uma nova secção de voto na Serra de Casal de Cambra, com três mesas de voto para permitir que estas pessoas ali residentes não tivessem que se deslocar a Belas para exercer o seu direito de voto, portanto, pudessem fazê-lo o mais próximo possível e, também, o facto de nós fazermos o desdobramento da secção de voto na Escola da Xutaria permitindo, também, que o ato eleitoral decorresse na escola da Barota, e, por isso, felizmente tudo correu com toda a normalidade, procurámos criar um novo sistema para permitir que o acesso fosse mais fácil e compreensível pelas pessoas dado ainda estarmos em situação de pandemia e não tem conhecimento de nenhuma situação que tenha ocorrido em que tenha havido alguma dificuldade maior no acesso ao ato eleitoral e às instalações onde decorriam os atos eleitorais. Nós somos uma das freguesias que tem mais escolas e temos sítios que não são escolas, mas temos muitos locais e, por isso, obriga-nos a um grande exercício, mas corre sempre tudo com toda a normalidade e tranquilidade e, é isso que é exigido. O processo que antecede o ato eleitoral também é, ele, um processo longo que exige muito dos nossos serviços e, sobretudo naqueles momentos em que é necessário ter as pessoas para as mesas e as mesas estarem todas preenchidas é sempre um momento de grande sufoco e, que, até à última da hora, temos que encontrar pessoas para substituir. Inicialmente aconteceu isso, no primeiro ato eleitoral da pandemia, muitas pessoas que foram apanhadas pelo COVID e, desta vez, a pandemia não era tão intensa, mas a verdade é que também foi muito difícil encontrar forma de todas as mesas estarem ocupadas e, terem, pelo menos o quórum, mas conseguimos. Só houve uma ou duas mesas em que, de facto, não faltou quórum, mas não estiveram a totalidade dos elementos da mesa e, portanto, prevemos que também isso venha a acontecer no próximo ato eleitoral.-----

Relativamente às atividades, está reportado no documento, os serviços que foram prestados durante este período, as atividades administrativas, os atestados emitidos, o licenciamento de canídeos, as consultas jurídicas que foram prestadas e que também estiveram suspensas por algum período, o serviço de recolha de monos, quantos serviços é que foram feitos e só neste trimestre foram dois mil, cento e trinta e oito e, ressalva isto porque a questão da recolha dos monos, para nós, é fundamental e, cada vez mais, continuamos a apostar na sensibilização e informação à população para que não deixe os seus monos na rua porque têm um serviço na Junta de Freguesia que recolhe à porta de casa o que seja necessário ir recolher. Continuamos na aposta das nossas apps, no QBon e no da ação social e que, estão a ser objeto de reformulação e melhoramento, incluindo a adição de uma app direcionada para o próprio comércio local.-----

Na área da ação social, estão aqui relatórios muito concretos sobre as atividades efetuadas, os apoios tidos, a tipologia. Já tínhamos feito isto no passado, mas desde que a lei o passou a obrigar, nós fazemos questão que o nosso relatório seja um relatório inclusivo. O atendimento na área da psicologia também aumentou de uma forma substancial, o que poderemos tirar daqui uma outra leitura, o número de pessoas que se tem dirigido ao Gabinete de Inserção Profissional também tem vindo a crescer, as outras redes e os apoios que temos dado também estão aqui contemplados. Referiu que não se quer alargar neles, mas que estará disponível para quaisquer esclarecimentos que sejam necessários. Depois temos a questão dos recursos

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

humanos, a toponímia, o espaço público, as pequenas reparações nas escolas e, tudo aquilo que tem sido feito no espaço público e, queria apenas referir o número de toneladas de recolha de monos que têm sido feitos, bem como, o que temos gasto em cartões alimentares, só neste trimestre, gastámos doze mil, trezentos e quarenta e cinco euros em cartões alimentares e, na questão dos monos, cento e noventa e quatro mil e cem toneladas de resíduos e sólidos urbanos, portanto, é só para perceberem que, de facto, precisamos de pessoal. Queria apenas acrescentar aqui duas ou três coisas, como disse, esta informação não reflete a totalidade do mês de dezembro, quer referir algumas atividades que conseguimos ainda realizar, até hoje, que têm nomeadamente a ver com o Mercado de Natal. Este executivo entendeu que, antes das eleições não iria assumir compromissos que, eventualmente, o povo é soberano e, se não nos voltasse a dar a sua confiança, quem viesse teria de gerir como bem entendesse e, portanto, não quisemos assumir compromissos que podiam comprometer outros e, não tomámos iniciativas nem sequer de iniciar procedimentos para a iluminação de Natal, nem para o Mercado de Natal, nem para todas as atividades que procuramos fazer e, portanto, fizemo-lo já um pouco em cima da hora, mas conseguimos fazer e a nossa criatividade e engenho ajudou muito. O Mercado decorreu muito bem, foi um pouco diferente do habitual e teve outros divertimentos que nunca tinha acontecido, mas a verdade é que, naqueles três dias, nós tivemos sempre pessoas a passar no Mercado, estivemos a ouvir a opinião das pessoas e, nomeadamente, a opinião é de que o Mercado devia ser por um período mais longo. É evidente que nós fizemos isto de acordo com os constrangimentos, aliás, tivemos quase até ao início da semana sem saber se se podia concretizar porque tudo dependeria da evolução da pandemia, mas fizemo-lo e, estamos a fazer os nossos concursos de montras e de presépios de Natal, em parceria com o GAVE e com o comércio local e, neste aspeto, quis reforçar e salientar a parceria que fizemos com as escolas em que os nossos jovens decoraram árvores de Natal ecológicas que foram adquiridas pela Junta de Freguesia e entregues às escolas que quiseram colaborar, os meninos decoraram como entenderam e essas árvores foram distribuídas pelos comerciantes que quiseram receber estas árvores de Natal. Esta é mais uma iniciativa que nós encetámos para chegar ao comércio local e, assim permitir que pais e crianças pudessem ir aos estabelecimentos ver as árvores. Procuraram também pôr alguma iluminação de Natal para além daquela que a Câmara Municipal de Sintra meteu. Na área da freguesia, foi aquilo que nós conseguimos arranjar porque, nesta fase, os valores já eram complicados e tiveram de gerir o dinheiro que tinham para o efeito, mas acha que conseguiram uma iluminação simples e elegante, mas também foi o nosso primeiro ano porque já tinham tentado isto antes da pandemia e, portanto, foi o nosso primeiro ano e queremos poder continuar, mas também queremos contar com a parceria do comércio local para isto. Avancemos e tornemos Queluz e Belas um pouco diferente e chamemos à atenção para que as pessoas possam vir ao comércio local de Queluz e Belas.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) agradece à senhora Presidente e refere que verificaram atentamente o documento e dizer que ele se reporta efetivamente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2021. Ressaltar aqui alguns dados, nomeadamente, o gráfico seis, na página doze, que nos diz que temos duzentos e oitenta e quatro indivíduos e depois nós percebemos que são as pessoas que procuram ajuda e daqui ressalta que só quarenta e quatro, destas pessoas, têm mais de sessenta e cinco anos, ou seja, menos de 20% da totalidade. Está de acordo com a política de apoio que tem havido à idade maior, não dúvida nenhuma,

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

mas fica a pergunta, os que têm menos de sessenta e cinco anos serão os outros cerca de 80%, que esperança para estas pessoas e iremos procurar ajudar os mais novos, logo a seguir, o quadro sete fala-nos da situação profissional e diz que temos vinte e sete reformados e vinte e um pensionistas, portanto, está em linha com o quadro anterior, ou seja, menos de 20% tem algum rendimento, mais uma vez, os restantes 80% do total de oitenta e quatro pessoas, não têm qualquer rendimento, é o que nos subjaz entender. Depois, verificam, sem dúvida, que houve o apoio alimentar, doze mil, trezentos e quarenta e cinco euros, em cartões alimentares para este período, verificamos o banco alimentar contra a fome que apenas fez três recolhas de alimentos, não consegue entender e pensa que é possível, à semelhança do município de Cascais que recorre ao banco alimentar contra a fome, semanalmente, e, que é possível aqui também a nossa União de Freguesias recorrer e mais distribuir. Portanto, mais uma vez, doze mil, trezentos e quarenta e cinco euros, que foi aquilo que foi distribuído em cartão alimentar, setembro, outubro e novembro, relativamente a quatrocentas e quarenta e quatro pessoas, entenda-se cento e quarenta e três agregados, deu exatamente aquilo que eu ontem dizia, trinta euros por pessoa relativamente ao período de setembro, outubro e novembro, ou seja, se quisermos, dez euros, por mês, por pessoa, o que é muito pouco e dificilmente se ajudam verdadeiramente essas pessoas. Por último, não sabe se há alguma confusão, o que nós ouvimos e a senhora Presidente falou na recolha de resíduos, mas depois fala nos monos, etc., resíduos sólidos e urbanos, o documento traz-nos aqui duas mil, cento e oitenta e oito recolhas, se dividirmos isso por 365 dias, temos uma média de seis recolhas de dia, mas depois verificou que teve aqui alguma dificuldade ou o número não está correto, cento e noventa e quatro mil e cem toneladas, dividindo isto novamente por 365, teríamos quinhentas e trinta e uma toneladas/dia, ou seja, se eu agora pegar nestas toneladas e dividir pelas seis recolhas diárias, cada recolha daria oitenta toneladas. Há aqui alguma confusão e a recolha dos resíduos é uma questão, aqui para nós, assembleia, que temos discutido este mesmo ponto e, portanto, gostaria de clarificar muito bem.-----

O presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que só pretendia dar um esclarecimento à bancada do PSD que interveio mesmo agora, quando pergunta que esperança é que há para estas pessoas abaixo dos sessenta e cinco anos que necessitam de ajuda, isto não são fatalismos, a esperança passa por políticas sociais condignas e não é a Junta que tem de ajudar, e, faz muito bem em ajudar, mas isto passa por políticas sociais condignas. Isto não são fatalismos, há esperança e há esperança de que essas políticas um dia sejam aplicadas. Relativamente ao documento, tem uma dúvida, na página quatro, no mapa das atividades administrativas, o que é isto que está aqui explícito do aluguer do logradouro? Gostava de saber o que é isto porque não entende. Quanto ao documento em si, gostaria de saber, também, porque leu aqui, cabazes de Natal para 2021 “tal como em anos anteriores o projeto cabaz de Natal abriu novamente candidaturas que decorreram entre o dia dois e o dia dezanove de novembro e foram rececionados setenta e dois formulários de inscrição, estando, neste momento, em fase de avaliação para que os apoios possam ser entregues no decorrer do mês de dezembro. De ressaltar que, este apoio se destina a famílias que não têm qualquer outro tipo de apoio alimentar de continuidade”, ou seja, tenta perceber e a seguir vai explicar o porquê. Se só houve setenta e duas candidaturas, deve haver cabazes de Natal para além destas candidaturas porque chega ao final e tem uma verba gasta de quarenta e um mil, setecentos e quarenta e nove euros, em cabazes

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

de Natal, por isso não deve ser só para as candidaturas, deve haver outros programas de entregas de cabazes de Natal. Quanto ao documento financeiro, é mais do mesmo e é por estas situações que continuam a votar contra as Grandes Opções do Plano e os orçamentos. Como é a Junta a trinta de novembro, tem em seu poder, quinhentos e trinta e nove mil euros, em que a execução da despesa ainda se mantém nos 71,53%, em que o investimento do que estava previsto que é só, 3,81% das despesas de capital, só foram gastos 62% e, mais uma vez escusa de estar aqui a falar porque a senhora Presidente já deu essa explicação quando foi do orçamento, a falar outra vez nos protocolos e que diz que tem um excelente relacionamento com as instituições, mas que este resultado e esta apresentação de contas não espelham exatamente aquilo que diz que tem apoiado porque as despesas com a cultura, educação, ação social e desporto, ainda só foram executadas 58,61% e estamos no último mês. Quanto aos protocolos, a bancada da CDU começa a achar que as associações que têm protocolos são tratadas pior que algumas firmas de prestação de serviços porque ou fazem o serviço ou, então, não pagam. É o que têm dito, como não apresentam o relatório, nós não pagamos os protocolos. É sempre o que tem sido dito a esta assembleia. Se tiver um contrato com uma firma de telecomunicações, mesmo que não use, as telecomunicações têm de pagar o contrato. Por isso, está a fazer este tipo de comparação para se perceber como é que se tratam as associações desta União de Freguesias. Por isso, a bancada da CDU começa a achar que as associações desta União de Freguesias estão a ser tratadas como se fossem prestadores de serviços ou ainda pior do que prestadores de serviços.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----
A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas menciona que começa pelo senhor Vogal Filipe Borregana, é um prazer responder-lhe, mas quer dizer-lhe que este executivo se recusa a aceitar as últimas palavras que proferiu. Para nós, as instituições são nossas parceiras, não há aqui uma relação de trabalhador e entidade patronal, são nossas parceiras e nós fazemos tudo com elas e elas fazem tudo connosco, naquilo que nós podemos e elas também podem, portanto, sempre foi assim e conseguimos trabalhar com elas, não sabe se a CDU conseguiria, ou não, mas isso já é um problema da CDU, não é um problema do PS.-----

Relativamente ao aluguer do logradouro, nós temos na antiga sala Ribeiro Leitão, que foi o edifício da antiga Junta de Freguesia de Queluz, há um parque de estacionamento interno que é da Junta e, portanto, os moradores que têm viaturas, pagam-nos um valor simbólico, uma espécie de uma renda, pela utilização do espaço e está aqui o valor. Quanto aos cabazes de Natal, temos este momento de Natal em que atribuímos estes cabazes, para estes cabazes também pedimos a colaboração das instituições de solidariedade social, que também elas próprias apoiam muitas pessoas e, portanto, elas indicam-nos pessoas para serem abrangidas por este cabaz de Natal. Nós não queremos que haja duplicação de apoios porque se há pessoas que mensalmente recebem o apoio da Junta de Freguesia, se vão receber também em dezembro, não vão receber, para além desse apoio mensal, o cabaz de Natal. Procurámos que ele seja atribuído a pessoas que efetivamente têm carências, mas isso são as próprias instituições que nos mandam e são elas que fazem as respetivas avaliações e, outros, dirigem-se diretamente à Junta de Freguesia para se proceder à sua inscrição e candidatura e é feita, como sempre fizemos, uma avaliação técnica. Este ano é um ano excepcional porque nós até em termos de PO, acabámos por dar cartões alimentares porque houve bens que não vieram porque há concursos que, neste momento, estão a ser suspensos, estão a ser impugnados porque houve empresas que ficaram em segundo lugar nos concursos e, portanto, estão a impedir que os bens alimentares cheguem

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

às freguesias e, nós, como sempre, não deixamos que as pessoas que recebiam, semanalmente, bens alimentares agora venham só buscar uma lata de atum, refere estar a dar um exemplo concreto, não podem levar leite, arroz, outros bens alimentares e, de facto, isso não é alimentá-las. E isso nós não fazemos, por isso, adquirimos mais cartões alimentares para poder superar e suprir essas dificuldades. Sabemos que quando os concursos estiverem resolvidos, virão os bens alimentares todos e isso também vai ser um momento difícil porque as pessoas não vão ter condições de levar os bens alimentares todos, de uma só vez, para casa, mas vamos gerindo as coisas no seu momento, aliás, até há a intenção de que as pessoas em lugar de virem buscar bens alimentares também se passe a aplicar o regime que nós já fazemos, que é a distribuição de um cartão com um valor e as pessoas vão ao supermercado e fazem as compras que entendem, com aquele cartão e até ao montante daquele valor e isto implica, também, com a rede de emergência alimentar. O que nós vamos buscar à rede de emergência alimentar para as pessoas que nos são reencaminhadas pela rede de emergência alimentar, não é suficiente e nunca foi. Julga que não houve nenhum momento em que nós chegássemos lá e trouxéssemos bens suficientes para as pessoas que nos eram indicadas. Portanto, como vêm, nós procuramos sempre que as pessoas levem para casa o mínimo dos mínimos, ou seja, tenham sempre uma satisfação e bens alimentares suficientes para levarem para casa, não aquilo que vem do banco alimentar.-----

Relativamente à questão da atribuição dos valores dos trinta euros por pessoa, nós não atribuímos trinta euros por pessoa, nós distribuímos por agregado e, não quer dizer que sejam trinta euros, nós até temos critérios objetivos e depende dos rendimentos, mas vinte e cinco, trinta ou trinta e cinco, consoante o número de pessoas membros do agregado familiar, portanto não é distribuído trinta euros por cada um. Nós temos uma avaliação técnica feita e, essa avaliação técnica vai dizer que aquele agregado familiar, dentro dos critérios que nós temos, vai receber X. Também há aqui um lapso relativamente à questão dos dois mil, cento e trinta e oito. Os dois mil, cento e trinta e oito são pedidos que são feitos, telefonicamente, à Junta de Freguesia, por particulares, para ir fazer a recolha a casa, não é a recolha dos monos, ou seja, nós temos estes pedidos, dois mil, cento e trinta e oito, vamos a casa dessas pessoas buscar sofás, móveis, o que quer que seja, mas para além disto, nós temos duas carrinhas e, no fundo, às vezes acabamos por ter três carrinhas para fazer o serviço porque enquanto umas recolhem em determinadas localidades da freguesia e, até temos dias próprios para o efeito, e, outra carrinha irá a casa das pessoas buscar aquilo que as pessoas nos querem entregar, portanto dois mil, cento e trinta e oito, são os pedidos que recebemos telefonicamente, não é aquilo que nós recolhemos.-----

Atendendo a que o Vogal Carlos Diogo refere que há qualquer coisa que está a falhar e, que, internamente gostava que verificassem a situação e nos dissessem corretamente que valores é que são, quer o número de recolhas, quer o número de toneladas, a Presidente da Junta refere que o Vogal do pelouro não se encontra presente, mas que se compromete a perguntar ao mesmo se, de facto, os valores que estão aqui, são os corretos porque isto foi feito pelos serviços e, acrescenta, que ia tentar ter essa informação ainda durante esta assembleia.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia passa ao **ponto n.º 5 da Ordem de Trabalhos “Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião”** e dá a palavra ao Vogal José Ferreira.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal José Ferreira (CDS-PP) menciona que estamos a chegar a mais um final de um ano e queria desejar um bom ano a todos, ao público, aos técnicos de som, ao pessoal da Junta, aos vogais e, também, ao executivo da Junta.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) refere que queria deixar aqui uma questão se a Presidente da Junta conseguisse responder: no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, da Câmara Municipal de Sintra, reparou que nos projetos aprovados com financiamento, nós temos diversos investimentos que deverão supostamente ter ocorrido em Queluz e Belas, este ano, nomeadamente, cento e noventa e oito mil e seiscentos e quarenta e sete euros, nós estamos a falar aqui de valores residuais, cento e noventa e oito mil euros para espaço público com horta solidária, na Quinta do Mirante, havia ainda noventa mil euros para reabilitação de habitação social, a entidade financiadora era a agência para o desenvolvimento e coesão. A sua questão é: se a Junta de Freguesia de Queluz e Belas tem conhecimento e, imagina que tenha, se está a acompanhar e se estes investimentos efetivamente aconteceram, se decorreram até ao fim, se foram adiados por algum motivo. Queria perceber isso.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) menciona que ia ler a intervenção que já tinha preparada e que são vários pontos com várias questões que lhes foram chegadas pela população de Queluz e Belas, começando por termos sido chegada a informação que o banco Millennium BCP, na rua António Enes, em Queluz, irá encerrar. A CDU considera que o encerramento das instituições bancárias é um mau presságio para a população e para o comércio e, para além disso, é também indicativo das necessidades económicas da população e também das dificuldades que o comércio tem atravessado. Sendo que, já passámos por este tipo de encerramentos em Belas e estamos a ficar com uma União de Freguesias desfalcada em instituições bancárias, a CDU gostaria de saber se o executivo tem conhecimento deste possível encerramento e se considera chegar ao diálogo com esta instituição na defesa da sua manutenção. Em segundo lugar e, sabendo que não é de toda competência da Junta, mas sim da Câmara, alertar, como já foi feito há uns tempos por um outro vogal, para a necessidade de se encontrar uma forma que promova a diminuição da velocidade dos carros, na Avenida Elias Garcia, no troço que decorre entre os Arcos e os Quatro Caminhos. Neste momento, queriam saber se há a possibilidade de, em articulação com a Câmara, verificar se há a possibilidade de colocação de lombas porque, de facto, já houve atropelamentos e acidentes exatamente por causa da velocidade a que os carros passam e, que, não respeitam as passadeiras.-----

Em terceiro lugar, gostariam de questionar o executivo da Junta sobre as obras e a reabertura do Parque Infantil de Belas. O Parque Infantil foi encerrado para intervenção e continua fechado, não se sabendo quando é que são concluídas as obras e será novamente acessível às crianças e aos seus encarregados de educação. Em quarto lugar, sabendo que a Câmara Municipal irá disponibilizar verbas para a requalificação do edificado de carácter social no concelho, gostariam de saber se o executivo terá conhecimento se o investimento irá chegar à nossa União de Freguesias, nomeadamente, ao Bairro da Xutaria. A CDU conhece e visita com regularidade este bairro, temos sido alertados pela população acerca da existência de problemas estruturais em algumas casas daquele bairro e, o abandono sentido por parte da população que ali vive e que procura respostas aos problemas de infiltrações, inundações regulares dentro das casas onde vivem

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

famílias com crianças e idosos e que precisa de respostas rápidas e eficazes e capazes de melhor dignificar as habitações de carácter social, onde as pessoas cumprem com as suas obrigações, nomeadamente, pagando a sua renda, mas onde a resposta municipal é, neste momento, tardia e ineficaz. Por fim, a CDU gostaria, ainda, de colocar a questão, tanto ao executivo da Junta, na pessoa da senhora Presidente, como à Mesa, neste caso, à pessoa que se encontra a substituir a senhora Presidente da Mesa, relativamente à marcação destas assembleias. Já, por diversas vezes, as assembleias da União de Freguesias, não responsabilização desta assembleia, das anteriores e, agora, novamente esta, as Assembleias de Freguesia têm sido convocadas na mesma altura que as Assembleias Municipais e, isto faz com que os vogais desta assembleia não possam assistir ou, mesmo, se quiserem intervir em Assembleias Municipais não o possam fazer e nem sequer as acompanhar. Na Freguesia de Massamá e Monte Abraão, por exemplo, esta assembleia estava marcada também para dia vinte, como a nossa e eles fizeram a remarcação da Assembleia de Freguesia exatamente para não haver sobreposição das datas, mostrando também o respeito institucional com a Assembleia Municipal. Neste sentido, também gostaria de perguntar se há possibilidade de estas datas poderem ser revistas com mais cuidado para as próximas assembleias que seria do interesse de todos os vogais e, também saber, nestes casos, quem é que está a substituir a senhora Presidente da Junta, nestas Assembleias Municipais, se tem um substituto legal.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) começa por solicitar se lhe é permitido voltar ao ponto anterior só para fazer a comparação dos resíduos sólidos e urbanos com o terceiro trimestre que foram recolhidos cento e trinta e sete, vírgula, quarenta e seis toneladas, por isso, o valor que aqui está deve ser cento e noventa e quatro, vírgula, cem toneladas. Era só para dar este esclarecimento.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) refere que a Vogal da CDU falou e muito bem sobre as habitações, etc., sabendo nós que esta União de Freguesias tem um património e cobra rendas quer do mercado, quer de habitação, se relativamente ao plano de recuperação e resiliência está prevista alguma coisa de melhoria dessas mesmas habitações relativamente a janelas, portas de entrada, isolamento térmico, poderia falar aqui das instalações de painéis fotovoltaicos, eficiência hídrica. Gostaria de saber se está pensado porque não houve uma única palavra relativamente a isto.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, começando pela intervenção da Vogal Helena Coelho, refere que as hortas e a habitação social, de facto, são áreas em que a Câmara Municipal de Sintra tem estado a investir ao longo do concelho e, no Pendão, no espaço onde as hortas estão a ser desenvolvidas e, aliás, as pessoas já se candidataram e, já têm as suas hortas a funcionar, junto ao espaço do PEM – Pendão em Movimento, é o espaço de que estamos a falar, neste momento. Está a ser desenvolvido juntamente com a comunidade, com o Pendão em Movimento, com a Fundação Aga Khan e com as associações que estão envolvidas e o processo está a avançar e as pessoas até já se estão a juntar, no âmbito da rede e do grupo que está criado e, até, de criar uma espécie de feiras e mercados para a venda desses mesmos produtos,

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

portanto, há aqui iniciativas que estão a ser desenvolvidas com base nas hortas que foram criadas. Portanto, como vêem, não é uma coisa que está parada, há sempre um avanço nos processos.-----

Quanto à habitação social, a Câmara Municipal de Sintra tem estado a investir e, já investiu no Pendão, sabemos que na Xutaria também existem muitas habitações e, a própria, também, já visitou algumas, que precisam de melhoramentos sérios e, também sabemos que há outras em que quem residia nas habitações, também as deixou em estado lamentável e, às vezes, não basta a substituição de uma janela, há situações em que nem sequer há a caixilharia da janela e tem de se fazer tudo de novo, portanto, são situações diferentes e quem está numa casa arrendada, está a pagar a renda, que seja uma renda social, mas a Câmara também está a investir e a lançar os concursos para avançar para a requalificação dos edifícios e, portanto, todo esse processo está sempre em constante evolução. Estamos a acompanhar todas estas situações e, de facto, o Bairro da Xutaria é um daqueles em que, de facto, a Câmara Municipal também está a apostar e tem sempre uma técnica que também está lá e, quando é necessário também há um técnico da Câmara que vai fazer pequenas reparações e, por isso, o processo nunca está parado, mas quando são grandes reparações, tem de abrir procedimentos concursais para o efeito, portanto, os processos estão em andamento.-----

Relativamente à questão do encerramento das agências bancárias, esta é uma situação que nós não conseguimos colmatar porque ou há boa vontade por parte dos bancos, ou, não há e nós não conseguimos impedi-los de encerrar as agências. Nós temos conseguido e, a Junta de Freguesia, na altura, em que se falou que o Santander e o Millennium iriam encerrar, em Belas, falámos com as duas agências e conseguimos que, uma delas, o Santander e, é um assunto que ainda não está aqui encerrado porque haverá aqui outras oportunidades e elas estão a ser avaliadas, e conseguimos porque a Junta de Freguesia disponibilizou-se para que houvesse um multibanco, nas nossas instalações e temos, neste momento, comerciantes que estão interessados em ter junto aos seus estabelecimentos, portanto, estamos a ver com o Santander essas situações, mas nós não os podemos impedir de encerrar ou de mudar de instalações e é o mesmo que acontecerá eventualmente em Queluz, mas também estamos a falar com o Millennium para ver se há alguma viabilidade de se manter.-----

Relativamente à Elias Garcia, esta irá ser objeto de uma intervenção e, já foi aquela parte da D. Pedro IV e já há um projeto para a requalificação daquela zona, aliás, contando com a questão da mobilidade dos novos acessos e da criação de sentidos únicos em algumas artérias daquela zona, junto ali perto do mercado e, portanto, irá ser uma intervenção que irá ser demorada, dado o local a que nos estamos a referir e os incómodos que isso poderá ter perante a população e os automobilistas e, por isso, a Câmara, tal como aconteceu quando foi a requalificação do empedrado, tinha pensado e, felizmente isso acabou por não acontecer devido à pandemia e, até, foi uma coisa positiva, porque com a pandemia e a obrigatoriedade das pessoas se manterem em casa, os carros não circularam e a obra pôde ser feita, mas ela estava prevista ser feita durante a noite, o que também teria alguns inconvenientes, mas era essa a previsão. Não aconteceu felizmente, não queremos que a pandemia aumente neste momento e sirva de causa para que as coisas avancem de outra forma, mas está prevista essa intervenção.-----

Quanto ao Parque Infantil de Belas, estamos a recuperar os nossos parques infantis e, se alguns, já tiveram uma terceira intervenção é porque nós estamos a utilizar o dinheiro público para recuperar parques que são objeto de vandalismo e, lá estamos nós, com o dinheiro público a requalificá-los. E, neste caso, ele não

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

andou tão depressa porque o material ainda não chegou e, todos nós, sabemos que, neste momento, ainda há muita dificuldade no transporte de materiais que vêm do exterior para cá, como é o caso do auditório onde também temos esse problema e, assim que o material chegar ele será colocado, mas também se ele vier agora e, estiver a chover, nós não podemos pô-lo no local, portanto, vamos ter que ver qual é o melhor momento para, e, assim que ele chegue, as condições atmosféricas o permitam.-----

Relativamente à Assembleia Municipal e à Assembleia de Freguesia, coincidência, nós propomos à senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, como é por lei, a realização de uma assembleia, numa determinada data e com determinados assuntos da Ordem de Trabalhos. No caso em concreto, tinha-lhe sido até dito que, não haveria problema com o dia vinte, procurou saber essa informação e aconteceu que a Assembleia Municipal foi efetivamente marcada no dia vinte, mas a Junta de Freguesia não deixa de estar presente na Assembleia Municipal e teve a Vogal Helena Santos, a representar a Junta de Freguesia na Assembleia Municipal, mas de qualquer das formas, são autónomas, muitas vezes não sabemos com antecedência quando é que a Assembleia Municipal se vai realizar e, nem eles sabem que há Assembleias de Freguesia, mas quando é possível nós refazemo-lo, agora, nem sequer propusemos isso à Assembleia de Freguesia porque se a própria Presidente tinha alguém para representar a Junta na Assembleia Municipal, para nós não era impedimento e acha que a Assembleia Municipal é muito importante, mas estar aqui na Assembleia de Freguesia, para si, também é mais importante ainda do que estar na Assembleia Municipal. A importância é relativa, mas a verdade é que estar aqui é estar a falar diretamente com a população local.-----

Referiu, ainda, já ter a correção que ficou por confirmar mais atrás e, que, é de facto uma vírgula, em vez de um ponto e são, quinhentos e oitenta quilos por carrinha, dois mil e novecentos quilos, por dia, uma média, e cento e noventa e uma toneladas, mais ou menos, portanto, creê já estar explicado.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) quis desejar os votos de boas festas em nome da bancada do PSD, a todos os presentes aqui nesta sala e, ainda, para propor que o tal minuto de silêncio que se falou no início da reunião, em memória do antigo vogal desta Assembleia de Freguesia, Silvério Aires, se fizesse agora.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) agradece os votos de boas festas e deseja a todas as bancadas, ao executivo e à mesa, umas santas festas e um feliz Ano Novo.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) também agradece e deseja boas festas ao executivo, a todos os vogais desta Assembleia de Freguesia, ao pessoal do som e à Carla.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) refere que a bancada do PS quer retribuir e desejar boas festas, quer ao executivo, quer à mesa, quer a todos os vogais, quer ao público, que são realmente os mais importantes no meio de isto tudo porque são vocês e é por vocês que nós cá estamos, aos técnicos de som e à nossa assistente que nunca nos larga e que dá um apoio fenomenal às assembleias. Boas festas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que, em nome da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, desejamos a todos vós, umas festas felizes, um Bom Natal e que 2022 nos traga outra paz, tranquilidade e, acima de tudo, saúde, mas também um outro espírito de solidariedade que nós bem precisamos e, muitos dos que estão aqui, sabem que há muita gente na nossa freguesia que precisa dessa nossa solidariedade e, portanto, contamos com todos para o efeito.-----

Por sua vez, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, em primeiro lugar, quer pedir desculpa por alguma falha que possa ter havido por parte da mesa e, sua, pessoalmente e, desejar a todos os presentes e

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

respetivas famílias, umas boas festas, que tenham saúde e que o Ano Novo seja um pouco melhor, em termos de saúde, do que tem sido até aqui.-----

De seguida, passam ao minuto de silêncio.-----

O 1º Secretário, Vogal Paulo Borges, passa à leitura da ata em minuta e, após a sua leitura, o Presidente da Mesa da Assembleia, coloca a mesma a votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3, CDS/PP – 2, CH – 1; BE – 2; IL – 1).-----

A ata em minuta foi aprovada por unanimidade.-----

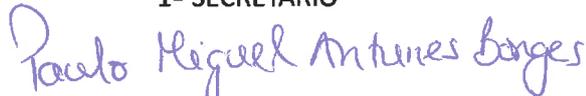
Assim, e não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião, cuja ata foi redigida por mim, Paulo Miguel Antunes Borges, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia que a presidiu e pelos secretários.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS



(Manuel de Campos Frederico)

1º SECRETÁRIO



(Paulo Miguel Antunes Borges)

2º SECRETÁRIO



(Vanessa Diniz João dos Santos Brito)

Boa noite a todos os presentes,
Senhora Presidente da Assembleia,
senhora Presidente do executivo e
restante executivo.

Ex. mos vogais da Assembleia.

Em nome da Cooperativa "O Nosso Lar"
as minhas saudações.

1- Como perante vós informei no dia 9 de Novembro, a União de Freguesias aceitou para a sua responsabilidade, a transferência dos espaços verdes da Quinta do Mirante, no passado dia 1 de Julho. Faço de novo a pergunta para a qual não houve resposta nesse dia, o executivo já recebeu as contrapartidas financeiras desta transferência? É que, do lado das obrigações passaram 173 dias desde que a Junta tomou a

responsabilidade e apenas foram efetuadas as seguintes intervenções:

1- Foram cortadas as relvas nos lotes- A e já agora a qualidade desse trabalho foi mesmo muito rasca. Foram também aparados alguns arbustos na Praceta Walter dos Santos mas o lixo doméstico que estes escondiam ficou por apanhar.

2- Nos lotes- B as relvas estão cortadas já com alguma qualidade, mas nada mais foi feito, nem sequer na Praceta Walter dos Santos, onde os trabalhos estavam iniciados do lado dos lotes A.

3- Em todos os lotes- C a selva permanece intocável.

4- Tal como informei no dia 9 de Novembro, esta situação de abandono

prejudica o concreto da vida das pessoas.

5- Os resíduos deixados nos passeios apodreceram e foram os moradores quem os recolheu.

6- Os arbustos continuam a obstruir pedonais e escadarias de acesso, dificultando a vida às pessoas, sobretudo aquelas que tem problemas de locomoção.

7- O lixo acumula-se nos canteiros.

8- A Rua Arnaldo Fernandes de Almeida continua o caixote de lixo de que falei.

9- Relativamente a árvores de grande porte, foi finalmente efetuada pela Câmara, a intervenção que havíamos pedido há 2 anos, mas foi apenas

parcial, já que incidiu nos locais de maior visibilidade, ficando por fazer o interior da urbanização. Até mesmo os sobreiros que batem no prédio B-8 ficaram por aparar, alegadamente por as podas serem indicadas na primavera, (não percebem que se trata apenas de pontas que nem frutos tem, além de que esses frutos nunca foram aproveitados).

9- Os candeeiros no interior da urbanização já não tem intensidade e, como disse aqui há quarenta dias, vários deles continuam desligados e não foi possível até hoje, qualquer apoio dos serviços da Junta para resolver esta situação.

Prezados autarcas, para terminar deixo a todos vocês a seguinte palavra, estamos no início de um novo mandato, pede-se por isso, um maior esforço para mudar o que está mal.

Criação de uma Unidade Local de Proteção Civil (ULPC)

Queluz-Belas é uma União de Freguesias de múltiplos riscos, desde os naturais aos provocados pelo homem, podendo alguns deles atingir a dimensão de calamidade extrema. Por nos encontrarmos no corredor aéreo de Lisboa, por termos uma linha ferroviária, por existirem linhas de água e lençóis freáticos, por existirem eixos viários de alta sinistralidade, por termos uma extensa área florestal e, sobretudo por estarmos integrados numa área metropolitana de alto risco sísmico, vários são os cenários possíveis de prever mas, na maioria dos casos, impossíveis de prever no espaço, no tempo e na dimensão.

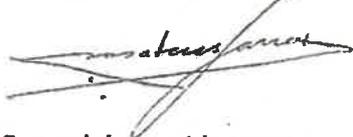
Devemos ainda estar permanentemente aptos para responder à pequena emergência do dia-a-dia, decorrente de acidentes de média ou pequena dimensão, sobretudo aqueles de onde resultem desalojados, mesmo que temporários, apostando no socorro social de emergência.

Por isso temos de estar preparados para ocorrer a uma situação destas a qualquer momento. Apesar de sabermos que a segurança da Freguesia está cada vez mais dotada e musculada, através dos seus corpos de bombeiros e forças de segurança, também sabemos que numa situação de grande catástrofe nas primeiras horas, as forças de socorro não poderão, por múltiplas razões, chegar a todo o lado.

A União de Freguesias de Queluz e de Belas deve estar preparada para esta eventualidade assim como toda a sua população residente ou ativa, que se deve tornar, através de uma informação correta, cada vez mais resiliente e participativa. A preparação dos seus trabalhadores e a formação da Unidade Local de Proteção Civil com os seus voluntários, são o garante de que nos primeiros momentos a seguir à catástrofe possamos ter algum meio de socorro na nossa rua, no nosso bairro, na nossa autarquia. É este esforço que pretendemos seja desenvolvido com caráter de urgência.

Assim, atendendo à alínea g) do nº 2 do artigo 7º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, atualizada pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, que alterou a Lei nº 169/99 de 18 de setembro, e artigo 43º da Lei nº 27/2006 de 03 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil), esta última prevendo a existência de Unidades Locais de Proteção Civil, respetiva constituição e tarefas, é proposta a criação da Unidade Local de Proteção Civil de Queluz-Belas.

Queluz, 24 de novembro de 2021



O vogal do partido **CHEGA**

Luis Garcez

Proposta n.º 02/2021
Pela instauração da celebração solene do 25 de novembro

Após os acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974, sob influência exercida pelo Partido Comunista Português e pela Extrema Esquerda junto dos oficiais que lideravam o Movimento das Forças Armadas, esteve prestes a vingar em Portugal, a estratégia que visava colocar o nosso país sob a tutela de um regime totalitário à imagem da então existente e hoje já defunta União Soviética.

Entre acontecimentos que tão bem demonstram o sentido da agenda política que existia em Portugal, ocorreu uma visita de dez dias do líder do COPCON, Capitão Otelo Saraiva de Carvalho a Cuba, na procura de estreitar ligações entre a mencionada Ditadura e Portugal. Visita esta que não inocentemente foi solicitada pelo Partido Comunista Português e apoiada pelo comunismo internacional.

Depois da tentativa de, a 28 de setembro de 1974, ilegalizar todos os partidos não marxistas, do exílio de oficiais não alinhados com a ideologia comunista e da nacionalização da Banca, foi fundamental a pronta reação dos militares democratas ao golpe preparado para o dia 25 de novembro pelos militares próximos do PCP e da Extrema Esquerda.

Através de uma análise histórica e política séria e isenta, é inegável que os primeiros passos rumo a uma ditadura comunista foram dados, falhou o último, graças à intervenção pronta e eficaz do Regimento de Comandos, então sob o Comando do Coronel Jaime Neves, e de vários outros corajosos democratas, pelo que à sua acção decisiva devemos todos nós a liberdade e o regime democrático de que hoje podemos usufruir.

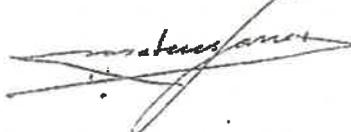
Sem esta intervenção, a Extrema Esquerda comunista teria conseguido o seu objectivo e a revolução do dia 25 de Abril de 1974 não seria jamais estudada como um primeiro passo para a Liberdade, mas seria o primeiro passo para a substituição de um regime autoritário por um regime totalitário tal como os que hoje sufocam países como Cuba, Coreia do Norte ou a Venezuela.

Sem a vitória das forças democráticas no dia 25 de novembro, não haveria seguramente, Liberdade em Portugal.

Assim, e pelo exposto, propõe-se que a União das Freguesias de Queluz e de Belas, homenageando o Regimento de Comandos bem como todos aqueles que a 25 de novembro de 1975, contribuíram para que hoje possamos festejar a liberdade, delibere:

- Proceder à instauração de uma celebração solene do 25 de novembro, num acto que fará justiça à História de Portugal, aos portugueses, à democracia e ao Estado de Direito Democrático.;
- Que, em 2021, face à extemporabilidade, seja emanado reconhecimento de gratidão aos militares que foram o garante da independência de um Portugal democrático.

Queluz, 09 de outubro de 2021



O vogal do partido **CHEGA**

Luis Garcez





Voto de Saudação 25 novembro 1975

Após a grande conquista do 25 de abril de 1974, ato corajoso que mudou o rumo do nosso País e da nossa história resultando no fim da ditadura, aprendeu-se a viver e a olhar a vida política de uma forma diferente. Momentos houve, atribulados e com uma tensão crescente, atribuída e alimentada por atitudes radicais de uma esquerda que pretendia uma nova Ditadura, ideologicamente oposta àquela que vivêramos até 25 de abril de 1974, atitudes que colocaram Portugal perto de uma Guerra Civil.

Pela relevância histórica dos acontecimentos, lembramos e congratulamos o 25 de novembro de 1975, agradecemos a todos aqueles que com moderação e dever patriótico, souberam parar o radicalismo para o qual caminhávamos, nomeadamente António Ramalho Eanes, Jaime Neves e Pires Veloso que assegurou o apoio dos moderados no norte do país. Felicitamos o Portugal que alcançou a partir desse momento a sua verdadeira Liberdade.

Saudamos a Democracia e com ela todòs os partidos políticos, porque foram eles o garante da estabilidade democrática, tão desejada pelo Povo Português.

Viva a democracia porque é ela um dos mais importantes pilares da liberdade e porque sem liberdade a mesma não existe, saudamos hoje e sempre, o 25 de novembro!

Caso seja aprovada, este voto de Saudação deverá de ser enviada a todos os grupos políticos com assento na Assembleia da República.

Iniciativa Liberal Sintra



Moção

VOTO DE SAUDAÇÃO

46 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Comemorou-se em 25 de novembro passado o 46.º quadragésimo sexto aniversário do 25 novembro de 1975, data que finaliza o Processo Revolucionário em curso (PREC) e determina a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, consolidando desta forma o processo democrático iniciado a 25 de Abril 1974.

O "25 de novembro", simboliza a liberdade na sua verdadeira ascensão da palavra, os atropelos de índole ideológica e política preconizada pelos partidos da esquerda radical à altura e a sua visão autocrática e internacionalista toldaram os melhores princípios de liberdade preconizados a quando do 25 de Abril de 1974, pelo acima referido, devemos enquanto cidadãos livres, dar hoje e sempre, o nosso tributo aos militares envolvidos, aos partidos democráticos, e às muitas figuras de relevo que com a sua resistência indómita disseram presente aos portugueses, contribuindo de forma abnegada e patriótica para a construção de um país democrático, prestigiado, aberto, tolerante e integrado na União Europeia.

É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo e assinalar esse momento como o dia da liberdade e da democracia.

Assim, os Elementos do CDS-PP propõem a esta Assembleia da União das Freguesias de Queluz e Belas que aprove, um voto de saudação, dedicado a todos aqueles que, em 25 de novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974.

SEDE CONCELHIA: Rua Padre Alberto Neto Simões Dias, nº 5, Loja C – 2745-059 Queluz



Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.

Caso esta Moção seja aprovada, este voto de saudação deverá ser enviado a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Estado Maior General das Forças Armadas, à Associação de Comandos e à Associação 25 de Abril.

20 de dezembro de 2021



Voto de Pesar pelo falecimento do ator

ROGÉRIO SAMORA

Na corrente semana faleceu, após um longo período em estado de coma, o extraordinário ator Rogério Samora, uma figura maior da cultura portuguesa e um homem com fortes ligações a Sintra, e em particular a Queluz.

Aclamado pelo trabalho que desenvolveu ao longo da sua carreira no teatro, na televisão e no cinema, Rogério Samora nasceu em Lisboa a 28 de outubro de 1959, viveu grande parte da sua vida em Sintra tendo inclusive sido estudante no antigo Liceu de Queluz (aos dias de hoje Escola Padre Alberto Neto).

Pessoa de trato fácil e afável será recordado por todos os que com ele privaram com muita saudade e carinho.

Assim, a IL – Iniciativa Liberal propõe a esta Assembleia de Freguesia que expresse institucionalmente o nosso profundo pesar pelo falecimento do ator Rogério Samora, apresentando sentidas condolências à sua família e amigos.

Queluz / Belas, 17 de dezembro de 2021

O Vogal eleito pela IL

Pedro Rola



Saudação ao SNS

Na semana de 6 a 12 de Dezembro, o Movimento de Utentes dos Serviços Públicos (MUSP) juntamente com dezenas de Comissões de Utentes, realizaram diversas acções a nível nacional com o objectivo de, por um lado, enaltecer a importância do Serviço Nacional de Saúde, e por outro lado alertar para a sua degradação e para a necessidade de um maior investimento para a sua defesa e salvaguarda.

Em Sintra foram realizadas diversas acções em Centros de Saúde do Concelho, nomeadamente no Centro de Saúde Monte Abrão onde se encontra em funcionamento a unidade de cuidados de saúde primários que serve a população de Belas.

Na unidade de cuidados de saúde primários de Belas, a funcionar no Monte Abrão, a situação para os utentes é preocupante, não só pela distância que os obriga a percorrer (por se localizar fora da freguesia de Belas) e pelas conhecidas dificuldades de transporte (pago e a horas desfasadas das consultas), mas também pela necessidade urgente de mais médicos de família.

Neste momento esta unidade tem 31 618 utentes inscritos, para apenas 7 médicos ao serviço (menos 1 que em Junho deste ano) e 65,84% (ou seja, 20 817 utentes) não têm médico de família.

Apesar do anúncio, por parte da CMS, do início da remodelação da Centenária Escola Primária de Belas para a sua transformação no novo Centro de Saúde para Belas, o projecto revela diversas insuficiências, nomeadamente nos acessos pedonais e a viaturas, dificultando o acesso a idosos, pessoas com mobilidade reduzida e mesmo o acesso a ambulâncias.

É importante referir que, apesar da iniciativa municipal de construção de Centros de Saúde, os equipamentos não são, por si só, suficientes para sanar a principal debilidade. Não se resolve o problema do acesso aos cuidados de saúde primários, sem resolver a falta de profissionais de saúde, essenciais ao seu funcionamento, e que são de responsabilidade do Estado, dando origem a centros de saúde novos mas sem a capacidade de servir dignamente os seus utentes.

Ainda na nossa União de Freguesias, na unidade de saúde familiar de Queluz, onde se encontram ao serviço apenas 6 médicos, dos 11 739 utentes inscritos, 1 231 utentes não têm médico de família, algo bastante incomum, por se tratar de uma unidade de saúde familiar, onde habitualmente este tipo de problemas não se colocam. No entanto, até para utentes com médico de família, são conhecidas as dificuldades de marcação de consultas, existindo mesmo situações em que crianças se encontram, desde o final do mês de Novembro, a aguardar a marcação de consulta.

Os dados do Concelho de Sintra, são ainda mais inquietantes. No espaço de um ano, de Novembro de 2020 a Novembro de 2021, houve um aumento de 17 792 utentes sem

médico de família, sendo que actualmente existem no nosso concelho 109 162 utentes sem médico de família.

Estes dados revelam a falta de investimento no SNS que necessita urgentemente de ser colmatado não só pela necessidade de acompanhamento médico na doença, mas também numa área tão importante como a prevenção e a promoção da saúde. Não podemos deixar esquecer que, em tempos tão difíceis como os que vivemos hoje, ao atravessar uma pandemia, o SNS e os centros de saúde, particularmente, foram e são fundamentais na promoção da saúde e certamente são responsáveis pela forte aceitação e compreensão da importância da vacinação por parte da população, podendo hoje afirmar que Portugal é dos países com maior adesão à vacinação Covid-19.

É importante também enaltecer o trabalho de todos os profissionais afectos ao SNS, pois foram eles a resposta certa e em prontidão a esta pandemia, mesmo sacrificando o seu bem-estar individual e familiar, e com as dificuldades que o desinvestimento no SNS provocam a quem nele trabalha e também dele se serve.

Por fim, não podemos deixar de lado todos os profissionais de saúde que tendo sido recrutados em alturas mais difíceis da pandemia, viram os seus contratos terminados, mesmo sabendo que o trabalho não tinha terminado ali, e que as necessidades não tinham sido supridas.

Desta forma a CDU saúda o SNS, uma das mais importantes conquistas dos 25 de Abril, único garante de prestação de cuidados de saúde de forma universal e gratuita à população. Com o compromisso da sua defesa, promoção e protecção.



Recomendação sobre a Quinta do Senhor da Serra

A Quinta do Senhor da Serra, em Belas, propriedade com 194.800 m², classificada como património de interesse público, tem um relevante interesse cultural e histórico, tendo servindo de residência para reis e nobres até ao final da segunda dinastia, conservando ainda hoje vestígios medievais, abóbadas Manuelinas e janelas Renascentistas. A cerca do Paço integra um jardim de estilo francês do século XVIII, notáveis espécies arbóreas, as ruínas de uma capela Manuelina e uma fonte Renascentista desse mesmo período.

No muro do Paço de Belas encontra-se um tanque com um baixo relevo seiscentista, infelizmente, muito estragado, representando o "Castigo de Midas", e no caminho de saída da Quinta para Queluz um grande obelisco, obra do escultor setecentista Barros Laborão, construído em 1795 por ocasião da visita do então Príncipe Regente, mais tarde Rei D. João VI.

Paralelamente, apresenta uma excelente localização, sendo que para além do seu valor intrínseco, constitui-se como uma opção que encerra inúmeras oportunidades de usufruto natural, cultural e lúdico.

Destaca-se, igualmente, o facto de se tratar de um espaço de eleição para complementar o eixo verde e azul, numa lógica de ampliação de espaços verde públicos ao dispor todos, com aproveitamento das restantes áreas construídas integradas na propriedade, suportadas pela qualidade e dimensão dos espaços verdes e pelos equipamentos disponíveis, que incluem três picadeiros, quatro campos de ténis e diversos salões para eventos.

A possibilidade de passagem desta propriedade para a esfera pública representa uma oportunidade de preservar e dar a conhecer património cultural relevante para o município e para o país, bem como permite a expansão e diversificação dos espaços verdes e lúdicos ao dispor da população e a criação de um relevante polo de atração cultural e histórico.

Desta forma, a Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas, reunida do dia 20 de Dezembro de 2021 delibera:

- Recomendar à Câmara Municipal de Sintra o exercício do direito de preferência, em caso de venda, sobre a Quinta do Senhor da Serra, para que esta se torne um espaço de fruição pública integrando o Eixo Verde e Azul.

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas.



CDU - Colligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Moção - Pela Reposição da Freguesia de Queluz e da Freguesia de Belas

O processo de agregação/extinção da Freguesia de Queluz e da Freguesia de Belas, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição da população e dos órgãos autárquicos.

A extinção das freguesias, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias já existentes.

Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.

Nas freguesias de Queluz e de Belas não foi diferente, reduzindo para metade o número de eleitos nos órgãos deliberativos e executivos o que se traduz em menos representantes da população nestes órgãos e conseqüentemente na diminuição da proximidade com aqueles a quem realmente servimos.

A agregação das nossas freguesias levou também à criação de uma mega freguesia com características acentuadamente distintas, com mais de 50 mil habitantes e mais de 24 Km quadrados, área superior, por exemplo, á da totalidade do concelho vizinho da Amadora.

Relativamente aos serviços, vimos, após esta agregação, o encerramento de serviços essenciais como agências bancárias (a freguesia de Belas ficou sem qualquer agência bancária), o Centro de Saúde de Belas e os CTT no Casal da Barota, confirmando assim que esta lei só veio prejudicar a sua população em vez de resolver os seus problemas e anseios.

De então para cá as populações continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Foram apresentadas várias iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos. Estas iniciativas foram sempre rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS.

A ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), nos seus congressos, colocou como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Em maio de 2021 foi aprovada na Assembleia da República a lei-quadro de criação, modificação e extinção de freguesias, que prevê um regime transitório para a correção das agregações de 2012/2013.

Assim, a bancada da CDU propõe que a Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas, reunida em sessão no dia 20 de dezembro de 2021, delibere:

- Pela desagregação da União das Freguesias de Queluz e Belas, repondo a Freguesia de Queluz e a Freguesia de Belas extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos.

A remissão da presente moção, uma vez aprovada, deverá ser enviada para os seguintes órgãos de soberania e entidades:

- Grupos parlamentares da Assembleia da República;
- Câmara Municipal de Sintra
- Assembleia Municipal de Sintra

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas.



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV 

Declaração de Voto

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são dois instrumentos muito importantes para o desenvolvimento de qualquer freguesia, pois definem as prioridades e os objetivos estratégicos que vão condicionar e conduzir a vida das duas Freguesias.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022 assim como o Plano Plurianual de Investimentos, aqui apresentados, são a expressão das prioridades e dos objetivos estratégicos de quem a governa.

O Orçamento não se enquadra nas necessidades efetivas da União das Freguesias de Queluz e Belas e espelha a privatização encapotada dos serviços públicos, onde 48,91% da despesa é gasta em aquisição de bens e serviços.

O Plano Plurianual de Investimentos e as Despesas de Capital apresentadas neste documento (1,13% da despesa) demonstram que este executivo continua sem ter qualquer estratégia para a União de Freguesias de Queluz e Belas e não tem intenção de efetuar os investimentos necessários que tornem a área da União de Freguesias um espaço mais aprazível e com melhores condições para se habitar, trabalhar, estudar e passear.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022 continuam a castigar os fregueses de Queluz e Belas com a manutenção das elevadas taxas em vigor, com especial destaque nas taxas do cemitério.

No capítulo da Acção Social e a necessidade de reforçar verbas para fazer face ao aumento de agregados familiares a necessitarem de apoio, são a consequência da falta de políticas sociais, dos sucessivos governos PS, PSD e CDS, que respondam às verdadeiras necessidades das pessoas. A Junta de Freguesia deve atender às carências das populações, no respeito pelas competências próprias e articulando intervenções com a Câmara Municipal, a Segurança Social e a Administração Central. O apoio a prestar deve ser solidário, encarando as desigualdades sociais nas suas várias expressões e respeitando a dignidade de cada indivíduo.

No capítulo do apoio à Cultura e Desporto, às Associações de Moradores, Sociais, Humanitárias, Recreativas, Desportivas e Culturais, assim como às Instituições Particulares de Solidariedade Social, que têm uma importância social inigualável, as verbas previstas, não só diminuíram, como são ~~as~~ deveras insuficientes face às necessidades após o interregno das suas atividades devido à pandemia e mostra a falta de apoio da Junta de Freguesia ao Movimento Associativo Popular da União das Freguesias.

A CDU votou contra porque não está de acordo com a política subjacente a este Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas.



GOP e Orçamento 2022

(Intervenção Inicial)

Após uma análise cuidada ao orçamento e GOP para 2022, apresentado pelo executivo da JF, do nosso ponto de observação importa exprimir os seguintes comentários:

1. É nos apresentado um orçamento de continuidade, o que aliás é desde logo assumido no preâmbulo;
2. Sabemos bem o que significa continuidade....
 “Continuidade” significa para os habitantes de Queluz e Belas a continuidade do lixo a transbordar dos caixotes, a continuidade dos espaços de jardim malcuidados ou mesmo abandonados de todo, a continuidade da insegurança nas ruas desta União de Freguesias, a continuidade da execução de obras sem um adequado estudo de custo-benefício e principalmente sem um planeamento de manutenção que evite a rápida degradação dos equipamentos, a continuidade do adiamento de obras de manutenção das vias durante todo o mandato para depois a poucos meses das eleições serem feitas a correr e sem racional, muitas das vezes através de ajustes diretos a um custo financeiro bastante superior para os contribuintes;
3. Neste orçamento de continuidade encontramos também, um orçamento meramente distributivo, alias, em linha com aquilo que é a tradição de política orçamental Socialista quer seja ao nível local quer seja ao nível do estado central;
4. Para além da distribuição, mais bem ou mais mal feita, do lado da despesa importa perceber que o orçamento em questão vive quase exclusivamente dos impostos cobrados, sem a menor preocupação para fazer “crescer o bolo” disponível ara distribuir;
5. Neste orçamento é apresentado do lado da receita apenas 9,67% de *vendas de bens e serviços correntes*, ou seja mais de 90% da receita orçamenta é proveniente dos contribuintes e fregueses (impostos diretos: 2,24%, taxas e taxinhas: 3,01%, transferências correntes – novamente impostos: 84,88%);
6. Acresce o facto, que na rubrica *vendas de bens e serviços correntes* o peso no orçamento tem vindo continuamente a diminuir nos últimos três exercícios:

| 2022 | 2021 | 2020 |
|-------|--------|--------|
| 9,67% | 10,10% | 13,20% |

Assim, a Iniciativa Liberal decidiu conscientemente não apresentar propostas para inclusão nas GOP e Orçamento, uma vez que considera que este edifício orçamental não corresponde de todo à nossa visão de uma gestão autárquica moderna, eficiente e transparente e não respondendo às necessidades dos nossos fregueses e desse modo qualquer proposta que viéssemos a apresentar e a ser aceite pelo executivo não passaria de um mero remendo.

Como sabiamente diz o povo: “O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”!

Temos uma visão estruturalmente diferente e por isso consideramos que este Orçamento e estas GOP não servem o interesse dos nossos fregueses e que aquilo que propomos para a UF de Queluz e Belas não são soluções de continuidade, mas sim uma rotura com as práticas Socialistas dos últimos anos em Portugal e nossa UF.

Ainda assim, antes de assumir uma posição final sobre esta Proposta de GOP e Orçamento para 2022, gostaríamos de obter da parte do executivo da Junta os seguintes esclarecimentos:

- Uma vez que não conseguimos perceber nestes documentos a estratégia (plano e ação), perguntamos qual a abordagem na proposta de orçamento e GOP para 2022 nas seguintes áreas:
 - **Transição energética e sustentabilidade;**
 - **Transformação para a sociedade digital;**
 - **Segurança pública;**
 - **Gestão inteligente de resíduos;**

Queluz, 20 de dezembro de 2021

O Vogal eleito pela IL

Pedro Rola



Concelhia de Sintra

PROPOSTAS PARA SEREM INCLUÍDAS NO DOCUMENTO GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS PARA 2022

Nos termos do disposto na Lei nº 24/98, de 26 de maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, e após a apreciação atenta da vossa proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento da União das Freguesias de Queluz e Belas para 2022, os Vogais do CDS-PP da Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, vêm por este meio apresentar três propostas que gostaríamos que fossem aceites por V. Exas e integradas no referido documento previsional com verbas afetas às mesmas.

PROPOSTAS:

1- Conservação e requalificação do Espaço Público

Consideramos que os cerca de 149.000,00€ previstos para as Empreitadas de conservação e recuperação de espaços públicos e Outras Conservações e manutenções de vias e calçadas da freguesia, são manifestamente insuficientes para resolver os graves problemas que a nossa freguesia tem, ao nível do estado em que se encontra o espaço público, nomeadamente, os passeios e a pavimentação de arruamentos.

Assim, propomos o aumento dos valores previstos para as Empreitadas de conservação e recuperação de espaços públicos e outras conservações e manutenções de vias e calçadas da freguesia.

2- Higiene Urbana em Espaço Público

O descontentamento e a preocupação da população com o estado degradado e sujo em que se encontram, permanentemente, os passeios da nossa freguesia, exigem uma actuação mais assertiva e efectiva por parte do Executivo da Junta de Freguesia para que este problema de higiene pública se revolva definitivamente.

Ao longo dos últimos anos, temos confirmado que as entidades competentes, ao nível da higiene urbana, não têm conseguido prestar o serviço com a qualidade que a população e saúde pública exigem e que por esse motivo é necessário criar condições para o reforço desta actividade em algumas zonas da nossa freguesia.

Assim, propomos que seja contemplado neste orçamento, uma verba que permita a contratação da prestação de serviço ocasional para varrição e limpeza em espaço público.



Concelhia de Sintra

3- Apoio ao Comércio Local e Pequenas Empresas da União das Freguesias de Queluz e Belas

A maioria das empresas da nossa Freguesia são microempresas familiares ou de autoemprego, que foram muito afectadas pelas medidas adoptadas no combate à pandemia e que, por esse motivo, precisam de ser ajudadas.

Cabe a todos nós ajudarmos a dinamizar a economia local. Precisamos de garantir que o comércio local não feche as portas, que continuem a funcionar, a garantir o emprego e a criar postos de trabalho, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das famílias da nossa freguesia.

Por tudo isso, consideramos que o projecto do Cartão QB+ não é suficiente para ajudar a dinamizar a economia local e que a Junta de Freguesia deverá ter um papel mais activo no apoio ao Comércio Local e Microempresas da nossa Freguesia.

Assim, propomos que sejam incluídas na proposta do Orçamento para 2022 verbas que permitam o arranque e implementação dos seguintes projectos:

- 1- Desenvolver e criar novas funções associadas ao Projecto Cartão QB+ nomeadamente a integração de uma componente Marketplace para ajudar a promover e divulgar online, a nível nacional e internacional, às empresas locais e os seus produtos. Avaliar a possibilidade de recorrer a financiamento via PRR – digitalização.
- 2- Criação na Junta de Freguesia de um **Gabinete Técnico de Apoio às Empresas**, para ajudar na documentação e encaminhamento técnico para os apoios estatais e municipais existentes.

Os Vogals do CDS-PP da Assembleia de Freguesia
da União de Freguesias de Queluz e Belas

Silvino Malho Rodrigues
Ana Cristina Brinco

5 de dezembro de 2021



GOP e Orçamento 2022

(Declaração de voto)

A IL – Iniciativa Liberal após uma análise cuidada ao Orçamento e GOP para 2022, apresentado pelo executivo da JF, e no seguimento das respostas obtidas às perguntas específicas por nós formuladas concluiu que:

- Foi nos apresentado um orçamento de continuidade em que não existe por parte do executivo a consciência da atual situação em que se encontra a nossa União de Freguesias, onde os problemas como a gestão de resíduos urbanos, a manutenção de espaços ajardinados, a falta planeamento e manutenção de equipamentos, e a insegurança, entre outros, não pararam de se agravar nos últimos dois mandatos. Podemos mesmo dizer, que este executivo, vive numa realidade paralela e cor-de-rosa que infelizmente não tem aderência com a realidade.
- Foi nos apresentado um orçamento meramente distributivo, mais preocupado em distribuir recursos financeiros sem grande estratégia ou critério e sem qualquer respeito ou preocupação pelo dinheiro dos contribuintes ao invés de traçar planos e metas para o crescimento das receitas próprias, onde parece não existir espaços para criação de concessões em diversas áreas.

Em suma, esta não é a visão da IL para o exercício do Poder Local, este orçamento e estas GOP do plano são mais do mesmo num autêntico exercício de *copy-paste* de anos anteriores que nos conduziram à situação em que hoje nos encontramos.

Assim, a Iniciativa Liberal decidiu em consciência com a sua visão de um Portugal mais descomplicado, eficiente e transparente, quer ao nível do Poder central, quer ao nível do Poder local, e em respeito pelo programa que apresentou ao eleitorado, **votar contra esta Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022.**

Queluz, 20 de dezembro de 2021

O Vogal eleito pela IL

Pedro Rola



Concelhia de Sintra

DECLARAÇÃO DE VOTO*que gostaríamos que fosse anexada à ata*

Nos termos do disposto na Lei nº 24/98, de 26 de maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, e após a apreciação atenta das propostas para as Grandes Opções do Plano e Orçamento da União das Freguesias de Queluz e Belas para 2022, os Vogais eleitos pela Coligação "Vamos Curar Sintra" reuniram-se e decidiram que deveriam apresentar algumas propostas, do seu programa eleitoral, com a esperança de serem aceites pelo Executivo da Junta de Freguesia e integradas no referido documento previsional com verbas afetas às mesmas. Por se encontrarem em bancadas separadas, o PSD e o CDS-PP, mesmo de forma articulada, tiveram de apresentar documentos distintos.

Assim, os eleitos pelo CDS-PP, apresentaram um documento com 3 propostas, que se anexa a esta Declaração de Voto, mas que resumidamente são:

1- Conservação e requalificação do Espaço Público - aumento dos valores previstos para as Empreitadas de conservação e recuperação de espaços públicos e outras conservações e manutenções de vias e calçadas da freguesia.

O Executivo da Junta aceitou aumentar em mais 10.000,00€ o valor desta rubrica.

2- Higiene Urbana em Espaço Público - que seja contemplado neste orçamento, uma verba que permita a contratação da prestação de serviço ocasional para varrição e limpeza em espaço público.

O Executivo da Junta afirma que essa é uma competência da Câmara Municipal, que não está delegada, e que por esse motivo não pode mandar executar esses serviços, mas vão pedir um parecer jurídico.



Concelhia de Sintra

3- Apoiar o Comércio Local e as Pequenas Empresas da União das Freguesias de Queluz e Belas através das seguintes duas ações:

- a) Criando novas funções associadas ao Projecto Cartão QB+ nomeadamente a integração de uma componente Marketplace para ajudar a promover e divulgar on-line, as empresas locais e os seus produtos.
- b) Criar, na Junta de Freguesia, um Gabinete Técnico de Apoio às Empresas, para ajudar na documentação e encaminhamento técnico para os apoios estatais e municipais existentes.

O Executivo da Junta aceitou a nossa proposta, nas suas duas componentes. A componente Marketplace será desenvolvida associada ao Cartão QB+ e o apoio às empresas será feito através da contratação da prestação de serviços, de um técnico especialista nesta área, com os encargos a saírem de uma rubrica de Consultoria que tem uma verba de 10.000,00€.

Assim, considerando,

- 1- Considerando que as propostas que apresentámos, são propostas que fizeram parte do programa eleitoral da Coligação "Vamos Curar Sintra" composta por diversos partidos, entre os quais, PSD, CDS-PP, PDR e RIR;
- 2- Considerando que esses Partidos, parceiros da Coligação, foram consultados atempadamente e todos concordaram que, no âmbito do Direito da Oposição, deveríamos apresentar estas propostas ao Executivo da Junta de Freguesia;



Concelhia de Sintra

- 3- Considerando que nos afirmamos como uma Oposição séria, construtiva e responsável, que quer dar também cumprimento ao programa eleitoral que apresentámos aos eleitores;

- 4- Considerando que as medidas e acções consubstanciadas nestas propostas, são muito importantes para a população e para o Comércio local da nossa Freguesia;

- 5- Considerando que elas só poderão ser realizadas, porque fomos nós, Coligação "Vamos Curar Sintra", PSD, CDS-PP, PDR e RIR que trabalhámos e lutámos para que elas fossem aceites e integradas no orçamento para 2022;

E por fim,

- 6- Considerando que o Executivo da Junta de Freguesia aceitou rever o orçamento de 2022, para poder acolher e integrar as nossas propostas, excluindo a varrição por alegado impedimento legal.

Os vogais do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, com a concordância dos representantes do PDR e do RIR, decidiram:

- a) Não votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022, porque na verdade este não é "o nosso Orçamento."

- b) Abster-nos na votação das Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022, por terem sido aceites e integradas as nossas propostas.

- c) Garantir que iremos acompanhar e fiscalizar, atentamente, a execução do orçamento, em especial nas rúbricas que foram alteradas por nossa iniciativa.



Concelhia de Sintra

Queluz e Belas, 20 de dezembro de 2021



CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Declaração de Voto

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são dois instrumentos muito importantes para o desenvolvimento de qualquer freguesia, pois definem as prioridades e os objetivos estratégicos que vão condicionar e conduzir a vida das duas Freguesias.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022 assim como o Plano Plurianual de Investimentos, aqui apresentados, são a expressão das prioridades e dos objetivos estratégicos de quem a governa.

O Orçamento não se enquadra nas necessidades efetivas da União das Freguesias de Queluz e Belas e espelha a privatização encapotada dos serviços públicos, onde 48,91% da despesa é gasta em aquisição de bens e serviços.

O Plano Plurianual de Investimentos e as Despesas de Capital apresentadas neste documento (1,13% da despesa) demonstram que este executivo continua sem ter qualquer estratégia para a União de Freguesias de Queluz e Belas e não tem intenção de efetuar os investimentos necessários que tornem a área da União de Freguesias um espaço mais aprazível e com melhores condições para se habitar, trabalhar, estudar e passear.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022 continuam a castigar os fregueses de Queluz e Belas com a manutenção das elevadas taxas em vigor, com especial destaque nas taxas do cemitério.

No capítulo da Acção Social e a necessidade de reforçar verbas para fazer face ao aumento de agregados familiares a necessitarem de apoio, são a consequência da falta de políticas sociais, dos sucessivos governos PS, PSD e CDS, que respondam às verdadeiras necessidades das pessoas. A Junta de Freguesia deve atender às carências das populações, no respeito pelas competências próprias e articulando intervenções com a Câmara Municipal, a Segurança Social e a Administração Central. O apoio a prestar deve ser solidário, encarando as desigualdades sociais nas suas várias expressões e respeitando a dignidade de cada indivíduo.

No capítulo do apoio à Cultura e Desporto, às Associações de Moradores, Sociais, Humanitárias, Recreativas, Desportivas e Culturais, assim como às Instituições Particulares de Solidariedade Social, que têm uma importância social inigualável, as verbas previstas, não só diminuíram, como são ~~são~~ deveras insuficientes face às necessidades após o interregno das suas atividades devido à pandemia e mostra a falta de apoio da Junta de Freguesia ao Movimento Associativo Popular da União das Freguesias.

A CDU votou contra porque não está de acordo com a política subjacente a este Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas.

